



**Universidade Federal
de Campina Grande**

**CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

**A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO
INFANTO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TORITAMA - PE**

CAMPINA GRANDE-PB

2021

LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

**A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO
INFANTO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TORITAMA - PE**

Dissertação submetida ao programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, junto à Universidade Federal de Campina Grande (PB), vinculado à linha de pesquisa Educação, escola e sociedade, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY.

CAMPINA GRANDE-PB

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

C533e Chicó, Luciana Rodrigues.
A Escola Estelita Timóteo no enfrentamento ao trabalho
infanto juvenil no município de Toritama - PE / Luciana Rodrigues
Chicó. – Campina Grande, 2021.
118 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede
Nacional) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Humanidades, 2021.
"Orientação: Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky".
Referências.

1. Informalidade. 2. Trabalho de Crianças e Adolescentes. 3.
Direito Social. 4. Educação. I. Ladosky, Mário Henrique Guedes.
II. Título.

CDU 376-057.87(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MARIA ANTÔNIA DE SOUSA CRB 15/398

LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

**A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO
INFANTO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TORITAMA - PE**

APROVADA EM 25 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY
(PRESIDENTE - ORIENTADOR)

PROF^a DR^a ANA MÁRCIA ALMEIDA
MEMBRO

PROF^a DR^a TÂNIA RÉGIA DE OLIVEIRA
MEMBRO

CAMPINA GRANDE-PB

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Como parte das exigências para a concessão do grau de mestre, às 14:00 horas do dia 25 de Agosto de 2021, realizou-se a sessão pública de defesa de TCC da aluna LUCIANA RODRIGUES CHICÓ. O trabalho tinha como título **“A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TORITAMA- PE”**.

Compunham a banca examinadora os professores (as) doutores (as) Mario Henrique Guedes Ladosky (Orientador), Prof^a. Dr^a. Tânia Régia Filgueiras de Oliveira (Examinadora Interna) e Prof^a. Dr^a. Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Examinador Externo). O candidato expôs oralmente a defesa via **videoconferência**, em seguida os membros da banca procederam à arguição. A sessão foi finalizada com a APROVADA por parte da banca examinadora.

Foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da referida banca e pelo aluno:

Prof. Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky (Orientador)	Luciana Rodrigues Chicó (Orientando)
Profa. Dra. Tânia Régia Filgueiras de Oliveira (Examinadora Interna)	Profa. Dra. Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Examinadora Externo)

Campina Grande, 25 de Agosto de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE ASSUNCAO LIMA DE PAULO, COORDENADOR (A)**, em 25/08/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ana Márcia Batista Almeida Pereira, Usuário Externo**, em 25/08/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **TANIA REGIA DE OLIVEIRA, PROFESSOR**, em 25/08/2021, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Rodrigues chico, Usuário Externo**, em 27/08/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR**, em 27/08/2021, às 23:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1729566** e o código CRC **B1D02D47**.

*Dedico aos meus alunos e todos aqueles que
lutam em defesa da dignidade humana.*

AGRADECIMENTOS

Ao arquiteto do universo que nos dá a vida, força e coragem para superar os obstáculos.

A minha família pelo apoio e compreensão.

Agradeço ao PROFSÓCIO (Mestrado profissional de sociologia em Rede Nacional) pela oportunidade, aos professores do curso: Professora Assunção, Professora Tânia, Professor Arilson, Professor Rogério, Professor Luciano, Professor Xangai, Professor Jesus, Professor Mário. Não há palavras para expressar o quanto foi bom e transformador os momentos de aprendizagem.

Aos colegas do curso: Ana Paula, Claudia Nailza e Weyden Filho pelo carinho e amizade. Obrigado pelo encontro neste caminho.

A equipe da Escola Estelita Timóteo pela participação e contribuição para o êxito deste trabalho.

Enfim, ao meu orientador Prof. Dr. MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, pela paciência, desprendimento e contribuição científica, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho analisa as ações e os projetos educacionais realizados internos e externos pela escola Estelita Timóteo, localizada no município de Toritama, no tocante a prática do trabalho de crianças e adolescentes no processo produtivo local. A escolha da referida escola como *locus* de investigação se deu devido ao trabalho que exerço como professora nesse local e constatar a naturalização do uso da força de crianças e adolescentes na produção e comercialização das mercadorias no município. No percurso teórico buscou-se compreender a constituição histórica do modelo econômico local, a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, o papel da instituição educacional na sociedade moderna e sua contribuição social junto à comunidade local. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se fez desenvolver através de estudos bibliográficos, documental e de entrevistas semiestruturada. A cidade mencionada, desde as origens tem sua história atrelada a um modelo de desenvolvimento econômico baseado na informalidade e no trabalho em domicílio. O modelo produtivo desenvolvido surge como alternativa a sobrevivência, com destaque a presença feminina figurando as vendas das mercadorias porta a porta e nas feiras livres. Decorrente da forma como se organizou a economia a população atualmente tornou-se conhecida nacionalmente e pertence ao polo de confecções do agreste pernambucano, com forte expressão entre as cidades em seu entorno, sendo caracterizada como a cidade do trabalho com a presença de todos os membros da família na produção de mercadorias relativa a confecções. Como uma questão cultural a população produz e reproduz certas práticas que ao longo do período histórico tornaram-se questionáveis pela sociedade civil e pelo poder público, como o trabalho de crianças e adolescentes. Em meio ao exposto se faz necessário conhecer as ações desenvolvidas pela escola no enfrentamento do problema.

Palavras-chave: Informalidade, Trabalho de Crianças e Adolescentes, Direito Social e Educação.

ABSTRACT

The present work analyzes the actions and educational projects carried out internally and externally by the Estelita Timóteo school, located in the municipality of Toritama, regarding the practice of working with children and adolescents in the local productive process. The choice of this school as the locus of investigation was due to the work I do as a teacher in that place and to see the naturalization of the use of force by children and adolescents in the production and sale of goods in the municipality. The theoretical path sought to understand the historical constitution of the local economic model, the early insertion of children and adolescents into the world of work, the role of the educational institution in modern society and its social contribution to the local community. It is a qualitative research that was developed through bibliographic, documentary and semi-structured interviews. The city mentioned, since its origins, has its history linked to an economic development model based on informality and homeworking. The productive model developed emerges as an alternative to survival, with emphasis on the female presence in the sales of goods door-to-door and at open markets. Due to the way the economy was organized, the population has now become known nationally and belongs to the clothing hub of the Pernambuco countryside, with strong expression among the cities in its surroundings, being characterized as the city of work with the presence of all members of the family in the production of goods related to garments. As a cultural issue, the population produces and reproduces certain practices that throughout the historical period have become questionable by civil society and public authorities, such as the work of children and adolescents. Amidst the above, it is necessary to know the actions taken by the school in dealing with the problem.

Keywords: Informality, Child and Adolescent Work, Social Law and Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução de longo prazo da pobreza no Brasil Proporção de pobres,1970-2011.....	29
Gráfico 2	Distribuição da população por sexo.....	41
Gráfico 3	Perfil dos empresários por sexo/gênero.....	48
Gráfico 4	Principais distribuições percentuais das pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e em situação de trabalho infantil- Brasil- 2019.....	63
Gráfico 5	Número de crianças e adolescentes ocupados, de 05 (cinco) a 17(dezessete) anos de idade, no Brasil no período de 1992 a 2015.....	64
Gráfico 6	Proporção de pobres 1970- 1980. Brasil e Região.....	69
Gráfico 7	Estatísticas do trabalho infantil no Brasil e no mundo.....	71

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Venda de água em Toritama.....	33
Imagem 2	Afloramentos rochosos como elemento natural comum a zona habitacional de Toritama.....	33
Imagem 3	Mapa de Toritama.....	34
Imagem 4	Fotografia de uma unidade produtiva familiar de calçados (tenda), nos anos de 1940. A borracha, derivada do pneu, fazia parte da matéria prima dos primeiros calçados.....	35
Imagem 5	Dias das realizações das Feiras em Toritama.....	39
Imagem 6	Cadeia produtiva do jeans.....	48
Imagem 7	Trabalho de crianças em fábricas.....	53
Imagem 8	Criança manuseando máquinas.....	53
Imagem 9	Trabalho de Crianças na Vidraçaria.....	54
Imagem 10	Escola Estelita Timóteo, Toritama/PE.....	92

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Evolução do Produto Interno Bruto de Toritama e dos municípios marcos de comparação: Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. 2010=100%.....	42
QUADRO 2	Evolução do IDH de Toritama	42
QUADRO 3	Comparação do IDEB entre as cidades centrais do polo.....	43
QUADRO 4	Migrantes pendulares que trabalham e/ou estudam em Toritama, segundo município de residência. 2000.....	46
QUADRO 5	Números de Instituição educacional no município de Toritama.....	47
QUADRO 6	Grau de instrução da população de Toritama.....	49
QUADRO 7	Salário médio dos municípios do alto Capibaribe – 2017.....	49
QUADRO 8	Dados do trabalho infantil no Brasil.....	63
QUADRO 9	Características principais das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade Pernambuco 2019.....	73
QUADRO 10	Proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar. Toritama/PE.....	91
QUADRO 11	IDEB do Município de Toritama.....	91
QUADRO 12	Quantitativo de estudantes por série da EET – 2020.....	93
QUADRO 13	Distribuição dos estudantes da EET segundo sexo/gênero – 2020.....	93
QUADRO 14	IDEB da EET em comparação com Pernambuco e Brasil.....	95
QUADRO 15	Participantes por sexo/ gênero.....	96
QUADRO 16	Alunos inseridos no mundo do trabalho.....	96
QUADRO 17	Idade que começaram a trabalhar.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I A CONSTRUÇÃO DO POLO DE CONFECÇÕES DE TORITAMA SOB A ÉGIDE DA INFORMALIDADE.....	24
1.1 PARTICULARIDADES DA INFORMALIDADE NO BRASIL E NO NORDESTE.....	27
1.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TERRITÓRIO PRODUTIVO-COMERCIAL DE TORITAMA.....	32
1.3 A FABRICAÇÃO DE CALÇADO EM TORITAMA: REFLEXO DA EXPANSÃO DA ECONOMIA INFORMAL.....	34
1.4 ORIGEM DA PRODUÇÃO DA SULANCA.....	37
1.5 A ENTRADA DE TORITAMA NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES	38
1.6 ASPECTOS SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA NA ATUALIDADE.....	40
 CAPÍTULO II A INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO AO LONGO DO SÉCULO XX NO BRASIL...51	
2.1 POLÍTICAS DE ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AO LONGO DO SÉCULO XX NO BRASIL.....	57
2.2 O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ENQUANTO SUJEITOS DE DIREITOS.....	59
2.3 O TRABALHO INFANTE JUVENIL NO BRASIL:CAUSAS E CONSEQUENCIAS.....	68
2.4 A PERSISTÊNCIA DA FORÇA DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROCESSO PRODUTIVO E COMERCIAL DE TORITAMA.....	72
 CAPÍTULO III A HISTÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E SUA FINALIDADE.....	77
3.1 A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO.....	77
3.2 O MODELO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	80
3.3 A PROPOSTA DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO BASEADOS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE).....	81
 CAPÍTULO IV A ESCOLA: NA PERMANÊNCIA OU TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS LOCAIS.....	90
4.1 DESAFIOS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TORITAMA..	90
4.2 CAMPO DE PESQUISA: A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO.....	92
4.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	99
4.3.1 Conceituando o Projeto Político Pedagógico.....	100
4.4 ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO.....	101
4.5 DISCURSÕES E ANÁLISES DAS ENTREVISTAS.....	107

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	114
-------------------------	------------

APÊNDICES

A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	119
--	------------

B – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas.....	120
---	------------

ANEXOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	121
--	------------

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz uma análise das ações e dos projetos educacionais internos e externos desenvolvidas pela Escola Estadual Estelita Timóteo, uma das escolas públicas que oferece o ensino médio localizada no município de Toritama-PE na tentativa de combater o trabalho de crianças e adolescentes realizado e naturalizado localmente. Entre os projetos internos compreende-se a estruturação de grupo de estudo com temática relacionada a história da criança e do adolescente e sua introdução no mundo do trabalho. No tocante às ações externas, analisamos a interação da escola junto a outros órgãos de poder público tais como; o Ministério Público do trabalho (MPT), e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que também são responsáveis por criar projetos e ações na tentativa de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes no nosso país.

A cidade de Toritama é conhecida nacionalmente por fazer parte do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano (PCAP)¹, onde é realizada a produção, comercialização e as prestações de serviços relativo à confecção na cidade, mediante formas precárias de trabalho com a utilização de crianças e adolescentes no processo produtivo.

Devido a condição natural típica do Agreste não favorecer a agricultura, a população de Toritama sempre buscou a sobrevivência em atividades industriais. A produção de chinelos, sandálias, sapatos de couro e de borracha, iniciada na década de 1930, sob condições de trabalho precárias baseada na informalidade e na fabricação em domicílio, envolvendo famílias inteiras fez do município um polo calçadista de destaque na região durante a década de 1970.

Após o declínio da atividade calçadista local em decorrência da grande concorrência com outras regiões, a população que trabalhava na produção calçadista começou uma readaptação das máquinas e equipamentos já manuseados por eles para iniciar-se na produção de confecções denominada de Sulanca². Toritama se integra ao polo com a produção de peças em jeans.

¹ Indústria informal de confecções do Agreste de Pernambuco. Esse modelo de desenvolvimento da economia de Pernambuco é estruturado como aglomerado produtivo comercial e de serviços relativos a confecções, devido às características específicas dos municípios que o compõem, concentra a maior parte das atividades em; Caruaru, Toritama, Santa Cruz de Capibaribe. Mas, novos municípios vêm se integrando ao polo a saber; Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Riacho das Almas surubim, Fazenda Nova, Cupira Agrestina e São Caetano. (BRAGA, 2014, p.26)

² A denominação de sulanca, segundo consta na maior parte da bibliografia sobre o assunto, deriva de uma corruptela das palavras sul e elanca. A denominação se refere às confecções produzidas com malhas vindas de São Paulo - do "Sul". O fato incontornável, no entanto, está no que o termo passa a conotar, e não sobre o que

A produção, comercialização e prestação de serviços relativos às confecções desenvolvidas na região, manteve a organização de antes; a informalidade, o trabalho manual, precário e a mobilização dos membros das famílias da unidade produtiva.

O município de Toritama se integra ao polo com a produção de peças em jeans com relativa importância para a região e para o Brasil, com suas mercadorias sendo vendidas para diversos estados brasileiros. O jeans em Toritama é conhecido como “ouro azul”, e o município “terra de oportunidades”. Essa produção, comercialização e os diversos serviços relativos ao setor de confecções com grande importância das lavanderias de beneficiamento do jeans teve início em 1970, sob influência das cidades vizinhas Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, mediante iniciativas privadas sem a participação do poder público.

O ápice desta produção e comercialização relativo à confecção se deu em 2001, com a construção do primeiro centro comercial dedicado aos produtos de confecções da região, denominado Parque das feiras, por meio da iniciativa de um grupo de investidores privados, e com o apoio do poder público municipal.

Esse tipo de organização produtiva no estado de Pernambuco, que articula modos “arcaicos” e “modernos,” tem sido considerado um “modelo de desenvolvimento” regional, apesar de persistir a reprodução das desigualdades, da pobreza e do trabalho de crianças e adolescentes. Conforme (SEBRAE, 2019)

A cidade concentra mais de 3 mil empresas de confecções e mais de 50 lavanderias industriais, é responsável por 75% da produção da indústria de confecções do Nordeste, sendo e por 15% da produção de jeans fabricado no país, o que ocasionou um aumento significativo de sua participação no produto estadual, sendo o 2º PIB Per capita na região.

O êxito da confecção ao lado da exploração da força de trabalho nesta região tem implicado na prática da reprodução do trabalho de crianças e adolescentes no processo produtivo e no comércio local. Conforme Braga:

É constante a circulação de crianças e idosos, ao lado dos jovens e adultos, que trazem os grandes fardos de confecções, procurando organizá-los nos bancos de madeira. Juntam-se a esse público os trabalhadores ambulantes de café, de chá, de sanduíche, de frutas, que transitam em meio aos bancos de madeira servindo aos feirantes. (BRAGA, 2014, p. 29)

originalmente denota: “sulanca” passa a designar aqueles produtos de baixa qualidade, de baixo preço, destinados a populações de baixa renda da região e entorno. (BRAGA, 2014.)

A inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho é uma prática que vem sendo questionada e denunciada desde o início do século XX no Brasil por trabalhadores da indústria, jornais, pelos movimentos grevistas e organização da sociedade civil. A constatação da prática do trabalho de crianças e adolescentes no início do século XX, em especial após a primeira guerra mundial, ganha notoriedade no âmbito das ações políticas internacionais e a partir de então são desenvolvidas legislações e metas para a erradicação do problema em todo mundo. Em 1919, criou-se a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e em 1946, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para tratar da política da infância nos países pobres. As principais metas apontadas pela OIT e pela UNICEF estão na legislação proibitiva do trabalho infantil, ampliação do acesso a escolarização e nas políticas de transferência de renda.

O Brasil como um país signatário da OIT e participante da UNICEF começou a implementar leis, ações e metas que estejam de acordo com as determinações destas organizações. Sendo assim, observamos a criação de políticas públicas e suas implementações a partir da década de 1930, em especial na década de 1980, no período de redemocratização onde a questão da infância vai ser pensada com base nos princípios de cidadania. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a criança e ao adolescente enquanto sujeito de direitos que deve ser protegido:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, CRFB/1988, p.67).

Neste contexto, o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, aprovado em 1996, assim define trabalho infantil:

[...] refere-se às **atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência**, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, **realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos**, independentemente da sua condição ocupacional. (2019/2020, p. 6).

Em meio a toda política de atenção direcionada a crianças e aos adolescentes, por meio de elaboração de leis que proíbe o trabalho deles no município de Toritama, a permanência desta prática faz parte do processo cultural local de acordo com vários estudos

realizados como; Sobreira (2014), Rios (2019), e Andrade (2020), essa realidade também é encontrada em outras regiões periféricas do país e do mundo.

Sendo dever da família, da sociedade e do poder público, promover o acesso aos direitos previsto na constituição, verifica-se em âmbito nacional a responsabilidade por parte de alguns órgãos do Estado em assegurar que esses direitos sejam efetivados tais como; CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), o MPT (Ministério Público do Trabalho), e as Escolas, que devem desenvolver projetos e ações para o enfrentamento do problema.

De acordo com os artigos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os equipamentos públicos de educação devem oferecer condições de ensino visando manter e proporcionar ao jovem discente condições de preparar-se de forma continuada para o exercício da cidadania e sua formação qualificada para o trabalho.

Segundo a LDBE nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Ao elaborar a proposta pedagógica, deve-se levar em conta a realidade local e proporcionar ao discente um desenvolvimento crítico indispensável à cidadania.

Ao constatar que o Estado desempenha um papel central na tentativa de erradicação do trabalho de crianças e adolescentes, a realização desta pesquisa torna-se pertinente porque observa-se na região as relações de trabalho precário, em especial com a prática do trabalho de crianças e adolescentes no processo produtivo e comercial local. Algumas pesquisas têm tido foco no trabalho infantil no município, contudo esses estudos não abordam as ações e projetos desenvolvidos pelas escolas no enfrentamento da situação.

Portanto a persistência do trabalho de crianças e adolescentes na produção e comercialização no PCAP e a lacuna nos estudos acerca da instituição escolar nesse tema justificam a relevância desse estudo, tendo como base empírica para aprofundar a análise dessa questão.

Assim, a escola não pode ficar alheia ao contexto social, e junto com outros atores sociais, deve desempenhar um papel fundamental na constituição de uma determinada sociedade e contribuir para promover as mudanças da realidade vigente. Para tanto se faz necessário direcionar um olhar para compreender como a Escola Estadual de Ensino Médio

Estelita Timóteo constrói projetos educacionais de forma a relacionar a teoria com o cotidiano dos discentes e docentes, em especial na disciplina de Sociologia, por essa contemplar em toda etapa do ensino médio, por meio dos livros didáticos, uma reflexão direcionada ao mundo do trabalho e todo o processo de transformação do trabalho em termos históricos e na atualidade.

O interesse no tema da pesquisa surgiu devido ao meu exercício de professora desde 2008, e constatar vários problemas na questão ensino-aprendizagem. Quando comecei a trabalhar nesta instituição de ensino, ela ofertava o ensino fundamental II que compreende 6º ao 9º ano e o ensino médio. Nesse período era comum encontrarmos alunos matriculados nas etapas finais do ensino fundamental que tinham dificuldade em escrever e ler, houve situação de alunos que apresentavam dificuldade de escrever seu próprio nome. No ensino médio, havia uma continuidade nas dificuldades de aprendizagem, semelhante à dos alunos do fundamental II.

O cotidiano escolar era permeado por falta de envolvimento dos alunos com o conteúdo, por alunos que dormiam na sala de aula, pelo não cumprimento das tarefas extraclasse. Nos diálogos realizados em sala de aula, sobre os possíveis motivos do fraco desempenho, a justificativa era sempre a mesma: “estou cansado devido ao trabalho”. Assim sendo, observa-se empiricamente que os alunos estavam inseridos no mundo do trabalho, independentemente da série e da idade. Ao trazer para debate a expectativa de continuidade no ensino superior o interesse era de aproximadamente 10%, principalmente nas instituições particulares, por não acreditarem ter condições de inserir-se nas universidades públicas. O trabalho na confecção, estava sempre em primeiro plano entre os alunos.

A escola apresentava tantos problemas que somente em 2015 as turmas da escola Estelita Timóteo começaram a participar do sistema de avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)³. Não foi possível identificar o motivo pelo qual a Escola não participou das avaliações anteriores, no entanto, para uma escola ser avaliada é necessário preencher alguns requisitos⁴. A direção escolar ao ser questionada disse que a avaliação era por amostragem e a Escola não havia sido escolhida.

³ IDEB criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>;

⁴ As escolas que não preencherem a situação do aluno podem ficar de fora das estatísticas oficiais que servem de base para o cálculo das taxas de aprovação, reprovação e abandono, e para o cálculo do índice de

A partir de então, percebi que aquelas práticas eram resultado da forma como estava estruturado o cotidiano dos moradores da cidade. Assim, é possível observar que a reprodução do espaço escolar se articula com a reprodução do modo de vida.

De acordo com o constatado, os alunos e alunas encontram inúmeras dificuldades para acompanhar a aprendizagem escolar com uma visão crítica que o qualifique para o exercício da cidadania e consequentemente para inserção no mundo do trabalho de forma mais qualificada como preconiza a LDB.

A prática docente permitiu-me envolver com a realidade de crianças e adolescentes moradores da cidade e interessar-me em pesquisar o tema da educação. O trabalho infantil surgiu como preocupação de investigação durante o período em que fui aluna regular do curso de Serviço Social na UEPB, e tive a oportunidade de participar de um curso de extensão do Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-Juvenil (NUPECIJ), que em muito me fez despertar a atenção para o problema, pois mediante as leituras sobre o trabalho de crianças e adolescentes e as tentativas de erradicação do problema, me fez compreender que era necessário usar em sala de aula ferramentas metodológicas que proporcionasse aliar a teoria com a prática, visando desenvolver a criticidade dos discentes sobre as condições de trabalho a qual eles estavam inseridos.

Outro acontecimento que despertou em mim o desejo de desenvolver a pesquisa foi a apresentação da dissertação de Eugênio Pereira do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais na (PPGCS- UFCG), sobre a precariedade nas relações de trabalho existente no polo de confecções de Pernambuco. Ao assistir fiquei maravilhada, pois boa parte do que ele falava eu conhecia na prática, mas não tinha conhecimento de que aquela realidade era alvo de objeto de estudo científico.

Nessa dissertação estou desafiada a manter o distanciamento de uma realidade social que me é bastante próxima na prática do ofício, o que exige uma “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, 2010) o rigor da pesquisa científica, que exige do investigador, entre outras características, a criatividade, a disciplina e a organização, mesmo lidando com confrontos de ideias e práticas sociais díspares.

Passo a apresentar alguns indicativos sobre como foi desenvolvido o nosso estudo. A pesquisa, foi iniciada com uma revisão bibliográfica sobre o território de Toritama, a inserção

desenvolvimento da educação básica (IDEB). Fonte; <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31969-ideb>. será estabelecido critério de participação mínima de 50 % de participantes em relação ao número de matrículas declaradas ao Censo Escolar, conforme § 1º do Art. 3º.
Fonte: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislação/2011/portaria_n149_16062011_prova_brasil.pdf.

da criança e do adolescente no mundo do trabalho ao longo do século XX no Brasil, e a história da política educacional brasileira, em seguida houve em sala de aula uma abordagem sobre as condições de trabalho no início do século XX no Brasil, com várias abordagens sobre o mundo do trabalho, como ferramenta metodológica, foi pedido para os alunos relatar um pouco de sua história de vida para que fosse possível comparar com o conteúdo programático. Em seguida foi feita uma análise documental do projeto político pedagógico da Escola Estelita Timóteo referente ao período 2019 e 2020, para observar como a escola lida com o trabalho infanto-juvenil, realizou-se entrevistas semiestruturada com a diretora, a coordenação pedagógica, com 4 (quatro) professores representando as diversas áreas do conhecimento e o técnico administrativo, na tentativa de compreender de forma qualitativa a percepção dos agentes envolvidos na construção do PPP da escola. Para tanto, o critério para escolha dos entrevistados é que eles estejam trabalhando na escola por mais de 5(cinco) anos.

Por tanto, qualifico esta pesquisa inicialmente como descritiva qualitativa, a qual não objetiva suas explicações a partir da representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um objeto de estudo, descrevendo e explicando dialeticamente suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural. Visto que na abordagem qualitativa, segundo Trivinos (1987, p.128), a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Considerando a complexidade dos fatores que determinam a existência do problema, elegemos analisar as ações e projetos realizados pela Escola Estelita Timóteo na tentativa de contribuir com o combate ao trabalho de crianças e adolescentes existente no município.

Uma vez que a escola junto com outras instituições tem um papel fundamental na construção ou reconstrução de uma sociedade não podendo ficar alheia do contexto social.

Devido à natureza do problema em estudo e dos objetivos que orientam esta investigação, além da análise documental, utilizaremos a análise de conteúdo com relação às entrevistas realizadas. Nessa perspectiva Bardin (1977, pp. 45 e 46) afirma: a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta visando evidenciar os indicadores em estudo. Contudo a análise e interpretação dos dados apontam procedimentos metodológicos mediante a problemática e hipótese do trabalho, visando obter indicadores qualitativos ou não, que permitam a inferência dos conhecimentos relativos às condições de produção científica e recepção do problema em estudo. Assim, “A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que

possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (GIL, 1989, p.166). Nessa perspectiva, na interpretação das informações com relação ao objeto enfatizar a(s) resposta(s) ao problema pesquisado na perspectiva do conhecimento obtido em função do problema em estudo.

Diante do exposto, a estrutura textual do presente trabalho segue o seguinte percurso:

O primeiro capítulo, apresenta a história do município de Toritama, enfatizando aspecto social, educacional e econômico, atrelada a informalidade, ao trabalho em domicílio, o qual, surge como alternativa a sobrevivência, centrado na participação feminina. No decorrer do tempo, esse modelo local organiza-se e passa a pertencer ao polo de confecções do agreste pernambucano ganha proporções regional e nacional, destacando-se na produção, comercialização e prestação de serviços relativo à confecção, tornando-se na atualidade conhecida como a capital do Jeans. Para compreensão deste conteúdo, iremos utilizar como referencial teórico; Maria Cristina Cacciamali (1983, 2001), OIT (2001, 2006), dados do IBGE alguns trabalhos contidos no Grupo do TDEPP/UFCG (Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas), como Bruno Mota Braga (2014), Vêras de Oliveira (2011), Elaine Bezerra (2011, 2018), entre outros.

O segundo capítulo, vai direcionar um olhar para a história da criança e do adolescente no Brasil, sua inserção no mundo do trabalho, as convenções internacionais da OIT no tocante ao problema, as políticas de atenção proposta pelo poder público brasileiro direcionada a esse grupo ao longo do Século XX, as políticas públicas contidas na Constituição Federal de 1988, que os torna sujeito de direitos, as causas e consequências que propicia o surgimento e permanência desta prática, e a atual situação do município de Toritama onde o trabalho de crianças e adolescentes é aceito e naturalizado. Para análise deste item, recorreremos as seguintes referências; Mary Del Priore (2010), João Clemente de Souza Neto (2000), Maria Cristina Cacciamali (2010), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Terçália Suassuna Vaz Lira (2020), Jéssica Lôbo Sobreira (2014), Coordinfância (2020), entre outros.

No terceiro Capítulo, analiso o surgimento do processo educacional relacionada a ordem burguesa capitalista e ao processo de industrialização com base em KARL MARX (1996), sendo assim, prosseguimos com abordagens sobre o modelo implementado no Brasil até antes da Constituição Federal de 1988, utilizamos as contribuições científicas de Guilherme Carlos Corrêa (2006), Everett Reimer (1979) e Gilmar Rocha (2009), onde prevalece as ideias tradicional na forma de pensar a educação. Para finalizar o assunto, destaca-se a importância da escola e de suas práticas na construção de uma sociedade democrática e conhecedora de sua realidade. Utilizando-se do pensamento científico de Paulo

Freire, (1996), Bourdieu (1992), Moacir Gadotti (1997), LDB-1996 (Lei de Diretrizes e Base da educação Básica).

No quarto ponto, o trabalho visa conhecer a situação educacional do município em estudo, caracteriza o campo da pesquisa, analisa o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição de ensino, relata as entrevistas realizadas e expõe a conclusão. Para essa etapa do projeto, foi usado dados do IBGE, IDEBE, IDEPE, a pesquisa de campo, entre outros.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO POLO DE CONFECÇÕES DE TORITAMA SOB A ÉGIDE DA INFORMALIDADE

A intensidade com que se verifica o desenvolvimento de atividades informais na economia contemporânea foi tema de importante relevância por parte da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no início da década de 1970, onde diversos estudos foram realizados no intuito de compreender as razões da expansão e diversificação destas atividades no processo produtivo nos diversos países em especial nos periféricos. Segundo a OIT, denomina atividade informal:

o sector informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objectivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas. Estas unidades funcionam normalmente com um fraco nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital, enquanto factores de produção e operam em escala reduzida. As relações de trabalho - quando existem - baseiam-se a maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco, e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais. (OIT, 2006, P.24).

A partir da discussão proposta pela OIT, verificou-se que a expansão da prática de atividades informais se faz presente em quase todos os países com diferentes graus de importância. Essa modalidade de trabalho em países de economia periférica apresentava forte expressão. Na América Latina nas duas últimas décadas do Século XX a maior parte das atividades geradas estavam relacionadas à informalidade, para a OIT, essa modalidade de trabalho aprofundava a pobreza já existente. No final da década de 1960, a OIT criou o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC)⁵, na busca de viabilizar projetos no combate à pobreza e estimular atividades que no início do século XX vai ser denominado de trabalho decente⁶. Diversos estudos e artigos foram produzidos levando em conta as particularidades de cada sociedade com diferentes perspectivas. Devido a heterogeneidade das atividades no setor informal, não foi possível uma explicação

⁵ Instituição internacional onde foi produzido vários estudos sobre o desenvolvimento econômico da América Latina, tendo por entendimento a insuficiência do crescimento econômico no tocante a melhoria das condições social da população que continuava vivendo na situação de pobreza e exclusão social.

⁶ Sobre a definição de trabalho decente, OIT (2002). o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

consensual sobre o fenômeno e as implicações de suas causas. O resultado dos estudos realizados neste programa até 1970, sobre a informalidade relaciona sua existência a vários fatores estruturais enfatizando as particularidades locais e a vivência de uma realidade dualista com segmentos “modernos” e “atrasados.” Segundo o entendimento da OIT, a informalidade nas atividades econômicas era mais intensa nos países pobres:

O setor informal se caracterizava também por baixas remunerações, o PREALC (1978) postulava uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho. Os ocupantes do setor informal eram caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos. Nesta versão do modelo, eram as características dos migrantes vindos do campo e a insuficiente disponibilidade de oportunidades de emprego no setor formal urbano que determinavam que o setor informal funcionasse como um receptáculo para os migrantes rurais que aportavam nas cidades. Assim, o setor informal era visto como a “porta de entrada” ao mercado de trabalho urbano. (KREIN; WEISHAUPT, 2010, p.9).

Segundo Cacciamali (1983, p.20), a OIT e o PREALC conceituam o setor informal como agrupamento de todas as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes (exceção feitas aos liberais profissionais), e empresas muito pequena ou não organizada⁷.

Em 1991, a 78ª Conferência Internacional do Trabalho rediscutiu o problema da informalidade a partir do tema, “O dilema do setor não estruturado” (OIT,1991). Como resultado da Conferência temos a ampliação das atividades que compõem o setor informal e a decisão de que apoiar o setor informal estaria condicionado a superação da situação de pobreza extrema e trabalho desumano. Neste momento, mesmo em meio a continuidade nas divergências quanto a classificar a atividade informal passa a existir um consenso de que as unidades informais podem ser de dois tipos; empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresa com trabalho assalariado, conforme Krein:

Tal conceito mais abrangente contempla, do ponto de vista metodológico, tanto o critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação”. Seu âmbito se ampliou e passou a incluir as seguintes categorias: a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) micro empregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária. (KREIN; WEISHAUPT 2010, p.12).

⁷ A denominação atividade não organizada, está associada, em geral, tanto àquelas atividades que não constam nas estatísticas oficiais como ao trabalho realizado por conta própria independente.

Nas últimas décadas do Século XX, as atividades informais tornam-se complexas e muitos estudos direcionaram a compreensão do fenômeno a reconfiguração do capital. Segundo Cacciamali (2001), as mudanças que vêm sendo implementadas na economia mundial a partir dos anos 80, constitui a base sobre a qual ergue-se, configura-se e nutre-se o processo de informalidade. Portanto, para a autora os setores formais e informais do mercado de trabalho não são setores dicotômicos ou duais são relações existentes nesse mercado e as atividades mais numerosas no processo de informalidade encontra-se os pequenos estabelecimentos produtivos, o trabalho por conta própria, os serviços domésticos e os contratos de trabalho não registrado junto à seguridade social.

Parte da dinâmica econômica capitalista internacional e de como ela está sendo traduzida num dado território ou sociedade objeto de estudo. São as mudanças estruturais - econômicas, sociais, políticas e institucionais – que ocorrem em uma determinada sociedade ou território, em especial, as articulações criadas no âmbito da estrutura produtiva e os efeitos sociais e institucionais decorrentes, que configuram de uma maneira concreta um determinado processo de informalidade. (CACCIAMALI, 2001, p.10)

Em 2002, no momento de aprofundamento da globalização, na realização da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, observa-se o surgimento constante de novas atividades produtiva direcionada a informalidade, por esta razão permaneceu a heterogeneidade para conceituar as atividades informais e a OIT passou a trabalhar com a denominação economia informal.

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceite ou considerada como exacta da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. A expressão "economia informal" é preferível à expressão "sector informal", pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só sector de actividade económica, mas sim de vários. A expressão "economia informal" refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. (OIT, 2006, p. 6 e 7).

Em meio a heterogeneidade nas abordagens, há um entendimento que a informalidade causa a vulnerabilidade da massa trabalhadora, pois intensifica o crescimento da precarização do trabalho, a flexibilização das atividades econômicas, a terceirização, a decisões políticas com recuo das políticas sociais, entre outras. Lembrando que as práticas associadas a precarização e a informalidade não são exclusivas deste momento, mas aprofunda-se com a

falência do modelo fordista⁸. Segundo Vêras, “A problemática da informalidade, não é nova, ela é constitutiva do padrão de relações de trabalho que se estabeleceu com a industrialização do país” (VÉRAS, 2011, p.191).

1.1 PARTICULARIDADES DA INFORMALIDADE NO BRASIL E NO NORDESTE

A origem e expansão do mercado brasileiro, quanto ao processo de informalidade nas atividades produtivas, pode ser compreendido com base em diversos estudos, no entanto, para melhor entendimento, esse assunto apoia-se nos argumentos da OIT, Roberto Vêras de Oliveira e Cacciamali. Segundo OIT/PREALC a informalidade associa-se:

Nos termos do PREALC/OIT, a origem do trabalho informal na América Latina e Caribe teria sido resultante da migração campo-cidade, sobretudo desencadeada no pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto de industrialização tardia. Os processos de reorientação econômica, com mais ou menos intensidade em cada país, teriam implicado na expulsão de força de trabalho das atividades agropecuárias em direção às zonas urbanas, sob a atração exercida pela indústria. Esta, no entanto, não adquirira a capacidade de absorver tais contingentes suficientemente, gerando-se com isso um excedente de força de trabalho, que foi levado a prover, por conta própria, sua sobrevivência em atividades improvisadas, principalmente no comércio e no setor de serviços. (VÉRAS, 2011, p.197).

Conforme mencionado, o processo de informalidade incorpora à tradicional abordagem da exclusão e da pobreza, novas dimensões da realidade contemporânea, com forte expansão no contexto pós-fordista em diversos países do mundo com característica peculiar em cada região e grande expressão nos países de economia periférica. Para a OIT, a informalidade era relacionada a fatores estruturais, locais e à situação de pobreza. Portanto, ao analisar as condições da sociedade brasileira verifica-se a existência de fatores propício ao desenvolvimento do fenômeno.

Ao longo do século XX, o desenvolvimento capitalista nos países centrais foi acompanhado pela introdução de garantias de direitos sociais aos trabalhadores. O capitalismo no período denominado Estado de Bem-Estar Social criou um modelo de sociedade

⁸ Modelo fordista refere-se à grande negociação entre Estado, capital e trabalho, que se seguiu à II Guerra Mundial, a qual incluiu, nos países centrais, além do conjunto de direitos associados ao trabalho, (como férias, adicional noturno, adicional por insalubridade, décimo terceiro etc.), a assistência previdenciária (aposentadoria, seguro-desemprego, licença saúde etc.), o pleno emprego e o repasse automático do aumento da produtividade aos salários.

formalizada do tipo contratual/institucionalizada com acordos entre Estado, capital e trabalho proporcionando o pleno emprego⁹, no intuito de diminuir as desigualdades.

Diferente dos países centrais, nos países periféricos, em especial no Brasil, o Estado de Bem-Estar Social não foi vivenciado, pois com a industrialização tardia centrada na zona urbana e na região sudeste, boa parte da população não conseguiu incluir-se nesse modelo produtivo aprofundando as desigualdades já existente. Segundo Vêras:

No que se refere aos países periféricos, produziu-se um contraste, visto que a industrialização, o assalariamento e a proteção social se estabeleceram em condições tardias, parciais e precárias, respectivamente. No caso do Brasil, produziu-se, nesse processo, uma clara discrepância nas condições de trabalho e de vida entre trabalhadores rurais e urbanos, “nortistas” e “sulistas”, da indústria e dos serviços, qualificados e não qualificados, assalariados e autônomos, formais e informais (VÉRAS, 2011, p.199).

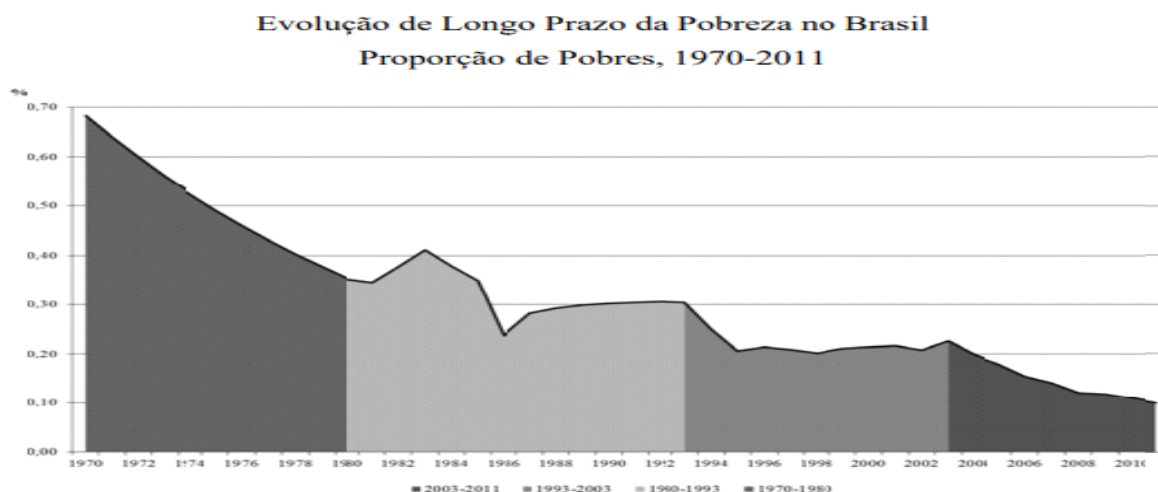
Ao traçar o panorama das transformações sociais e econômica da sociedade brasileira atrelada ao processo de industrialização, observa-se a um aumento nas relações de trabalho formais, uma intensa migração campo-cidade e o crescimento das atividades da economia informal como alternativa a sobrevivência de parte da população. Segundo Vêras:

O processo de assalariamento, embora crescente, era parcial; estabelecia-se uma combinação discrepante entre um polo dinâmico, fortemente integrado à economia mundial e dotado de alguns mecanismos de proteção social, e outro, vinculado subalternamente àquele, capaz de integrar amplas parcelas da população trabalhadora, mas sob padrões precários.” (VÉRAS, 2011, p.200).

Ao analisar a pobreza no Brasil, ao longo de século XX, constata-se um declínio na totalidade, no entanto as desigualdades regionais permaneceram existindo e houve um aprofundamento dessa realidade no país. Conforme Rocha (2013, p.04); A proporção de pobres no país cai fortemente de 68,4% para 35,3%, o que corresponde a declínios deste indicador em todas as regiões e estratos de residência, embora em ritmos bastante diferenciados.

⁹ De um modo geral, pleno emprego pode significar que em determinado momento a população economicamente ativa realiza o volume de atividade máxima que é capaz de realizar e pode dizer-se que o pleno emprego se traduz numa situação em que todo o indivíduo que se apresenta no mercado de trabalho a procura de ocupação a encontra. (Anita Kon Revista Economia & Tecnologia (RET) Volume 8, Número 2, p. 5-22, Abr/Jun 2012).

Gráfico 1



Fonte: ROCHA, 2013.

No Brasil as garantias de direitos direcionada aos trabalhadores proporcionou uma cidadania parcial restrita a pequena parcela da população deixando parte dela as margens, contribuindo para a ideia de que se vivia uma sociedade dualista com segmentos “modernos” e “atrasados”. Conforme (VÉRAS, 2011, p. 201) operava-se, assim, uma associação entre cidadania, ocupação e formalização dos vínculos ocupacionais, o que fornecia a base para uma percepção das relações de trabalho fundamente marcada, a partir de então, pela diferenciação formal-informal¹⁰.

A década de 70 no Brasil coincide com o fim do “milagre econômico”, e com a crise fordista nos países central criando condições para organizar e reestruturar o capital, acarretando aumento da informalidade no país. Como relata Leite:

As práticas associadas à precariedade não são novas; ao contrário, como as novas formas de informalidade, elas constituem em geral velhas práticas ressignificadas, que se generalizam a partir de 1970, promovendo um processo de regressão social. Nesse sentido, a precariedade passa a ocupar um lugar central na lógica da acumulação, avançando de uma posição residual para o coração da atividade econômica. (LEITE, 2011, p. 32).

No Brasil, a atividade econômica sempre esteve relacionada à agro exportação, sendo implementada as atividades industriais tardiamente comparado aos países capitalistas centrais. Enquanto a Europa vivenciava essa transformação no processo produtivo no Século XVIII, no

¹⁰ “Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo de Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de ‘formalidade’ e ‘informalidade’ foram pouco a pouco sendo construídas. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos” (NORONHA, 2003, p. 5).

Brasil essa realidade só vai ser possível 200 anos depois. Ao industrializar-se na década de 1930, a indústria encontrava-se concentrada na região Sudeste só sendo descentralizada para outras regiões a partir da década de 1970 em diante. Conforme evidência os estudos de Rocha sobre a pobreza no Brasil:

Considerando a divisão regional do país, a queda da pobreza foi mais acentuada no Sudeste, sendo que São Paulo apresentou resultados excepcionais, já que a proporção de pobres no Estado em 1980 correspondeu a um terço daquela medida em 1970. Em contrapartida, no Nordeste e no Norte/Centro-Oeste, a evolução da pobreza foi bem menos favorável no período, levando ao agravamento da repartição regional dos pobres brasileiros, isto é, aumentando a participação das regiões onde a incidência de pobreza já era mais elevada. O número de pobres nordestinos no total de pobres brasileiros, por exemplo, passou de 38,5% em 1970, para praticamente a metade (49,1%) em 1980, o que ocorreu apesar da desconcentração da atividade produtiva. Embora a contribuição do Sudeste e, em particular de São Paulo, no PIB nacional tenha se reduzido no período em função de iniciativas como a Zona Franca de Manaus e os incentivos fiscais para investimentos no Norte e Nordeste, esta evolução não se rebateu sobre a renda das famílias. Isto se deveu, naturalmente, às desvantagens estruturais das regiões mais pobres, em particular no que se refere à qualificação da sua mão de obra. (ROCHA, 2013, p.4)

A região Nordeste, possui quatro sub-regiões: Zona da Mata - com sua história econômica com base na cana-de-açúcar, o Agreste e Sertão – com atividades econômicas pautada na agricultura e na criação de rebanho bovino e ovino e o Meio-Norte – prevalecendo as atividades de extração vegetal. Durante as quatro primeiras décadas do século XX, a economia desta região teve como principal atividade a agricultura monocultora e a pecuária. Só a partir dos anos de 1950, mais precisamente em 1955, com a inauguração da Usina Hidrelétrica do São Francisco na Bahia e posteriormente em 1960, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento de Nordeste (SUDENE), iniciativa do governo federal, que a região passa a construir projetos de irrigação, capacitação agrícolas e projetos industriais. Boa parte dos projetos desta instituição foi direcionada a beneficiar usineiros e exportadores de produtos primários e quanto às instalações das indústrias encontram-se as dos ramos de confecção, vestuário e alimentício. A migração de empresas para a região se deu devido a abundância de mão de obra a baixo custo.

Sendo assim, a reprodução estrutural das atividades informais ao longo do Século XX no Brasil, pode ser compreendida segundo Cacciamali (2001), como decorrente, dentre outros fatores, na forma como foi implementada e desenvolvida a economia pautada na industrialização, sendo aprofundado na década de 1970, ocasionando a permanência das desigualdades existentes nas diversas regiões brasileiras.

Sabe-se que as atividades informais se desenvolvem de formas diferenciadas de acordo com as particularidades, observamos que tal fenômeno tem expressão mais significativa no Norte e no Nordeste¹¹. Segundo (IBGE,2018) a proporção de trabalhadores informal nas respectivas regiões em 2017 atingiu 59,5% e 56,2%, segundo (IBGE,2018).

Na região Nordeste o problema da falta de emprego é bem mais grave e tem formas de manifestação diferentes, onde se destaca muito mais o papel das ocupações não assalariadas de baixa renda. Isso reflete o menor grau de desenvolvimento capitalista da região que gerou menos empregos formais e um excedente de mão-de-obra mais expressivo. Esses problemas de emprego ocorrem em todas as faixas etárias. O dinamismo da economia foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa, mesmo no caso dos homens no vigor da idade produtiva. Por isso, a proliferação do trabalho autônomo de baixa renda que se verifica nessa região é uma clara manifestação da existência de um grande excedente estrutural de mão-de-obra. (TOMAZINI, 1995, p. 88).

Com a concepção de desenvolvimento industrial focada na região Sul e Sudeste, a região Nordeste vai vivenciar fortes consequências com boa parte da população tendo como alternativa ao desemprego; a migração para as áreas industrializadas ou a permanência no território baseando sua sobrevivência, na informalidade, em especial via o trabalho domiciliar com a participação de toda família na produção com o uso da força de crianças e adolescentes neste modelo econômico. Além da pouca oferta do emprego formal, o auto índice de analfabetismo aprofundava ainda mais a inserção do nordestino na informalidade. Conforme Cacciamali:

Substancial parte da força de trabalho latino-americana, tendo em vista as restrições da demanda agregada, apresenta dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho porque possui pouca educação formal, formação profissional ou experiência no trabalho. Dessa maneira, para determinadas parcelas da população, muitas vezes, essas formas de trabalho representam, a única possibilidade de se apropriar de renda e constituem uma estratégia de sobrevivência. (CACCIAMALI, 2001. p.17/18.)

Em meio a essa realidade, compreende-se o desenvolvimento da produção, comercialização e prestações de serviços relativo a confecções, no município de Toritama pertencente ao Polo de Confecções do Agreste Pernambucano(PCAP), que teve sua origem na Sulanca como alternativa de sobrevivência da população local, e que devido à complexidade nas últimas décadas com a incorporação de algumas características referenciadas da chamadas produção flexível, a aspectos identificados com a “tradicional”

¹¹ O Estado do “Pará (64,2%), na Região Norte, e Maranhão (66,2%), no Nordeste, foram as UFs que apresentaram, em 2017, as maiores proporções de trabalhadores em empregos informais. Por outro lado, Santa Catarina (23,3%) e Rio Grande do Sul (29,8%), ambos na Região Sul, registraram as menores proporções”. (IBGE, 2018).

produção em massa fordista, numa relação intersticial em que se imbrica a “velha” e a “nova” informalidade, mantendo a base na produção em domicílio.

1.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TERRITÓRIO PRODUTIVO-COMERCIAL DE TORITAMA

O município de Toritama está localizado na mesorregião do agreste Pernambucano, área de transição entre a Mata úmida e o Sertão semiárido. A região do agreste, nas áreas úmidas e de brejo, durante muito tempo abasteceu a capital do estado com produtos alimentícios por desenvolver uma lavoura diversificada e a pecuária leiteira, essa região apresenta como principais atividades econômica: a criação de gado, a produção de leite, o cultivo de plantas (algodão, milho, feijão, mandioca, café, sisal, frutas e verduras). No entanto, por essa região ser dividida em sub-regiões há lugares em que o solo não é propício à agricultura devido à seca. Conforme Lira:

A sub-região abrange áreas de brejos onde a agricultura é favorável, porém também possui faixas muito secas, sendo estas inapropriadas para o plantio. Sendo assim, muitas destas populações serviram, no passado, de força de trabalho, migração sazonal, para as áreas da monocultura canavieira. (LIRA, 2006, p.101).

Toritama, localizada na faixa mais seca mais precisamente, no agreste setentrional no alto Capibaribe¹², sempre apresentou um dos índices pluviométricos mais baixo da mesorregião pernambucana, e um clima muito quente com elevada temperatura durante todos os meses do ano. Os fatores climáticos apresentados na região, sempre foi um dos maiores problemas enfrentados pela população na busca pela sobrevivência, pois a indisponibilidade de recursos hídricos é um problema presente em todo processo histórico do município até os dias atuais, onde boa parte da população para suprir suas necessidades básicas tem que ser através da compra da água realizadas em carros pipa ou em compras fracionadas¹³ vendidas em baldes de plásticos ou vasilhames de alumínio em cima de uma tração animal; carroça de burro como é popularmente conhecido na região.

¹² O IBGE indica que o espaço territorial do estado de Pernambuco é formado por cinco Mesorregiões geográficas; Mesorregião metropolitana do Recife, Mesorregião da Mata, Mesorregião do Sertão, Mesorregião do São Francisco e **Mesorregião do Agreste** composta por vale do Ipanema, vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns e Brejo Pernambucano integrando 71 municípios.

¹³ O comércio de água fracionada é um *habitus* no município sendo a mesma utilizada para beber e cozinhar, devido as águas vendidas nos carros pipas apresentam cor, odor e sabor duvidoso para o consumo humano. Ao prazo da entrega quando da compra de carros pipas pois, as águas vendidas geralmente são oriundas das cidades e estados vizinhos o que ocasiona atraso na entrega. (Obs.: a água vendida na carroça de burro também é de origem duvidosa, porém, a população acredita que essa água é mais límpida).

Imagem - 1 Venda de água em Toritama



Fonte: acervo pessoal. 03-02-2021.

O comércio da água nesta modalidade, surge como alternativa à compra de água nos carros pipa e faz parte do cotidiano dos moradores que geralmente utilizam essa água para beber e cozinhar. Além da falta de recursos hídricos também é característica da localidade o solo pedregoso e pouco espesso, a vegetação de caatinga, o relevo formado por serras e regiões planas e existência de afloramentos rochosos. A palavra Toritama significa região das pedras (Tori = pedra Tama = Região) em referência a condição natural do solo.

Imagem - 2 Afloramentos rochosos como elemento natural comum a zona habitacional de Toritama



Fonte: Adaptado do Plano Diretor de Toritama (2006).

Segundo dados do IBGE, o município possui uma área Territorial de 25,704 km² e uma população estimada em 46.164 pessoas em 2020. Os seus habitantes concentram-se cerca de 96% na zona urbana e se chamam toritamenses. A cidade limita-se ao norte com os municípios

de Taquaritinga do Norte e Vertentes, ao sul com Caruaru, a Leste com Brejo da Madre de Deus e Santa Cruz do Capibaribe, e a oeste, com os municípios de Frei Miguelinho e Riacho das Almas. Conforme o mapa.

Imagem -3 **Mapa de Toritama.**



Fonte: Mapa MICHELIN Toritama - mapa Toritama- https://www.viamichelin.pt/web/Mapas-plantas/Mapa_planta-Toritama-55125-Pernambuco-Brasil.ViaMichelin.

O município, localiza-se as margens da BR 232 e fica a aproximadamente 169km de Recife, a capital do Estado.

1.3 A FABRICAÇÃO DE CALÇADO EM TORITAMA: REFLEXO DA EXPANSÃO DA ECONOMIA INFORMAL

Conforme mencionado, Toritama sempre vivenciou problemas com o clima seco e a falta de recursos hídricos não sendo propício à agricultura e não incluída no processo de industrialização, razões que levou os moradores desta localidade a buscarem desenvolver atividades econômicas ligada a informalidade para sobrevivência, conforme observado pela a (OIT, 1972).

O chamado setor informal da economia urbana, que foi entendido como um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência (KREIN, WEISHAUPT, 2010, p.8).

A fabricação de calçado na região foi uma atividade econômica bastante desenvolvida na localidade, desde sua criação quando Toritama se configurava como distrito de torres pertencente ao município de Vertentes conforme Sebrae:

Distrito criado com a denominação de Torres, pela lei municipal nº 219, de 15- 11- 1924, subordinado ao município de Vertentes. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Torres, figura no município de Vertentes. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31- XII-1937. (SEBRAE, 2019, p.10).

Toritama, desde a década de 30 centrou sua base econômica na fabricação de calçados, sob condições precárias, informal, com o processo de fabricação domiciliar geralmente realizado em tendas envolvendo famílias inteiras sendo esse ofício passado de pai para filhos, conforme Braga:

Aos poucos, a atividade comercial de calçados se firma sob condições de trabalho precárias, com unidades produtivas informais (conhecidas popularmente como tendas), tecnologia de domínio popular e cujo aprendizado do trabalho era normalmente adquirido por meio das relações familiares e de parentesco. (BRAGA, 2014, p.45).

Essa fabricação de chinelos, sandálias e sapatos de couro e de borracha, fez do município um polo calçadista de destaque na região durante a década de 1970, e proporcionou à população habilidades para o comércio. O comércio da venda de calçados nesta região foi impulsionado pelos marreteiros e pela venda em feiras livres que eram realizadas semanalmente.

Imagem – 4 Fotografia de uma unidade produtiva familiar de calçados (tenda), nos anos de 1940. A borracha, derivada do pneu, fazia parte da matéria prima dos primeiros calçados



Fonte: Braga 2014 *apud* acervo Fotográfico de Mario J de Araújo.

Após o declínio da atividade calçadista em decorrência da grande concorrência da indústria de calçados feitos de material sintético de outras regiões, substituindo a sandália de

couro, a atividade local entra em crise obrigando a população a buscar em outro segmento meios para sua sobrevivência, conforme evidência Braga:

As fábricas de São Paulo, Rio Grande do Sul, expandiram seus calçados e o transporte aumentava, facilitando assim o comércio. Em Toritama, chegava de São Paulo as primeiras sandálias japonesas. Foi muito fácil vender as sandálias. Era um calçado muito popular reservado para as pessoas pobres (BRAGA, 2014, p. 21).

Sendo assim, a população que trabalhava na produção calçadista começou uma readaptação das máquinas e equipamentos já manuseados por eles para iniciar a produção de confecções e posteriormente a produção de jeans na cidade. Essa reestruturação econômica que introduziu a população na produção sulanqueira foi influenciada pelo crescimento da produção da feira em Santa Cruz de Capibaribe na década de 1970, mantendo a mesma estrutura no processo produtivo; a informalidade, trabalho em domicílio e a participação de crianças e adolescentes.

1. 4 ORIGEM DA PRODUÇÃO DA SULANCA

A origem da palavra Sulanca apresenta mais de uma versão. Em um estudo publicado sobre a Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe destaca-se que:

Para uma corrente, Sulanca vem da união de helanca (malha vinda do Sul do País) e sul. Outros dão como origem uma designação depreciativa dada ao produto no início, algo como sucata. Esta hipótese tem mais fundamento porque é coerente com o princípio da coisa: coberta ou roupa feita pelo povo com pedaços de retalhos. Era coisa mal-acabada, de carregação mesmo, como poderia ser em sua origem numa sociedade então muito pobre, que buscava sobreviver com seus próprios meios. Assim, é provável que o **su** de Sulanca tenha vindo de sucata assim como o **lanca**, de helanca. Nessa versão, a Sulanca, pois, originariamente, estaria para a confecção usual assim como a sucata está para o equipamento normal. (SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, disponível: <http://www.oocities.org/Sulanca/sultxt.htm>).

Tanto a origem do termo como a forma pela qual a feira da Sulanca surgiu apresenta mais de uma versão. Dentre as explicações encontra-se relatos feitos pelos moradores locais, feirantes, escritores locais e pelos pesquisadores das academias exemplos; Lira (2006), Elaine Bezerra (2018), Bruno Mota Braga (2014). Mediante realidade, vamos direcionar nossas informações de acordo com leituras realizadas no TDEPP (Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas -UFCG) que nos direciona para compreensão que a feira da Sulanca (feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda). teve início mediante iniciativas de homens e mulheres

entre os anos 1940 e 1950, onde constata-se as primeiras confecções de roupas de crianças, roupas rústicas para o trabalho no campo e lençóis para usos domésticos, tudo feito de retalhos incentivados por comerciantes que viajavam para a capital.

Estudos apontam o surgimento do ramo da confecção devido a ação de três comerciantes locais (Manoel Caboclo, Pedro Diniz e Dedé Moraes), que no final da década dos anos 50 iam a Recife vender galinhas, queijo e carvão vegetal, de volta trazendo retalhos de tecido, com as quais eram confeccionadas roupas para uso doméstico. (LIRA, 2006, p.102)

O início da produção da Sulanca ocorreu em Santa Cruz do Capibaribe, durante as décadas de 1940 até o início de 1970, com as relações de produção das mercadorias ocorrendo lentamente com base na informalidade, com confecções de peças de baixa qualidade, centradas nos domicílios. O contexto histórico da população nordestina no momento do surgimento da Sulanca, está relacionado ao movimento migratório de sua população masculina em busca de trabalho para a região sudeste. Por esta razão, há estudos que relacionam o surgimento da produção sulanqueira como uma atividade feminina, com a presença de crianças e idosos em meio às atividades domésticas das famílias ali residentes.

De acordo com Bezerra:

A produção de roupas na região inicia-se a partir do trabalho das mulheres costureiras, mas com o passar o tempo elas vão dividindo esse espaço também com os homens, principalmente a partir do surgimento da produção do jeans e do surgimento de serviços especializados como as lavanderias e o bordado. (BEZERRA, 2018, p. 78).

A comercialização das mercadorias produzidas, centrava nas ruas do centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe com as mercadorias expostas no chão, passando a ser expostas posteriormente em bancos de madeira. A produção da Sulanca teve seu momento de grande expansão na década de 1970, com a introdução das máquinas e as produções sendo realizadas nos fabricos e facções¹⁴. Esse crescimento influenciou cidades ao seu entorno, a exemplo de Toritama e cidades de outros estados do Nordeste. Conforme (Bezerra, 2018, p.90), “Nos primeiros momentos, o desenvolvimento do Polo (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama) ocorreu de forma lenta e gradual. Até que, na década, de 1970 a região vivencia um

¹⁴ Fabricos e facções – Unidade produtiva de pequeno porte.

verdadeiro “boom” da Feira¹⁵. da Sulanca e Santa Cruz do Capibaribe desponta como cidade mais expressiva”, conforme Vêras:

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco é um aglomerado de iniciativas produtivas e comerciais relacionadas ao setor de confecções, com foco em roupa casual (masculina e feminina), brim (jeans, bermudas, saias, shorts e camisas), malharia (camisetas, tops, blusas, vestidos), outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas), moda infantil e lingerie. Se estabeleceu, a partir dos anos 1950/1960, em torno das “Feiras da Sulanca”, em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, mas hoje seu raio de influência se estende por dezenas de municípios do Agreste de Pernambuco e repercute na Região e no país. (VÉRAS, 2011, p.1).

1.5 A ENTRADA DE TORITAMA NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES

Devido a cidade estar localizada geograficamente entre Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, os feirantes que vinham comprar nas cidades vizinhas, começaram a visitar Toritama que teve sua organização comercial com finalidade de expor as mercadorias produzidas, ou as chamadas primeiras feiras da Sulanca, iniciada nas ruas da cidade, sem a participação do poder público, onde constata-se a realização da primeira versão da Feira da Sulanca organizada na Rua da Igreja, onde os feirantes vendiam suas mercadorias em lonas, carroças ou como ambulantes.

A feira da Sulanca de Toritama cresce e se estrutura na rodovia que dá acesso a Caruaru e Santa Cruz, tornando ponto central para os feirantes, com isto, vai surgindo prestação de serviços tais como; restaurantes, lanchonetes e pousadas como parte da dinâmica comercial. Mediante localização se fez necessário que o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), juntamente com o Poder Público Municipal, intervisse no intuito da realocação da feira, cadastrando os bancos e cobrando imposto dos comerciantes. (BRAGA, 2014, p. 50)

A ação que reloca os feirantes para um espaço próprio para a realização do comércio, observa-se no mesmo espaço; bancos da feira livre de jeans, boxes e lojas do parque das feiras e do shopping e lojas em seu entorno. A feira da Sulanca em Toritama, ganha um dia específico para sua realização, compondo um calendário com as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, e atrai compradores das diversas regiões do país. A feira de Sulanca, é

¹⁵ O dia de feira é o dia em que é realizada a Feira da Sulanca, momento de maior comercialização nas cidades de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e onde todos os espaços comerciais do território comercial estão em pleno funcionamento.

realizada semanalmente, diuturnamente e durante muito tempo funcionou aos domingos, segundas e terças-feiras, podendo seu funcionamento ser alterado mediante as estações e a procura. Isto é, no período de grande procura o calendário de funcionamento da feira pode ser modificado para melhor atender aos clientes e feirantes com modificação de dias e horários. Conforme calendário de 2020 e 2021, presente nas imagens.

Imagem – 5 Dias da realização das Feiras em Toritama



Fonte: [pt-br.facebook.com > feiradojeans > posts](https://pt-br.facebook.com/feiradojeans)



Fonte: [pt-br.facebook.com > feira do jeans > posts](https://pt-br.facebook.com/feira.do.jeans)

A produção da Sulanca, desempenhou um papel diversificado nas três cidades mencionadas, e entre elas, Santa Cruz do Capibaribe foi a que teve sua economia mais dinamizada em relação às demais. A cidade de Toritama, se especializou na produção de peças de jeans com grande incidência de lavanderias e beneficiamento de serviços industriais projetando nacionalmente como a **capital do jeans**. Segundo Sebrae, o município concentra mais de 3 mil empresas de confecções e mais de 50 lavanderias industriais, de onde saem aproximadamente 15% da produção nacional de confecções em jeans, cerca de 60 milhões de

peças por ano. O ápice desta produção e comercialização de confecções diversificadas tem sua consolidação em 2001 com a construção por iniciativa de um grupo de investidores privados, contando com o apoio do poder público municipal, do primeiro centro comercial dedicado aos produtos de confecção da região, denominado Parque das Feiras.

O Parque das Feiras em Toritama, localiza-se afastada do centro da cidade na BR 104 com uma área de 9 hectares, concentra o comércio da cidade com a predominância da maioria das lojas existentes na localidade. O parque das feiras tem funcionamento diário entre das 9; 00 horas até as 15:00 horas.

Em 2001, surgiu o primeiro Centro Comercial Parque das Feiras, construído em uma área de 9 hectares e situado às margens da BR104, deslocado do centro da cidade. Inicialmente foram oferecidos 985 boxes de 3 m² (primeira parte) e posteriormente 125 lojas de 25 m² (segunda parte), além dos espaços reservados às lojas e boxes. A área interna do Parque (com cerca de 5 mil metros de área coberta) compreende ainda uma praça de alimentação, banheiros públicos, caixas eletrônicos, uma rádio comunitária e, na área externa, um estacionamento com capacidade para 2.000 veículos. Atualmente está em elaboração um plano para uma ampliação da área construída, incorporando mais boxes e lojas e, em seguida, mais lojas e uma nova praça da alimentação. A gestão do Parque das Feiras é de responsabilidade da ALPF – Associação Lojista do Parque das Feiras. (BRAGA, 2014, p. 51).

Logo após ser criado o parque das feiras, a feira da Sulanca e as Grandes lojas passa a se estabelecer ao seu lado, formando um novo espaço econômico com complexo de atividade diversa

1.6 ASPECTOS SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA NA ATUALIDADE

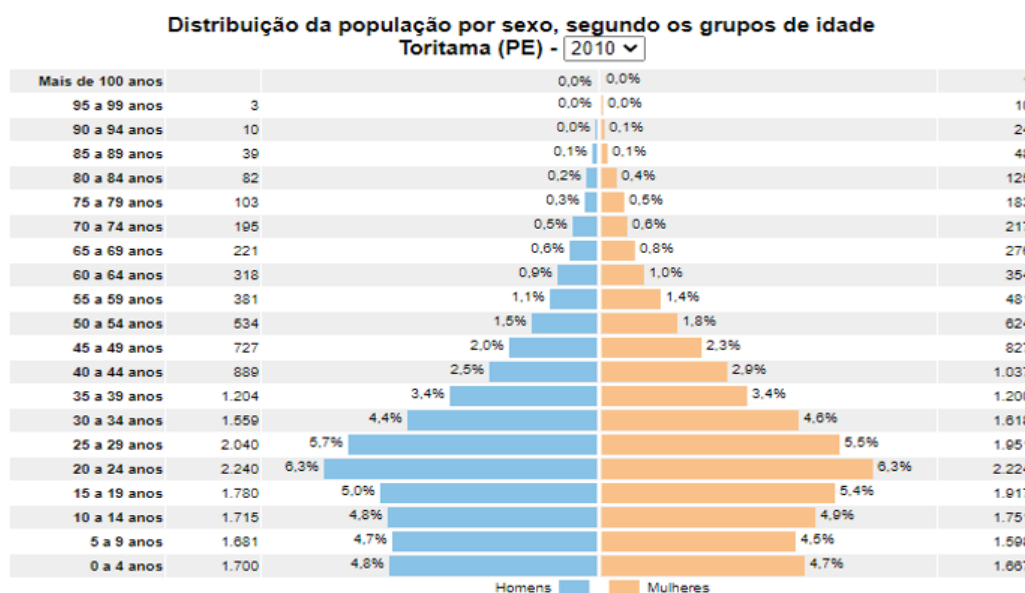
O município de Toritama faz parte do aglomerado produtivo comercial e de serviços relativos a confecções com relativa importância para a região e para o Brasil, com suas mercadorias sendo consumida por diversos estados brasileiros gerando emprego para a população local e a população em seu entorno.

Toda essa roupa em jeans produzida em Toritama é escoada pelo Brasil através dos milhares de comerciantes, atacadistas e lojistas de diversos estados do País, que vêm semanalmente à Feira do Jeans fazerem suas compras e abastecerem suas lojas com o que há de melhor e mais atual da moda de jeans, direto nas lojas de fábrica. (SEBRAE, 2019, p.7).

Em relação a composição da população, Toritama segue a mesma característica do Estado e do Brasil composta na maioria por adultos. Sua população é distribuída entre

homens e mulheres, sendo que a população masculina representa 17.421, enquanto a população feminina é de 18.133 hab. Conforme o gráfico.

Gráfico - 2



Fonte: IBGE/Censo (2010).

Segundo pesquisas, as mulheres responsáveis pelo domicílio vêm crescendo em todas as faixas etárias de idade no Brasil. Toritama segue a mesma característica nacional de maneira mais expressiva, pois no município as mulheres são responsáveis por 41,13 % dos domicílios (SEBRAE, 2019), enquanto no Brasil é de 37,3%¹⁶.

O desenvolvimento das atividades no polo de confecções do agreste Pernambucano com forte produção de jeans, tem sido considerado um “modelo de desenvolvimento” regional, com crescimento significativo no Produto Interno Bruto da região. A cidade de Toritama congrega:

Concentra mais de 3 mil empresas de confecções e mais de 50 lavanderias industriais, é responsável por 75% da produção da indústria de confecções do Nordeste, sendo o município o responsável por 15% da produção de jeans fabricado no país ocasionando aumentando significativamente sua participação no produto estadual, sendo o 2º PIB Per capita na região conforme (SEBRAE, 2019, p. 28).

¹⁶ Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza . Disponível em: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vul>, Acessado em; 12/05/2020.

**QUADRO - 1 Evolução do Produto Interno Bruto de Toritama e dos municípios
marcos de comparação: Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, 2010=100%**

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Toritama	282.076	26,6	87,2	104,3	112,7	102,4
Caruaru	3.417.378	15,3	40,7	55,1	83,3	79,0
Cruz do Capibaribe	727.015	17,3	40,0	53,1	73,4	71,5
Pernambuco	97.189.760	13,3	31,7	45,2	59,6	61,5

Fonte: Condepe Fidem

Quanto ao (IDH)¹⁷, índice de desenvolvimento humano, segundo IBGE 2010, o município alcança o patamar de 0,618 considerado médio na escala de classificação. O IDH do município apresentou avanços; mas ainda se encontra abaixo da média Nacional (0,727), Estadual (0,673), das cidades centrais do polo Caruaru (0,677), e Santa Cruz do Capibaribe (0,648.). O crescimento ao longo das duas décadas não acompanhou a média nacional. O índice de desenvolvimento humano permite verificar que a renda conserva baixos índice de crescimento e que a economia da cidade cresce atrelada a concentração de renda. Conforme o atlas Brasil (2013) ¹⁸. Segundo (Rios, p. 160), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Toritama, apesar de ter apresentado um aumento, vem caindo no ranking no Estado de Pernambuco. Se em 1991 ocupava o 14º lugar, nos anos 2000 e 2010 caiu para 44º e 45º, respectivamente.

QUADRO - 2 Evolução do IDH de Toritama

Toritama	Posição IDHM	IDHM	Posição IDHM Renda	IDHM Renda	Posição IDHM Educação	IDHM Educação	Posição IDHM Longevidade	IDHM Longevidade
1991	173º	0,448	117º	0,675	216º	0,222	147º	0,602
2000	272º	0,481	135º	0,728	404º	0,245	170º	0,623
2010	207º	0,618	98º	0,797	325º	0,452	183º	0,655

Fonte: IBGE 2010

No município, a dimensão cujo índice mais cresceu foi a educação seguindo o modelo nacional:

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,448, em 1991, para 0,618, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,440 para 0,673. Isso implica em uma taxa de crescimento de 37,95% para o município e 52% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi

¹⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acessado em: 26 de junho 2021.

¹⁸ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/toritama_pe. Acessado em: 26 de junho de 2021.

Educação (com crescimento de 0,230), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda”. (ATLAS BRASIL, 2013).

Na atualidade, a cidade é conhecida pelas oportunidades empregatícias, no entanto seu cotidiano é permeado por problemas sociais e econômicos que perpetua o ciclo de pobreza existente. Ao analisar o Cadastro único (CadÚnico)¹⁹ do município de 2021, constata-se que 8.577²⁰ famílias inscritas dentre as quais: 4.387 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00 (51%), 1.188 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 (14%), 2.183 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário-mínimo (25%), e 819 com renda per capita acima de meio salário-mínimo (10%). Dentre as famílias inseridas no CadÚnico 4.290 famílias são beneficiárias do bolsa família. Essa realidade apresentada fortalece a análise do IDH presente no quadro 2 quanto a renda. No tocante a educação, o IDH apresentou evolução, mas o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresenta-se menor do que as demais cidades em seu entorno. Conforme tabela.

QUADRO -3 Comparação do IDEB entre as cidades centrais do pólo²¹

CARUARU	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	TORITAMA
5.5	5.2	4.3

Fonte: IDEB, INEP.

O trabalho em domicílio faz parte do modelo produtivo desde a origem, no entanto com a disseminação da ideia de trabalho livre, autônomo e empreendedorismo a partir dos anos 90, verifica-se que os domicílios são transformados em espaços de produção provocando; limitação no cotidiano dos indivíduos que dividem moradia e ambiente de trabalho, aumento nas especulações imobiliárias, desregulação das leis trabalhistas e aumento populacional, conforme Sebrae:

¹⁹ O Cadastro Único é um Programas Sociais do Governo Federal, que permite identificar as famílias de baixa renda no país, inclui-las em programas para a concessão de benefícios como; Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde, Benefício de Prestação Continuada (BPC). Foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Disponível em: <https://www.bxblue.com.br/>.

²⁰ Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel/menu_painel_senarc/visaogeralpbf.php?chv=0.2144328059027063&mu_ibge=&p_ibge=261540.

²¹ Este resultado inclui todas as escolas da cidade. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

As fábricas existentes no município adotaram a prática de terceirizarem as atividades produtivas para facções, negociando o pagamento por atividade realizada, sem assumir outros custos de produção, como: energia elétrica, manutenção das máquinas, linha para costura, erros na produção, destinação dos resíduos gerados e direitos trabalhistas. Existem ainda algumas empresas que operam com máquinas próprias durante uma ou duas semanas do mês e, no restante, contratam serviços das centenas de empresas informais familiares espalhadas pela cidade. (SEBRAE, 2019, p.33).

Esse modelo econômico, tendo por base a produção domiciliar, a flexibilização e precarização do trabalho é conhecida nacionalmente e tem a informalidade como a característica mais marcante no processo de produção, não só no seu surgimento, mas também na época da prosperidade, ocorrida a partir da década de 1990 até aos dias atuais.

Essa atividade produtiva, foi um ramo que se desenvolveu à margem do controle fiscal do Estado e projetou a cidade como sendo lugar de trabalho. A pauperização e a exploração da força de trabalho na região é uma realidade cotidiana que possibilitou à cidade ser objeto de investigação em muitos trabalhos acadêmicos²² nas ciências sociais. Devido a situação precária a qual a população é submetida expõe-se as contradições sociais ali presente mostrando moradias luxuosas fruto do desenvolvimento econômico do município e as condições precárias de vida dos trabalhadores. Esse modelo de produção, consolidou-se tendo por base a tríade composta pela informalização/precarização e produção em domicílio realizado nas confecções domésticas (pequenas edificações construídas no mesmo terreno ou um cômodo construído na casa especialmente para esse fim), exercido com predomínio feminino, sendo a base da produção local por permitir o trabalho doméstico – conjunto de serviços prestado pela mulher a família – a realização das atividades nesta modalidade se dá pela flexibilidade e envolve todos os membros da casa; adultos, idosos, crianças, adolescentes, parentes e vizinhos, são as denominadas facções. É sob esse contexto, que se reproduz a permanência da força de trabalho de crianças e adolescentes com o conhecimento e naturalização da família e da sociedade. Conforme Rios:

²² Podemos citar; o Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA/UFPE) e o Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (*TDEPP/UFPG*) onde a maior parte de suas pesquisas são direcionadas a estudar a informalidade no Polo de Confecções do Agreste pernambucano, ainda podemos citar as seguintes: “TRABALHO INFORMAL E PRECÁRIO SOB DINÂMICAS SOCIAIS DE REPRODUÇÃO, RECONFIGURAÇÃO E CONTESTAÇÃO: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO” e “QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO; coordenado pelo Professor Roberto Veras de Oliveira. Ana Elizabeth Motta (Trabalho social e assistência: a realidade de Toritama – PE), Erica Paula Elias Vidal de Negreiros (Viver em Toritama é trabalhar-2010). A cidade de Toritama, também foi destaque no programa de televisão chamado Profissão Repórter exibido às 22hs na rede globo de televisão, no dia 8 de agosto de 2012. Essa reportagem, tinha por tema; Formas de trabalho escravo no Brasil e Estou me Guardando pra Quando o Carnaval Chega, lançado em 2019.

Sua estrutura é marcada pelas contradições de um projeto de “desenvolvimento local” que tem como características: a mobilização do capital endógeno; a movimentação dos atores socioeconômicos; as estratégias de gestão dos governos locais; a promoção do fortalecimento individual de um território para a competição – atrelado a um modelo de produção que tem como base a produção familiar no domicílio e o salário por peça, e a informalidade; que insere mais de 90% da sua força de trabalho considerada economicamente ativa, incluindo, nessa inserção, a apropriação do trabalho infantil. (RIOS,2019, p.135).

Na cidade de Toritama existem indivíduos das diversas regiões do país, com relativo destaque para os residentes das cidades em seu entorno e cidades de estados vizinho a exemplo de Campina Grande-PB, que estão inseridos nos diversos espaços de produção e prestação de serviços na cidade. Toritama gera emprego de forma direta e indireta para as cidades do estado Pernambucano e para os estados vizinhos. Pois, é comum encontrar motorista de alternativos transportando tecido para as cidades de Alcantil, Queimadas e Campina Grande, para a confecção de peças que posteriormente são comercializadas nas feiras do município. Também é comum encontrar transporte agregados a algumas fábricas, por exemplo, os ônibus da empresa Cabral (empresa com sede em Campina Grande-PB) que se encontra no estacionamento de uma fábrica de roupas íntimas servindo exclusivamente para a locomoção diário de trabalhadores principalmente oriundos da cidade de Alcantil. Conforme evidencia o estudo de Bezerra (2011), sobre as unidades produtivas no Cariri Paraibano, Toritama gera emprego direto e indireto.

Toritama tem mais de mil fábricas de jeans, e 60 mil empregos, sendo 15 mil diretos. Surubim, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, além de Toritama, integram o Arranjo Produtivo Local (APL), no qual 120 mil empregos diretos e 360 mil indiretos têm ligação com a cadeia do jeans. O piso salarial é de um salário mínimo. (SEBRAE, 2019, p.7)

Segundo estudos do Sebrae 2019, a cidade teve o maior aumento de população entre 2015 e 2016 na região pernambucana.

Por ano, a população de Toritama-PE aumentou 4,8% e alcançou 59% de crescimento em toda a década. De 21.800 habitantes no ano de 2000, a população da cidade chegou a 35.554 em 2010 até agora, todo esse crescimento populacional se deve a vinda de pessoas de outras cidades e estados atraídos pela produção de jeans e investem na potencialidade do município. (SEBRAE, 2019, p. 13)

QUADRO - 4 Migrantes pendulares que trabalham e/ou estudam em Toritama, segundo município de residência. 2000

Município	Número	%
Vertentes	785	43,29
Caruaru	659	36,33
São Caetano	44	2,43
Santa Maria do Cambucá	43	2,35
Surubim	42	2,33
Santa Cruz do Capibaribe	39	2,17
Brejo da Madre de Deus	36	1,99
Bezerros	30	1,65
Lajedo	19	1,04
Frei Miguelinho	18	1,00
Ribeirão	18	1,00
Timbaúba	17	0,96
Barra de Guabiraba	16	0,86
Casinhas	15	0,81
Taquaritinga do Norte	11	0,62
João Alfredo	9	0,49
Riacho das Almas	6	0,35
Lagoa dos Gatos	6	0,32
Total	1813	100,00

Fonte: IBGE Censo Demográfico (2000), *apud* Vasconcelos (2012)

Toritama, agrega trabalhadores de várias localidades nas mais diferenciadas funções nos diversos segmentos sociais como; educação, saúde, assistência social, jurídica e nas etapas do processo de produção relativo a confecções. A cidade, não tem instituição de ensino superior e nem escola profissionalizante sendo carente de mão de obra qualificada. Conforme BDE²³, a população local limita-se a oferta educacional básica devido à ausência de instituições de ensino superior ou profissionalizante exposto no quadro abaixo.

²³BDE- Apresenta os perfis municipais do Estado contendo indicadores demográficos, socioeconômico e de infraestrutura.

QUADRO - 5 Números de Instituição Educacional no Município de Toritama

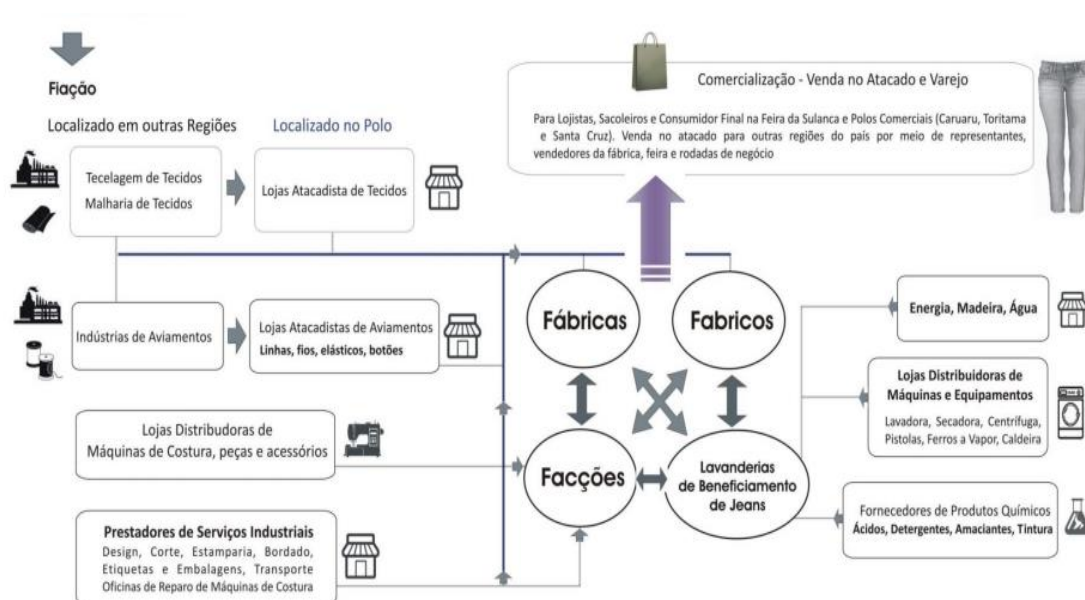
DENOMINAÇÃO	ANO	QUANTIDADE
Escolas de Ensino Pré-Escolar	2013	20
Escolas de Ensino Fundamental	2014	28
Escolas de Ensino Médio	2014	2
Educação Profissional	2014	—
Instituições de Ensino Superior	2013	—

Fonte: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br), TRE; IBGE, Pnud/Ipea/FJP, INEP, Datasus, Compesa, Celpe, MTE, DETRAN-PE, Banco Central, STN e Agência CONDEPE/FIDEM.2016.

Conforme os dados do INEP, quando o aluno conclui o ensino médio e deseja se profissionalizar tem que procurar esses serviços em outras cidades. Isso muitas vezes torna-se um obstáculo para os moradores que geralmente trabalham o dia todo e só dispõe do turno da noite para dedicar-se aos estudos ocasionando um déficit de profissional qualificado. Sendo assim, é comum encontrar pessoas que moram em outras cidades; Campina Grande, Caruaru e Recife, exercendo cargos no serviço público e nos serviços privados especializados. Esses trabalhadores geralmente não moram em Toritama, pois a cidade apresenta algumas deficiências na infraestrutura como: falta de água nas torneiras, esgoto a céu aberto, escassez de atendimento na saúde com falta de médico e de hospitais especializados, problemas habitacionais, clima muito quente, poluição e pouca arborização. Para além dos problemas mencionados, a cidade apresenta déficit na promoção do lazer, tais como: cinema, teatro, atividades esportivas para os jovens e praças arborizadas. A alternativa de ocupação do tempo fora da jornada de trabalho restringe-se a bares localizados nas calçadas em frente às residências feitos de tendas, em trailer ou nas próprias residências onde se divide o espaço de morar e trabalhar. Os trabalhadores oriundos de outros estados, retornam a sua cidade de origem nos fins de semana, nas quinzenas ou uma vez por mês de acordo com a remunerações recebidas. Já os trabalhadores formais que têm sua carga horária definida ou informais que trabalham por conta própria e são detentores de melhores salários realiza o movimento migratório diário. Sendo assim, o processo migratório também é uma característica marcante no município.

Segundo a figura abaixo, a indústria de confecções no município tem as seguintes etapas do processo corte, costura, lavagem, acabamento e comércio de aviamentos.

Imagem – 6 Cadeia produtiva do jeans



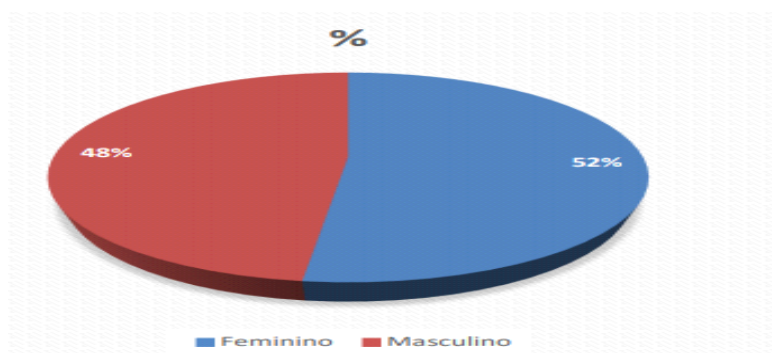
Fonte: Pereira, 2018.

Na concepção de Carneiro a empresa familiar compreende:

Quase exclusiva da mão-de-obra familiar seguindo uma lógica de relações semelhante à da organização da unidade de produção familiar agrícola. Por princípio, todos os membros da família são trabalhadores potenciais, mas serão acionados segundo uma hierarquia de prioridades definida basicamente pelas identidades de gênero, sendo as mulheres mais requisitadas que os homens. (CARNEIRO, 2006, p.116).

O modelo produtivo no município, segue a descrição de empresa familiar trazida por Carneiro, envolvendo todos os familiares com forte presença feminina. Segundo IBGE o censo demográfico de 2010, constatou que entre os empreendedores no município 53% eram do sexo feminino e 46,9% era do sexo masculino.

Gráfico – 3 Perfil dos empresários por sexo/gênero.



Fonte: Sebrae 2019.

QUADRO - 6 Grau de instrução da população de Toritama

DISCRIMINAÇÃO- Escolaridade	QTDE.	%
Médio	1469	48,1
Fundamental	1433	46,9
Sem instrução	129	4,2
Superior	15	0,5
Não informou	7	0,2
Total	3053	100

Fonte: SEBRAE 2019.

O modo de vida em Toritama é definido pelo trabalho como conclui Erika Vidal de Negreiro no seu estudo de dissertação intitulado; “VIVER EM TORITAMA É TRABALHAR”, ela relata que era comum encontrar pessoas se alimentando sentadas nas máquinas de costuras e que crianças reproduziam as mesmas tarefas repetitivas.

O município é considerado central na oferta de emprego para a região, devido a intensa produção do jeans:

O desenrolar da vida em Toritama está associado ao trabalho, sendo os espaços sociais utilizados para atender às suas necessidades. Essa invasão do trabalho nas práticas sociais, por vezes é compreendida como positiva, ficando perceptível a ideologia do empreendedorismo na cidade”. Desse ponto de vista, Toritama não recebe novos moradores, mas, novos trabalhadores que saem de suas cidades em busca de uma alternativa de renda independente das condições de moradia e de trabalho. (SEBRAE,2019, p.19).

Segundo o IBGE, 2018, para os trabalhadores que estão inseridos no mercado formal na cadeia produtiva de confecções na cidade de Toritama a média salarial é de 1.5 salários-mínimos, o que configura a situação de precariedade da força de trabalho.

QUADRO -7 Salário Médio dos Municípios do Alto Capibaribe – 2017

Colocação	Município	Salário Médio (salários mínimos)
1º	Santa Maria do Cambucá-PE	1,8
2º	Surubim-PE	1,6
	Frei Miguelinho-PE	1,6
	Casinhas-PE	1,6
5º	Santa Cruz do Capibaribe-PE	1,5
	Vertentes-PE	1,5
	Vertente do Lério-PE	1,5
8º	Toritama-PE	1,4
	Taquaritinga do Norte-PE	1,4

Fonte: IBGE

Em meio ao exposto, far-se-á o estudo da história da criança e do adolescente inserido no processo produtivo nos segmentos urbanos e indústrias no Brasil e no município de Toritama.

CAPÍTULO II

A INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO AO LONGO DO SÉCULO XX NO BRASIL

O presente capítulo, objetiva compreender a história da criança e do adolescente, as políticas públicas da atenção, a influência do discurso internacional na legislação brasileira, os direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988 e a atual situação do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil e em especial no município de Toritama-PE.

Sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, Kassouf define:

Os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil ocorrem na época da escravidão, que perdurou por quase quatro séculos no País. Os filhos de escravos acompanhavam seus pais nas mais diversas atividades em que se empregava mão-de-obra escrava e exerciam tarefas que exigiam esforços muito superiores às suas possibilidades físicas. (KASSOUF, 200, p.324).

A presença de crianças e adolescentes no processo produtivo, é uma prática anterior ao capitalismo pois, no processo de produção manufatureiro, havia a presença de um trabalhador adulto, qualificado denominado mestre que ensinava aos menores o seu ofício. Como mencionado por Kassouf, os primeiros relatos sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil data da época da escravidão onde os filhos ao acompanhar os pais desenvolviam tarefas superior as suas capacidades. Ao longo do processo histórico com a industrialização e uso das máquinas, uma parte da população oriundos de camadas economicamente oprimida foram direcionadas para a indústria devido a menor intensidade no uso da força para a produção das mercadorias, conforme observa-se nas palavras de Marx:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-orderm da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros das famílias dos trabalhadores, sem distinção de sexo e de idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro dos limites decentes para a própria família. O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo da força de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família [...] amplia o material humano de exploração (MARX, 1996, p 28).

Em meio ao contexto, a inserção de crianças e adolescentes no processo produtivo torna-se uma constante nos diversos segmentos da indústria.

No Brasil, de acordo com Del Priore (2000, p.147) “durante a República Velha, o trabalho infanto-juvenil foi o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes e em índices de custo de vida extremamente elevados”. A utilização da mão de obra de crianças e adolescentes pobres, esteve associada ao processo de industrialização como uma forma de pressionar para baixo os salários dos adultos.

No contexto da dinâmica do capital, a exploração do trabalhador e das relações de trabalho torna-se mais intensa e a presença de crianças e adolescentes auxiliando na renda familiar torna-se essencial, pois devido aos baixos salários fazia-se necessário o trabalho de todos os membros familiares.

A compreensão da constituição histórica da exploração do trabalho infantil durante a Revolução Industrial evidencia que não é a maquinaria a grande responsável pela exploração de crianças, mas sim as relações sociais em que as máquinas fazem parte. Na sociedade capitalista, a finalidade dos avanços tecnológicos deixa de ser o alívio da labuta humana para se transformar em meio de intensificação da jornada de trabalho, de criação de desemprego e ampliação da mais-valia por meio da exploração de *cheap Labour*. (CONDE, 2012, p. 64- 65).

Na sociedade brasileira, a presença de crianças e adolescentes, passa a ser encontrada nos diversos setores produtivos tais como; indústria alimentícia, de produtos químicos, na metalúrgica e nas fábricas em geral, mas é no setor têxtil que sua presença se torna mais expressiva. Del Priore (2000, p.148) afirma que: “A indústria têxtil correspondia ao setor de maior absorção de mão de obra e grande parte dos trabalhadores que empregava era representada por crianças e adolescentes. Em princípios da década de 1910, o Departamento Estadual do Trabalho apurou que em estabelecimentos têxteis da cidade de São Paulo, essa mão de obra era equivalente a 30%. Em 1919, o mesmo Departamento verificava que, considerando o total de trabalhadores absorvidos pelo setor têxtil no estado, 37% eram menores, sendo que, em relação aos estabelecimentos da capital, essa mão de obra era estimada em cerca de 40%”. A presença acentuada de crianças e adolescentes neste setor não tinha limites.

Imagem – 7 Trabalho de crianças em fábricas

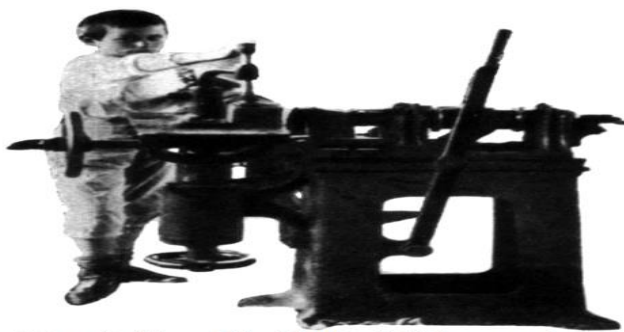


A mão de obra das crianças no trabalho fabril gerava denúncias frequentes na imprensa operária: espancamentos e mutilações pelas máquinas vão tornando-se “fatos corriqueiros”.

A mão de obra infantil também era utilizada no espaço fora das indústrias, sendo realizados na companhia dos pais, vizinhos ou parentes, isto é, no ambiente familiar. A história da inserção de criança e adolescente no mundo do trabalho, sempre foi marcada por violência, abusos e diversas privações de práticas inerentes à infância. Muitas vezes, para a manutenção da disciplina do menor no trabalho, eles eram submetidos a agressão física por seus superiores. A situação de violência, também era praticada pelos pais quando eles estavam na condição de patrão. Conforme Del Priore:

Em 1909, os trabalhadores da Vidraria Santa Marina declaravam-se em greve, exigindo aumento de salários para os menores que trabalhavam naquele estabelecimento. Em 1917, a greve dos operários de uma fábrica de tecidos e bordados na Lapa, apresentava dentre as reivindicações, a exigência de que fosse dispensada uma mestra que puxava as orelhas das meninas, além de espancá-las. (DEL PRIORE, 2010, p.156)

Imagem – 8 Criança manuseando máquinas.



Menino operário da Marcenaria Filipo Celli, em Petrópolis (RJ). Suas pequenas mãos manuseiam a máquina que mede quase a sua altura.

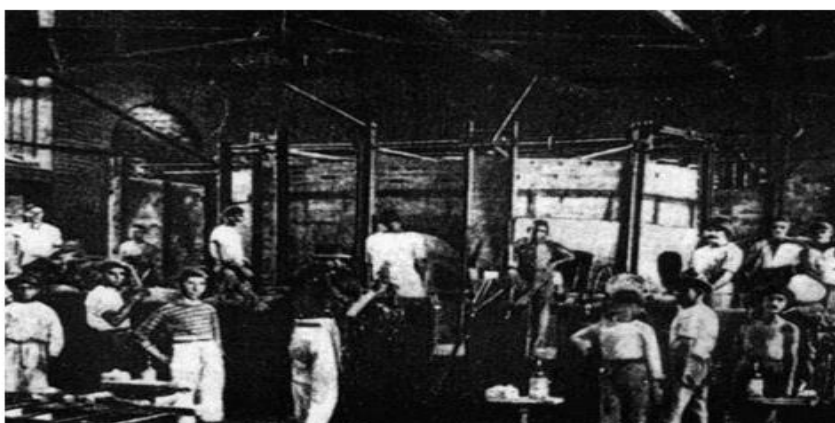
No início da República no Brasil, que se caracteriza pela industrialização, o trabalho de crianças e adolescentes atingia 10, 12 ou 14 horas diárias sem descanso semanal, com

intervalos reduzidos e realização de atividades noturnas, que ampliava a exploração. Conforme as palavras de Del Priore:

Assim, no decorrer das primeiras décadas republicanas, o trabalho do menor permaneceu como importante elemento de contenção dos custos da produção, acentuando ainda mais a já significativa espoliação dos trabalhadores nos estabelecimentos industriais e, num verdadeiro círculo vicioso, manteve-se, praticamente, como recurso do qual a classe trabalhadora dificilmente poderia abrir mão, no afã de sobreviver. (DEL PRIORE, 2010, p.152.).

No início do século XX, outro fator que agravou a má condição de vida das crianças e adolescentes no Brasil foi o fechamento da instituição da Roda dos Excluídos (local de abrigo de crianças abandonadas) no século XIX. Com essas instituições fechadas, os menores que dependiam desta instituição passaram a morar nas ruas e ser vistos como “marginais” e “vadios”. A situação de abandono ocasionava transtorno para a organização da sociedade e os problemas ocasionados por crianças e adolescentes oriundo das camadas sociais baixas, tornou-se questão de polícia. Neste contexto, o trabalho tinha a função de resgatá-los e preservá-los do contato pernicioso das ruas, dos vícios, das “vagabundagens” e das seduições tornando-se um *habitus*²⁴ da sociedade brasileira a presença de crianças e adolescentes no processo produtivo.

Imagem -9 Trabalho de Crianças na Vidraçaria.



Os meninos na seção dos fornos da vidraçaria. Trabalho intenso, perigo e privações são o dia a dia.

Em notícias publicadas no início do século XX, o jornal o Estado de S. Paulo ilustra claramente a tendência a considerar o trabalho como redentor da infância e da adolescência

²⁴ O *habitus* é uma subjetividade socializada (Bourdieu, 1992, p. 101). Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam.

abandonadas, desamparadas, imersas na vadiagem, na delinquência, na criminalidade. Ilustra, também, a tendência a fazer do abandono, do desamparo, da delinquência e da criminalidade infanto-juvenis, uma justificativa louvável para a exploração da capacidade produtiva da infância e da adolescência. (DEL PRIORE, 2010, p. 154)

Na sociedade brasileira, a inserção da mão de obra de crianças e adolescentes no processo de produção é algo presente desde o período colonial, mas, é no modo capitalista de exploração da força de trabalho que há uma intensificação. Conforme (RIOS, 2019, p.56), a partir do processo de industrialização, a força de trabalho de crianças passou também a ser negociada no processo produtivo, em especial na produção têxtil.

Devido aos fatores históricos, tais como: a tradição escravocrata e a pobreza existente, a trajetória da criança e do adolescente no Brasil é marcada por diversas privações e dificuldades sendo causado por negligência do Estado, da família e da sociedade em geral. Segundo NETO (2000, p. 105), ao estudá-la evidenciam-se diversas consequências enfrentadas pelas crianças, como: maus tratos, abusos sexuais, mortalidade infantil, miséria, fome, crianças sem teto, sem família e em situação análoga à escravidão.

A utilização de crianças e adolescentes oriundo das camadas sociais pobres no mundo do trabalho é uma realidade vivenciada e denunciada desde início do século passado, conforme observado na leitura de Del Priore:

Nos centros urbanos, diversas e expressivas greves foram acontecendo em reivindicação de direitos trabalhistas até que em julho de 1917, eclodiu uma greve geral paralisando os setores industriais, comerciais e de transportes em São Paulo. A denúncia a respeito da exploração do trabalho infantil teve muita repercussão. O jornal A Plebe, de 9 de junho de 1917, no seu número 1, noticiou que o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração de Menores tem promovido reuniões em vários bairros com o fim de organizar as ligas operárias que, dentro em breve, reconstruirão a união geral dos trabalhadores. (DEL PRIORE, 2010, p. 332.).

O jornal A Plebe, em 10 de setembro de 1919, informou: ...a exploração de menores nas bastilhas de trabalho desta capital constitui um dos crimes mais monstruosos e desumanos da burguesia protetora dos animais. (...) Basta permanecer na porta de qualquer fábrica, à hora de principiar ou de cerrar a laboração, para se constatar, que uma enorme legião de crianças, entre os nove e os 14 anos, se definha e atrofia, num esforço impróprio à sua idade, para enriquecer os industriais gananciosos, os capitalistas ladrões e bandoleiros. Em 1917, o que motivou precisamente a formidável agitação operária então verificada, foi a ignominiosa e despuddorada escravidão e exploração dos menores. Nessa época, a jornada de trabalho em vigor em todos os estabelecimentos manufatureiros era superior a dez horas. Os salários, com que se gratificava o sacrifício imposto a estas crianças, não ia além duns magros quatrocentos ou quinhentos reais por dia. O rigor disciplinar, enfim tresandava bastante ao que é adotado nas casernas penitenciárias. Hodiernamente, as condições de trabalho para os menores pouco se modificaram. A jornada está, é certo, reduzida a oito horas para muitas fábricas; os salários aumentaram em muitos centros de trabalho, uns tristes reaes. Mas que importa isso? Os mestres, os encarregados, os diretores de fábricas, que para os

filhos são todos blandícias e carinhos, para as crianças proletárias mostram-se uns verdadeiros carrascos. (...) Maltratam-se crianças com mais insensibilidade do que se espanca um animal. Edificante, não acham? (DEL PRIORE, 2010, p. 333.).

Mesmo iniciando-se muito cedo no mundo do trabalho e submetidos a jornadas excessivas, trabalho noturno e insalubre, as crianças e adolescentes realizavam brincadeiras no espaço interno das fabricas e oficinas nos horários de almoço ou intervalos. Os menores utilizavam como brinquedo as ferramentas ali encontradas, e isto causou muito acidente de trabalho.

As brincadeiras provavelmente quebravam a rotina esmagadora dos dias tão longos passados entre os muros dos estabelecimentos industriais, aliviavam a tensão que permeava a situação de trabalho, e resgatavam minimamente o direito à infância e à adolescência, tão negado a esses trabalhadores a partir do ingresso no mundo do trabalho. (DEL PRIORE, 2010, p. 151.)

Mediante o aprofundamento da situação de pobreza e da intensificação da mão de obra de crianças e adolescentes na indústria, evidenciando a exploração da classe trabalhadora nos países periféricos, entra em pauta nas reivindicações dos operários denúncias sobre as más condições de trabalho a qual esses sujeitos estavam submetidos. Essas notícias ganham notoriedade nas greves, nos jornais impressos ligados aos trabalhadores e nos jornais do comércio. Para além das denúncias eram exigidas condições de enfrentamento do problema.

No âmbito das ações da política internacional, em 1919, cria-se a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Para tanto, são elaboradas Convenções, Recomendações e metas para a erradicação do problema em todo mundo, pois a proteção à infância é um dos elementos essenciais na luta pela justiça social. No mesmo ano de sua criação, a Convenção de n.º 5 e 6, já tratava da idade mínima de admissão nos trabalhos industriais e dos trabalhos noturnos na indústria para menores. Na mesma perspectiva, nos pós segundo guerra em 1946 surge o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) para tratar da política da infância nos países pobres. As principais metas apontadas pela OIT e pela UNICEF, estão na legislação proibitiva do trabalho infantil, na ampliação do acesso a escolarização e nas políticas de transferência de renda.

O Brasil como um país signatário das convenções da OIT - instrumento do sistema internacional de direitos humanos que se torna vinculante, ou seja, de cumprimento obrigatório pelos países que ratificam, assume compromisso de cumprir suas determinações. Em relação ao trabalho de crianças e adolescentes, duas convenções merecem destaque; a 138

de 1973 e a de 182 de 1999, que trata sobre as piores formas de trabalho infantil. Em meio a esse contexto, observa-se a criação de políticas públicas e suas implementações direcionadas ao enfrentamento dos problemas que permeavam o cotidiano de crianças e adolescentes oriundas da classe trabalhadora pobre durante todo Século XX.

2.1 POLÍTICAS DE ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AO LONGO DO SÉCULO XX NO BRASIL

No Brasil, a primeira legislação que regulamenta o trabalho de menores de idade, data de 1891. Na década de 1930, a Constituição proibia o trabalho de menores de 14 anos e a proibição do trabalho noturno para menores de 16 anos, e em locais insalubres aos menores de 18 anos. Em 1943, a CLT, nos artigos 42 a 441 também expressou a preocupação com a questão, no entanto, na prática a permanência da força de trabalho de crianças e adolescentes estava presente nos mais diferentes setores da economia.

Novos olhares direcionados a infância surgem baseados, na contribuição da medicina, na pedagogia e na psicologia e ganham novos paradigmas como também a concepção dos problemas de delinquências e abandono que afetam as crianças e adolescentes pobres passa a ser tida como problema social e não mais como problema de polícia. Em meio a esse contexto, torna-se necessário a criação de mecanismos de proteção por parte do poder público para resguardar esses menores. Dentre as ações desenvolvidas, é possível observar; a criação da nossa primeira legislação, “Código de Menores”, de 1927, específica para o atendimento de menores no Brasil.

O Código de Menores de 1927, seguindo um movimento internacional que iniciou nos Estados Unidos, expandiu-se para a Europa no final do século XIX e, para a América Latina nas primeiras décadas do século XX. Segundo Faleiros apud Rios:

O “Código de Menores”, de 1927, incorporou tanto a visão higienista de proteção como a visão jurídica repressiva e moralista; “Integrar pelo trabalho ou dominar pela repressão eram as estratégias dominantes.” (FALEIROS, 2009, p. 43). Discurso perpassado pela necessidade de assistência e, ao mesmo tempo, de repressão. (RIOS, 2019, p.73).

Até 1927, os menores em conflito com a lei, eram responsabilidade do juiz da Vara Criminal. O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, promulgado pelo Decreto nº 847 de 11 de outubro 1890 não considerava criminosos os menores de nove anos de idade (Artigo 27,

parágrafo 1º). Dos nove aos 14 anos, o critério era biopsicológico, ou seja, o juiz deveria decidir se no cometimento do ato, o menor possuía ou não discernimento (Artigo 27, parágrafo 2º) e, caso o tivesse, seriam recolhidos aos estabelecimentos disciplinares industriais pelo tempo necessário, não podendo ultrapassar a idade de 17 anos (Artigo 30). Nos casos em que o delinquente possuísse idade acima de 14 anos, os mesmos deveriam ser recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais onde permaneceriam, no máximo até 21 anos de idade (Artigo 399, parágrafo 2º). Era considerado atenuante se o infrator possuísse menos de 21 anos (Artigo 42, parágrafo 11). (ZANELLA & LARA, 2015, p.114.).

Em meio a concepção de infância trazida pelo código de 1927, o governo de Getúlio Vargas foi um período de maior intervenção do estado nas questões relativas a infância e juventude. Em 1932 a legislação regulamentou a duração da jornada de trabalho de menores em 8 horas, podendo ser estendida por mais 2 horas desde que tivesse acréscimo na remuneração. Em 1941 foi oferecido a criança e ao adolescente o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O SAM um modelo de serviço que pode ser comparado a um sistema penitenciário para menores infratores penais e a menores carentes abandonados, servia como patronatos agrícolas e escola de aprendizagem de ofícios urbanos. O SAM, resolvia os problemas dos menores através de mecanismo de tutela, vigilância e educação. Um questionamento que sempre esteve associada a situação vivenciada por menores, foi a falta de qualificação profissional e de escolarização, por isto o governo começa a implantar escolas de ensino profissionalizante e posteriormente os empresários assumem essa função a exemplo do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) criado em 1942, e em 1946 é fundado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambos inicialmente foram destinados ao treinamento de menores pobres, mas depois sua finalidade foi deslocada para o atendimento à população em geral.

Em 1943, houve a regulamentação das leis do trabalho, onde regulamentou a proteção ao trabalho do menor, neste mesmo ano o código do menor é revisado e adaptado as novas leis, que estabelece em 18 anos a idade da imputabilidade conforme o código penal vigente. (Decreto-Lei nº 6.026 de 24 de novembro de 1943.)

Outro momento marcante na política voltada a crianças e adolescentes, foi o período da ditadura militar. Após duas décadas de fundação o SAM foi extinto por ser considerada um sistema desumano, ineficaz e perverso. Suas instalações apresentavam falta de higiene, superlotações e falta de cuidados. Assim, mais uma vez as crianças e adolescentes viram motivo de segurança nacional. Assim, em 20 de novembro de 1964 é aprovado o novo órgão denominado Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) a nível federal, e as

FEBEM em nível estadual, além Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Essas instancias mantiveram e aprimoraram os modelos carcerários e repressivos.

Em 1979, o código do menor foi reestruturado, passando por sua segunda versão. As mudanças presentes nesta versão, não ocasionou mudanças significativas continuando a ser um instrumento de controle social. Com viés conservador esse código foi duramente criticado, pois não fazia distinção entre quem praticava delito e quem era apenas pobre.

No regime militar, período compreendido entre 1964 e 1980, o Estado intervia de forma autoritária tendo em vista a manutenção da ordem, isso recaiu sobre a política de infância e juventude, assim como sobre as instituições de atendimento à mesma, a exemplo da FUNABEM que visava à integração do menor na comunidade, mas teve que ajustar-se ao autoritarismo e à tecnocracia predominante em tal regime, funcionando como um meio de controle social. (BRITO E SILVA, 2016, p. 7). Esses modelos de proteção a infância ao longo do século XX no Brasil pode ser observado como um avanço, mas, a criança e o adolescente nunca foram reconhecidos como sujeitos de direitos, por isto, essas políticas públicas foram alvos de denúncias de abuso e práticas de maus tratos aos menores. O sistema de proteção social brasileiro a infância, ofertado ou regulado pelo Estado se manifestou de diferentes formas, mas, foi só após a redemocratização iniciada nos anos de 1980, que instituições em defesa dos direitos dos menores se articularam e promoveram mudanças.

O processo de redemocratização tem como característica principal; a marca indelével de uma política pública que, ao assumir como função precípua o atendimento de situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos, requer o estabelecimento de consenso societário em torno de um patamar de civilidade reconhecido como inerente à condição de dignidade humana, portanto, baseado em valores e princípios de equidade e justiça social, conforme incorporados no texto constitucional. (COLIN, 2020, p.90).

Tais mudanças resultaram em uma nova legislação, a lei 8069/90, O Estatuto da Criança e do adolescente.

2.2 O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ENQUANTO SUJEITOS DE DIREITOS

Conforme a literatura houve mudanças na forma de pensar a infância e a adolescência ao longo de todo Século XX. No entanto, o trabalho de crianças e adolescentes pobres na

sociedade brasileira, historicamente, sempre foi vista como necessária para manter a ordem, conter a marginalidade, a vagabundagem e servir para manter a superexploração da força de trabalho, por isto, sua permanência se faz presente até os dias atuais. De acordo com Lira:

Tratava-se de disseminar uma ideologia em que se fazia imprescindível para o desenvolvimento dos processos de superexploração da força de trabalho nos países de economia dependente nos quais, a infância exerceria um importante papel na composição da força de trabalho e do exército industrial de reserva. Tal adestramento viria a desempenhar um importante papel no desenvolvimento de uma economia industrializada, posto que o setor fabril viesse a absorver grande parte dessa força de trabalho. Neste contexto, a infância também se fez compor e integrar a força de trabalho explorada. Tem-se assim a disseminação do conteúdo discursivo que compõe a base ideológica da superexploração da força de trabalho dos países dependentes, ganhando a forma de caráter educativo, moralizador e saneador. (LIRA, 2020, p. 237).

É no cenário da década de 1980, em meio as lutas dos movimentos sociais – sobretudo daqueles que reivindicava melhores condições de vida e respeito aos direitos das crianças conforme as orientações das organizações internacionais ONU, UNICEF e OIT que foi possível construir um discurso associando crescimento econômico e desenvolvimento social, que na Constituição Federal de 1988, deliberado por um Estado democrático de direito pautado na necessidade de garantir a diminuição das desigualdades sociais inerente ao capitalismo contemporâneo que as políticas de proteção e de erradicação do trabalho de crianças e adolescentes vão se intensificar e exigindo a definição de metas e ações articuladas para o enfrentamento do problema. Conforme Lira:

Nos anos 1990, instituições de defesa dos direitos da criança começam a se indignar e se articularem frente ao problema. Frente a este movimento estava o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que junto com o Ministério Público do Trabalho – MPT, universidades e instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente passam a se articular em torno do problema e a debater propostas de intervenção. Tendo sido criados para materializar tal objetivo, Grupos Interinstitucionais que visavam a debater e a construir uma proposta de erradicação do trabalho infantil no país. (LIRA, 2021, p.132).

A Constituição Federal de 1988 baseada na declaração universal dos direitos humanos reconhece a criança e ao adolescente enquanto sujeito de direitos que deve ser protegido:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, CRFB/1988, p.67).

Neste contexto histórico, inicia-se um rompimento com um estado social que compactuava e incentivava a exploração desta mão de obra integrante da classe pobre e marginalizada do país.

Até a década de 1980, no Brasil, a população iniciava a vida laboral precocemente, principalmente, impulsionada pela pobreza. Quanto menor a renda da família e a escolaridade da pessoa de referência da unidade familiar, maior era o risco de ingresso precoce no mundo do trabalho. Havia, praticamente, um consenso na sociedade brasileira em torno do entendimento do trabalho como um fator positivo para crianças e adolescentes. É sabido que essa concepção ainda persiste em muitos setores da sociedade. O próprio Estado brasileiro constituiu um conjunto de políticas de caráter moralizador que dignificava o trabalho acima de tudo. O Código de Menores, que vigorou até ser revogado pelo ECA, em 1990, entendia o “menor” que não estudava ou trabalhava como um potencial “delinquente”, a ser controlado e reprimido pelas estruturas punitivas do poder público. Em relação à educação, a visão dominante era de que ela deveria ser orientada pela utilidade econômica. Essa perspectiva acabava por legitimar o trabalho infantil, visto como uma forma de fazer a criança “aproveitar o tempo de forma útil”, ensinando-lhe, ao mesmo tempo, “uma profissão” e “o valor do trabalho” (BRASIL, 2019, p. 9).

A nível mundial, em 1992, a OIT criou um Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). Esse programa, tinha objetivo de criar estruturas políticas de disseminação do discurso da erradicação e sua concretização por meio de medidas jurídicas e sociais.

Com o objetivo já mencionado, a OIT por meio do IPEC passou a estimular o governo a criar espaços de discussão do problema. No Brasil, a implementação do IPEC ocorreu em 1992 e logo após foi criado o fórum nacional de erradicação do trabalho infantil (FNPETI) e os fóruns estaduais. Esses fóruns, foram estratégicos no enfrentamento do problema e resultou na criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, nas comissões estaduais e municipais de deliberação e controle social do programa.

O PETI nasceu como um programa de distribuição de renda para assegurar as condições mínimas das famílias e propiciar as crianças e adolescentes vítimas da exploração do trabalho, atividade de contraturno escolar. De acordo com Coutinho:

O PETI tinha por foco a retirada de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos das situações de trabalho, com concessão de uma bolsa em valor variável, dependendo do local de residência (zona rural ou urbana). A criança ou adolescente, por sua vez, deveria obter uma frequência mínima de 75% na escola e na jornada ampliada do programa (que previa, entre outras atividades, reforço escolar, atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar). (COUTINHO, 2020, p. 251).

Em meio as iniciativas articuladas de projetos, a partir de 1994, iniciou-se um programa de transferência de renda condicionada a frequência escolar, criado pelo Governo

Cristovam Buarque no Distrito Federal objetivando o combate à pobreza. O programa distribuía benefícios para as famílias que mantivessem suas crianças na escola. Graças ao sucesso obtido o programa foi aplicado em vários municípios. Conforme Cacciamali.

Em 1998, o programa beneficiou 26 mil famílias, uma cobertura aproximada de 80% do público-alvo potencial de famílias com renda por pessoa inferior a meio salário mínimo - R\$ 75,00, na época. Graças ao seu sucesso e reduzido custo, o Bolsa Escola passou a ser aplicado em diversos municípios do país; no entanto, a ineficácia na implantação, execução e monitoramento do programa fez com que os objetivos propostos não fossem plenamente atingidos. (CACCIAMALI, TATEI, BATISTA 2010, p.274).

Em 2001, em meio as experiências municipais com objetivo de combater a evasão escolar e contribuir para redução do trabalho infantil entre as famílias carentes o governo federal lançou o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada a educação – Bolsa Escola ou Programa Bolsa Escola Federal. O programa beneficiava famílias que mantinham seus filhos entre 5 a 16 anos na escola com frequência de 85%.

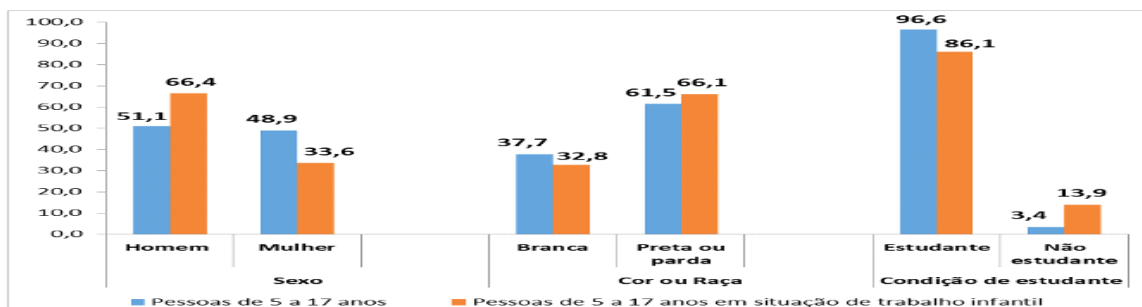
Em 2003, o governo federal juntou todos os programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação) e criou o programa Bolsa Família. O programa de transferência de renda aumenta as chances de crianças frequentar a escola, estudos realizados comprovam sua eficiência na elevação e atendimento escolar. No tocante a utilização da mão de obra de crianças e adolescentes, o programa não conseguiu reduzir a incidência do fenômeno, no entanto a longo prazo objetiva romper o ciclo de pobreza entre as gerações por meio de melhor e maior inserção no mercado de trabalho. Ressalta-se que o combate ao trabalho infantil não é meta do programa, apesar do problema estar relacionado a baixa renda familiar. De acordo com Cacciamali:

Considerando que famílias beneficiárias do PBF possuem, em geral, rendas extremamente baixas, de modo que rendimentos provenientes do trabalho das crianças são muitas vezes essenciais para a sobrevivência dela e de seus familiares, e que a dificuldade de acesso às escolas, em especial nas áreas rurais, é fator que favorece a maior incidência de trabalho infantil, simples e incipientes transferências de recursos não são capazes de erradicar essa problemática. (CACCIAMALI, TATEI, BATISTA 2010, p.290).

Decorrente das políticas mencionadas, em relação ao acesso à escola por parte de crianças e adolescentes houve um aumento significativo na frequência escolar. Conforme IBGE 2019.

Gráfico - 4

Principais distribuições percentuais das pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e em situação de trabalho infantil - Brasil - 2019



Fonte: IBGE 2019

Em âmbito nacional, com os direitos das crianças e adolescentes assegurados na Constituição cidadã, muitas outras normas regulamentadoras deste ramo jurídico vão se fazer por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90).

O ECA, a Lei 8069/90, foi criado tendo como referência as Convenções Internacionais e a Constituição Federal de 1988, como já destacado, dirige-se a todas as crianças e não mais às crianças das classes empobrecidas. A infância é vista agora como sujeito de direitos, em igualdade de posições, independentemente de condição de classe, devendo ser protegidos e garantidos seus direitos fundamentais de pessoa humana. A infância se faz reconhecer no ECA pelo seu potencial de desenvolvimento físico, mental, moral e social e pela condição de sujeito de direitos, devendo gozar de liberdade e dignidade. (LIRA, 2021, p. 243).

As ações que se desenvolveram a partir da implementação do IPEC promoveu efeitos significativos na redução do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, sendo importante reconhecer que o país se configura como um dos países que mais progresso significativo efetivou nas últimas décadas no combate ao trabalho de crianças e adolescentes. Conforme dados da PNAD, elaborado pelo IBGE, podemos constatar a redução do trabalho de crianças e adolescentes ao longo d período.

QUADRO - 8**Dados do trabalho infantil no Brasil**

PERÍODO	TAXA DE TRABALHO INFANTIL
1992	23,63%
1993	22,73%
1995	21,91%
1996	17,57%
1997	17,81%
1998	17,06%
1999	16,99%

2001	13,89%
2002	13,57%
2003	12,61%
2004	12,31%
2005	12,8%
2006	11,79%
2007	11,01%
2008	9,56%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2009.

Gráfico - 5 Número de crianças e adolescentes ocupados, de 05 (cinco) a 17(dezessete) anos de idade, no Brasil no período de 1992 a 2015



Fonte: IBGE – Série Histórica Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD -1992-2015)

Apesar da diminuição dos números de crianças inseridas em atividades de trabalho nas últimas décadas, os números mostram uma realidade preocupante, e apontam também para o caráter discriminatório presente em tais práticas, que penalizam em sua maioria as crianças negras e pardas, conforme mostra dados do IBGE 2019.



Fonte: Dados de 2019. Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Continua) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes que integram as estatísticas experimentais do IBGE. Disponível em: <https://livedetrabalhoinfantil.org.br> >.

Nos últimos anos, em especial nos países de economia periféricas as políticas de transferência de renda condicionada a frequência escolar, constituiu-se em uma política efetiva de combate à pobreza. Conforme observou Cacciamali em estudos sobre o tema:

César Patrício Bouillon e Luís Tejerina (2006) resenham 51 trabalhos que tratam de 47 programas de proteção social na América Latina e Caribe. Todos os trabalhos foram selecionados por empregarem um processo de avaliação que utiliza o estimador diferença-em-diferenças, comparando, entre as famílias participantes e não participantes, as mudanças na variável objeto da intervenção antes e após a implementação dos programas. Dentre os principais resultados observados pelos autores, destacam-se maior frequência das crianças à escola, maiores gastos familiares no consumo alimentar, redução da natalidade e mortalidade infantil, e diminuição do número de crianças ocupadas ou de horas dedicadas ao trabalho, no caso dos programas que preveem frequência diária integral da criança na escola. (CACCIAMALI, 2010, p.277).

Segundo a literatura internacional sobre a temática, o trabalho de crianças e adolescentes está associada a situação de pobreza, visto que, tal situação é encontrada em famílias que não dispõem de salários para manter as despesas de todos os membros e ofertar o mínimo de qualidade de vida. Para outros estudiosos, a persistência do fenômeno faz parte das les do desenvolvimento econômico desigual e combinado existente no modo de produção capitalista que em regiões periféricas promove a superexploração de força de trabalho. Conforme Lira:

Duas características vão marcar a superexploração: o valor da força de trabalho pago abaixo do seu valor, e a força de trabalho a ser consumida, além das suas condições normais, o que acaba por levar ao esgotamento prematuro da força de trabalho, elementos que expressam essencialmente a particularidade da condição de exploração da força de trabalho infantil. (LIRA, 2020, p.95).

Por essa razão, para além das medidas jurídicas citadas, o Brasil implementou a LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social que tem por Definições e dos Objetivos:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

Através da lei da Assistência Social, em 2005 foi criado o SUAS (Sistema Único da Assistência Social) e instituído como lei em 2011 na gestão da presidente Dilma Rousseff. Esse sistema promove acesso a benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais de proteção básica e especial. Dentre os serviços público ofertados a população destaca-se o centro de referência da assistência social (CRAS), que segundo o ministério da cidadania; trabalham equipes de assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais que fazem a inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e as orientam para receber benefícios como o Bolsa Família, participar de cursos de qualificação profissional e desenvolver atividades que promovam o vínculo familiar e acesso a direitos de cidadania. (secretaria de desenvolvimento social, 2015).

Hoje o SUAS está presente em quase 100% dos municípios brasileiros. Segundo COLIN,2020):

Atualmente possui capilaridade em todo território nacional, presente nos 5.570 municípios brasileiros, 26 estados e o Distrito Federal, sendo integrada por uma rede de assistência social que conta com 11 mil equipamentos públicos, 17 mil entidades de assistência social, 600 mil trabalhadores do SUAS, 93 mil conselheiros de assistência social, 4,5 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, 13 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 60 milhões de pessoas atendidas direta ou indiretamente pelos serviços e benefícios socioassistenciais. (COLIN, 2020, p. 91/92).

A fim de coordenar esforços no combate à pobreza, o SUAS inclui o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil- PETI, como a principal política pública de combate ao trabalho de crianças e adolescentes, ressalvadas as condições legais. As ações e estratégias desenvolvidas pelo PETI, são executadas pelo governo federal, estadual e da sociedade civil para implementar ações. Segundo o GESUAS, (Sistema para gestão do sistema único de assistência social) esse programa está estruturado em cinco eixos:

- Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização;
- Informação e mobilização a partir das incidências de trabalho infantil, para o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação;
- Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;

- Proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias;
- Monitoramento das ações do PETI.

As ações de enfrentamento nos CRAS dos municípios compreendem dentre suas atribuições, desenvolver ações de prevenção ao trabalho precoce de crianças e adolescentes por meio de campanhas e de mapeamento de vulnerabilidades nos territórios e encaminhamentos de adolescentes a partir dos 14 anos para programas de aprendizagem.

Em meio a tantas instancias políticas destinadas a tentar erradicar o trabalho de crianças e adolescentes, encontra-se o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), órgão público municipal que tem por objetivo formular e controlar a implementação de políticas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes em âmbito municipal. É fundamental destacar que o PETI visa desenvolver ações integradas entre os serviços socioassistenciais demais política públicas como; Educação, Saúde, Cultura entre outros.

No Brasil, as estratégias e articulações resultantes deste programa, mesmo em meio as dificuldades encontradas, foram sentidas logo após as implementações das ações de forma positiva na diminuição do problema. Conforme a OIT.

Os anos 90 foram decisivos para o início do movimento contra o trabalho infantil, tanto para a mobilização da sociedade civil como para a implementação de políticas públicas de assistência social. Em 1992, o número de crianças e adolescentes exercendo algum tipo de atividade econômica era de 9,7 milhões. A estimativa do total de crianças e adolescentes (10 a 17 anos) trabalhando no Brasil em 1998 é de 7,7 milhões. (OIT, 2001, p.20).

Conforme mencionado, instituições internacional, poder público e sociedade civil vem direcionando olhares para a crianças e o adolescente. Entretanto, as políticas focalizadas e compensatórias não conseguem promover a dignidade humana de crianças e adolescentes persistindo a negação de seus direitos. Conforme Lira:

A incidência da exploração do trabalho infantil depende de circunstâncias específicas, estando relacionadas diretamente com as condições econômicas, históricas e sociais existentes determinadas pela ordem do capital. Posto que, sua existência e persistência, não remetem unicamente a ineficiência ou a baixa efetividade de medidas jurídicas e políticas protetivas. O que instiga à reflexão sobre o significado do trabalho infantil no contexto da exploração da força humana de trabalho na sociedade capitalista contemporânea, cuja incidência é impactada pelo atual contexto. (LIRA, 2020, p.161).

Tendo a prática do trabalho de crianças e adolescentes como algo proibido na nossa legislação e que deve ser combatido pela sociedade, iremos nos deter a análise da persistência desta prática no município Toritama-PE, pois que ali se mantém aceito e naturalizado pela população a permanência e reprodução da utilização da mão de obra de crianças e adolescentes no processo produtivo.

2.3 O TRABALHO INFANTO JUVENIL NO BRASIL: CAUSAS E CONSEQUENCIAS.

Conforme a literatura vem abordando, as implementações de políticas públicas direcionadas a redução do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, vem obtendo resultados positivos mediante observado no quadro 8. No entanto, a persistência desta prática ainda é encontrada atualmente em todo território brasileiro. Segundo dados de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 1,768 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham em todo o território nacional, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária. Entre eles, 66,1% são pretos ou pardos, 53,7% estão entre 16 e 17 anos, 25,0% entre 14 e 15 e 21,3% entre 5 e 13 anos.

A pessoa em situação de trabalho infantil era, principalmente, Trabalhador dos serviços, vendedor dos comércios e mercados (29,0%) e Trabalhador em ocupações elementares (36,2%). Havia também 10,8% de Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca; enquanto os demais 23,9% estavam distribuídos em Outros grupamentos. ([https://censos.ibge.gov.br › releases › 29737-em-2019-ha](https://censos.ibge.gov.br/releases/29737-em-2019-ha)).

O Nordeste apresenta o maior índice entre as regiões conforme a OIT²⁵. A maioria da população ocupada entre cinco e 17 anos está nas regiões Nordeste (852 mil), e sudeste (854 mil), seguidas das regiões Sul (432 mil), Norte (311 mil) e Centro-Oeste (223 mil).

A população nordestina, devido a suas peculiaridades climáticas e econômica já citadas, a incidência de pobre sempre foi elevada, havendo aumento nesses números com o processo de urbanização e industrialização no país. De acordo com Rocha;

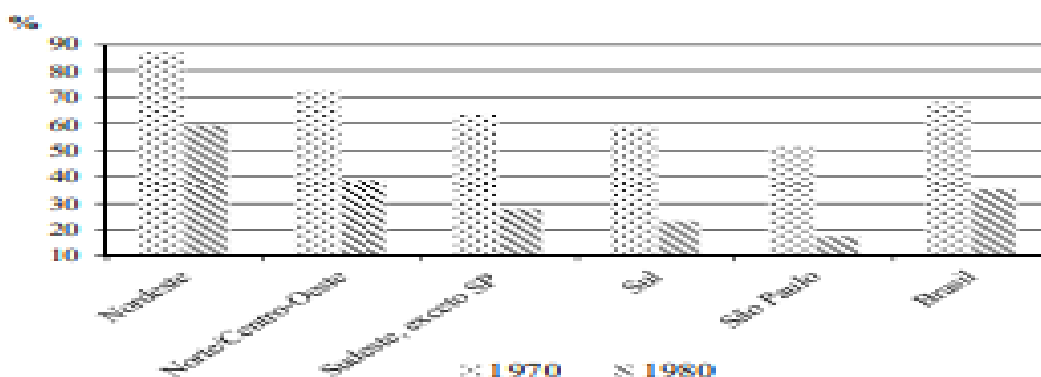
O número de pobres nordestinos no total de pobres brasileiros, por exemplo, passou de 38,5% em 1970, para praticamente a metade (49,1%) em 1980, o que ocorreu apesar da desconcentração da atividade produtiva. Embora a contribuição do Sudeste e, em particular de São Paulo, no PIB nacional tenha se reduzido no período em função de iniciativas como a Zona Franca de Manaus e os incentivos fiscais para investimentos no Norte e Nordeste, esta evolução não se rebateu sobre a renda das famílias. Isto se deveu, naturalmente, às desvantagens estruturais das regiões mais

²⁵ (Trabalho Infantil (OIT Brasília) (ilo.org).

pobres, em particular no que se refere à qualificação da sua mão de obra. (ROCHA, 2013, p. 4.).

Segundo a OIT, a incidência do trabalho de crianças e adolescentes é mais intensa em regiões pobres. O Nordeste sendo historicamente uma das regiões mais pobres do país, é propício para o desenvolvimento e permanência do problema. Conforme o gráfico.

Gráfico -6 Proporção de pobres 1970- 1980. Brasil e Região.



Fonte: ROCHA, 2013.

Ao analisar os determinantes do trabalho de crianças e adolescente no Brasil durante o século XX aos dias atuais, iremos nos defrontar com várias causas²⁶. Kassouf, aponta aspectos como cultural, de tradição familiar, econômico e social.

A pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, idade em que os pais começaram a trabalhar, local de residência, entre outros são os determinantes mais analisados e dos mais importantes para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho (KASSOUF, 2007, p.339).

Na concepção da autora, o trabalho de crianças e adolescente relaciona-se com desigualdade na distribuição de renda pois, o aumento da renda familiar, diminui a probabilidade de os pais colocar os filhos para trabalhar, no entanto, a pobreza não é fator determinante, há outros fatores importantes como: a questão cultural²⁷. que enaltece o trabalho, as questões sociais como nível de escolaridade dos pais ou do chefe da família que reflete na renda familiar, a composição familiar nas famílias pobres, o sexo do responsável

²⁶ Causas do Trabalho Infantil: Pobreza e baixa renda, Baixa escolaridade dos pais, Grande quantidade de filhos, má qualidade da educação, Busca de mão-de-obra barata, Falta de fiscalização. Disponível em: Trabalho infantil no mundo: causas e consequências - Toda . <https://www.todamateria.com.br> .

²⁷ Mitos que enaltece a cultura do trabalho: é melhor trabalhar do que roubar, trabalhar não mata ninguém, precisa trabalhar para ajudar a família, o trabalho enobrece e o trabalho traz futuro.

pela família, a inserção precoce dos pais no mercado de trabalho. Segundo (KASSOUF, 2007, p.343.) “A probabilidade de a criança trabalhar aumenta em 10% quando a mãe trabalhou na infância e em 5% quando o pai trabalhou. Isto é, pais que trabalharam quando crianças enxergam com mais naturalidade o trabalho infantil e são mais propensos a colocar os filhos para trabalhar”. Observa-se ainda, a baixa escolaridade e o pior desempenho escolar, causados pelo trabalho infantil, têm o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais. (KASSOUF, 2007, p.344).

O coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT)²⁸, Renato Mendes, acrescenta; O trabalho infantil está sempre atrelado a outros indicadores e à desvalorização da mão-de-obra adulta. "O trabalho infantil nunca vem sozinho, vem com outros indicadores de desenvolvimento humano, educação básica, pobreza."

A inserção precoce no mundo do trabalho, acarreta várias consequências²⁹ na criança e no adolescente estendendo-se a vida adulta, como impactos físicos, psicológicos, econômico e reprodução da pobreza. A criança e o adolescente que trabalham estão altamente expostos a situações de risco, acidentes e problemas de saúde relacionados ao trabalho. O cansaço, distúrbios de sono, irritabilidade, alergia e problemas respiratórios também estão na lista das consequências físicas do trabalho infantil, pois alguns deles exigem esforço físico extremo, como carregar objetos pesados ou adotar posições que prejudicam o crescimento, ocasionando lesões na coluna e produzindo deformidades. Quando a criança é responsável por uma parte significativa da renda familiar, há uma inversão de papéis, o que pode dificultar a inserção dela em outros grupos sociais da mesma faixa etária, porque os assuntos e responsabilidades vão além da idade adequada.

Segundo KASSOUF, no estudo entende-se por trabalho de crianças e adolescentes as orientações das organizações internacionais e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, aprovado em 1996, assim define trabalho infantil:

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,MUL1342866-5598,00>.

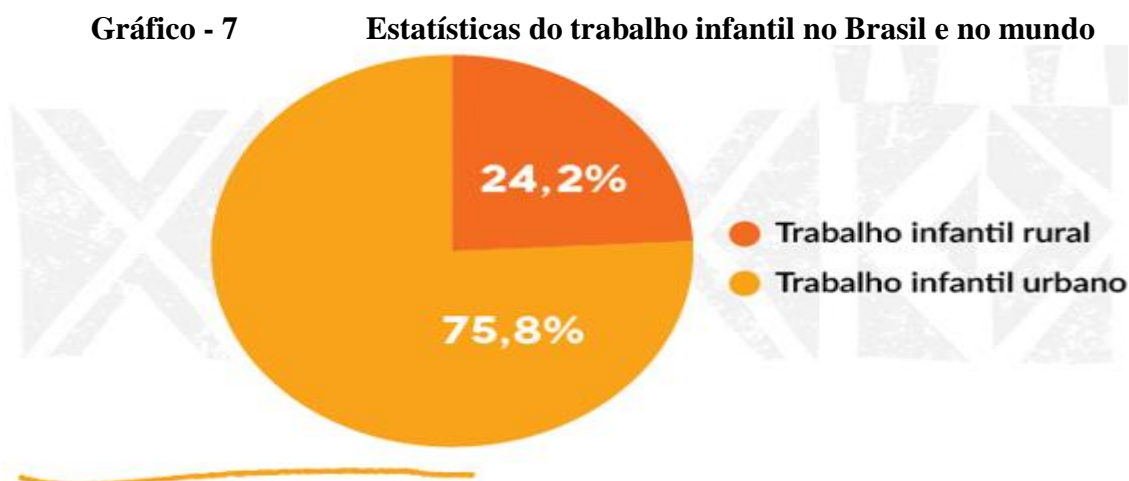
²⁹ . Outras consequências do trabalho infantil são os abusos físico, sexual e emocional sofridos pelas crianças e adolescentes interferem não apenas na saúde, mas também no âmbito emocional, ocasionando o desenvolvimento de doenças psicológicas. O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador aponta que quanto mais precoce é a entrada no mercado de trabalho, menor é a renda obtida ao longo da vida adulta. Esse sistema mantém os altos graus de desigualdade social. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/consequencias/> .

...refere-se às **atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência**, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, **realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos**, independentemente da sua condição ocupacional. (2019/2020, p. 6).

Mediante entendimento sobre o trabalho de crianças e adolescentes acrescenta-se:

No Brasil, a partir de dezembro de 1998, com a aprovação da Emenda Constitucional número 20, a idade mínima de 14 anos, que havia sido estabelecida na Constituição de 1988, passa para 16 anos, salvo na condição de aprendiz entre 14 e 16 anos de idade. Ainda a respeito da legislação brasileira, estabeleceu-se a idade mínima de 18 anos para aqueles envolvidos em trabalhos que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Ademais, proíbe trabalhos em minas, estivagem, ou qualquer trabalho subterrâneo para aqueles abaixo de 21 anos (KASSOUF, 2007, p. 32).

Segundo a (PNAD continua) o trabalho de crianças e adolescentes apresenta maior incidência nas atividades urbanas. Conforme o gráfico.



Fonte: Dados de 2019. Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Continua) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes que integram as estatísticas experimentais do IBGE. Disponível em: <https://livedetrabalhoinfantil.org.br> > .

Segundo o IBGE, constata-se que esses trabalhadores estão majoritariamente na informalidade:

Trabalhadores em ocupações informais foi estimado em 772 mil pessoas, o que significava uma taxa de informalidade de 74,1% entre os que realizavam atividades econômicas nesse grupo etário. Esse percentual alcançou o maior valor em 2017 (76,1%) e a menor estimativa foi registrada em 2018 (73,5%). Em 2016, o valor foi de 75,4%. (<https://censos.ibge.gov.br> > releases > 29737-em-2019-ha.)

Em meio ao exposto, doravante será retratado a realidade do Estado de Pernambuco e do município de Toritama, no tocante ao trabalho de crianças e adolescentes no processo produtivo.

2.4. A PERSISTÊNCIA DA FORÇA DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROCESSO PRODUTIVO E COMERCIAL DE TORITAMA

Segundo o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FEPETI-Pernambuco)³⁰, o Estado pernambucano tinha em 2019, uma população de 64.980, de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil. A população estimada na faixa etária de 5 a 17 anos de idade, era de 1.875.814. Isto corresponde a 3,5% da população entre 15 a 17 anos do estado. A média nacional no mesmo ano era de 4,8%. No tocante a diminuição do trabalho de crianças e adolescentes o estado segue a mesma tendencia do restante do país, com uma redução de 296.779, em 2004, para 123.299, em 2015, 58,4%, de acordo com a Pnad*. Entre as atividades exercidas encontra-se:

No exercício de trabalho, as crianças e adolescentes pernambucanos eram, majoritariamente, 'trabalhadores elementares da construção de edifícios', ocupação que abrigava 9,2% (ou 5.957) das crianças e adolescentes trabalhadores; 'agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)' (4.711 ou 7,2%; e 'operadores de máquinas de costura' (4.087 ou 6,3%). As principais atividades exercidas pelas crianças e adolescentes trabalhadoras no estado eram a de 'construção de edifícios' (5.957 ou 9,2%), seguida por 'confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida' (4.298 ou 6,6%) e 'manutenção e reparação de veículos automotores' (3.261 ou 5,0%). (FEPETI, 2019, P.2).

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de pernambuco (SDSCJ)³¹ os trabalhos informais, como feira livre, transporte de mercadorias, venda de produtos nas ruas e avenidas, comércio informal e pequenos negócios familiares, são os mais praticados por crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos em Pernambuco. Para maiores informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes em Pernambuco observa-se o quadro a seguir:

³⁰ Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/foruns/relatorios/pnadc/estudo_pnadc2019_PE.pdf , acesso em :22/ de julho de 2021.

³¹Disponívelem:http://www.portais.pe.gov.br/web/sedsdh/exibir_noticia?groupId=17459&articleId=53777994&templateId=18128

QUADRO: 9 Características principais das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade Pernambuco 2019

Total de crianças e adolescentes	1.875.814	100,0%
Ocupados	64.980	3,5%
<i>Por sexo</i>		
Meninos	48.762	75,0%
Meninas	16.219	25,0%
<i>Por faixa etária</i>		
5 a 9 anos	3.492	5,4%
10 a 13 anos	9.736	15,0%
14 a 15 anos	17.547	27,0%
16 a 17 anos	34.205	52,6%
<i>Por cor</i>		
Não negros	15.412	23,7%
Negros	49.569	76,3%
<i>Por localização do domicílio</i>		
Zonas rurais	32.701	50,3%
Áreas urbanas	32.280	49,7%
<i>Principais ocupações</i>		
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	5.957	9,2%
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura	4.711	7,2%
Operadores de máquinas de costura	4.087	6,3%
<i>Principais atividades</i>		
Construção de edifícios	5.957	9,2%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida	4.298	6,6%
Manutenção e reparação de veículos automotores	3.261	5,0%
Em piores formas	30.521	47,0%
Adolescentes em trabalhos informais	49.469	95,6%
Exercem afazeres domésticos	714.631	38,1%
Horas semanais dedicadas ao trabalho		16,9
Horas semanais dedicadas aos afazeres		8,2

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Entre as piores formas de trabalho de crianças e adolescentes encontrada, de acordo com a classificação da TIP³², da Organização Internacional do Trabalho, segundo o Ministério Público do Trabalho de Pernambuco (MPT-PE), foram em; matadouros, cemitérios, comércio ambulantes como; guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, no transporte de pessoas ou animais, artesanato, serviços domésticos e manutenção de tratores. Segundo o secretário do Fepeti- Pernambuco Hemi Vilas Boas:

Na região metropolitana de Recife a incidência do trabalho de crianças e adolescentes encontra-se nos pequenos comércios como lava rápidos. No interior de Pernambuco e zonas rurais, o trabalho em confecções, às vezes, dentro da própria casa, é um dos principais focos identificados pelo Fepeti pernambucano. É uma das formas mais difíceis de abordar por conta da “normalização cultural de que crianças têm de trabalhar. (<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/conteudos-formativos/mapa-do-trabalho-infantil/#ficha-estado>).

³² Lista TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil. uma classificação adotada por vários países para definir as atividades que mais oferecem riscos à saúde, ao desenvolvimento e à moral das crianças e dos adolescentes.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), elenca como causas da permanência desta prática a má qualidade da educação, a pobreza e a questão cultural³³. Pois até a década de 1980 havia na sociedade brasileira um consenso sobre a positividade do trabalho para as crianças e adolescentes pobres.

Conforme o estudo vem abordando, a presença de crianças e adolescentes na indústria têxtil no Brasil se faz conhecer desde o início do século XX. Segundo (Priore, 2010, P. 148) em 1916 a indústria têxtil correspondia ao setor de maior absorção de mão de obra e grande parte dos trabalhadores que empregava era representada por crianças e adolescentes. Sendo assim, ao analisar o município de Toritama, conhecido por fazer parte do polo de confecções do agreste pernambucano sendo considerada a capital de jeans, a autora apresenta como característica na produção a ausência de tecnologia sofisticada, absorve uma quantidade de mão de obra barata, detentora de conhecimento especializado e habilidades manuais imprescindíveis à produção. A produção econômica do município historicamente desde a produção de calçado até os dias atuais desenvolve um modelo baseado na pequena empresa semidomiciliar, microempresa familiar domiciliar e pequenas oficinas domésticas, conforme Carneiro:

Pequena empresa semidomiciliar - São aquelas que dispõem de instalações próprias, fora do espaço estritamente doméstico; geralmente estão instaladas em pequenas edificações no mesmo terreno da casa ou em um cômodo construído na casa especialmente para esse fim e com entrada independente. 2 Microempresa familiar domiciliar - esse tipo de oficina distingue-se do anterior essencialmente pela utilização quase exclusiva da mão-de-obra familiar seguindo uma lógica de relações semelhante à da organização da unidade de produção familiar agrícola. Por princípio, todos os membros da família são trabalhadores potenciais, mas serão acionados segundo uma hierarquia de prioridades definida basicamente pelas identidades de gênero, sendo as mulheres mais requisitadas que os homens. 3 Pequenas oficinas domésticas - Geralmente são controladas por mulheres que abandonaram o sistema de facção para instalarem seu “próprio negócio”. Poucas ocupam espaço próprio, a maioria utiliza as dependências da casa – a sala ou a cozinha – para a produção das peças. A lógica do trabalho familiar é predominante, não ocorrendo a contratação de mão-de-obra extrafamiliar. Não há distinção nítida, nem em termos de tempo nem em termos do espaço, entre as tarefas domésticas e o trabalho na confecção. O trabalho aqui recai quase exclusivamente sobre a mulher, mãe de família, que conta com a ajuda eventual de uma filha. A participação do marido e dos filhos se dará na medida em que o negócio se afirme como uma atividade rentável e com alguma estabilidade. (CARNEIRO, 2006, p. 115 a 117).

Diante da realidade apresentada, no tocante ao modelo produtivo local, o município apresenta condições favorável a permanência e reprodução da inserção precoce do trabalho de

³³ A questão cultural refere-se a criação de mitos: 1: É melhor trabalhar do que roubar 2: Trabalhar não mata ninguém 3: Precisa trabalhar para ajudar a família 4: O trabalho enobrece 5: O trabalho traz futuro. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/mitos-trabalho-infantil/>

crianças e adolescentes no processo produtivo contribuindo para um habitus aceito e naturalizado pela população. Essa realidade, é uma constante e vem sendo estudada por diversos pesquisadores³⁴. Jéssica Sobreiro destaca em seu estudo:

As crianças participam de quase todo o processo de trabalho na confecção de jeans realizado pelos adultos. A única atividade que elas não participam são as de fechamento da peça jeans, pois a população investigada atribui aos adultos a responsabilidade por essa tarefa, por sua importância no processo produtivo, uma vez que se houver qualquer erro, perde-se a peça de roupa completa. As atividades realizadas pelas crianças consistem em realizar a costura das partes iniciais da peça, limpar a peça e fazer a etapa final, o acabamento, aonde são colocados os botões e outros adereços exigidos pelo vendedor que encomendou a peça. Limpar a peça é uma atividade simples e considerada “realizável por qualquer faixa etária”, já que é a retirada manualmente das linhas que sobram após a costura. Inicialmente, as crianças que desempenham essa função são as mais novas e possuem uma carga de trabalho de 3 a 6 horas por dia e não são remuneradas. (SOBREIRA, 2014, p.116)

Na leitura de Rios destaca-se:

As facções e fabricos se tornaram, para a infância, a escola para a vida adulta. É na família, na casa da vizinha, nas calçadas que as crianças aprendem o “ofício” que seguirão, fato esse observado quando treze dos dezoito (13 dos 18) ainda se mantêm na vida adulta inseridos na produção do jeans. É nesse espaço produtivo que eles têm assegurada a experiência de trabalho que contribuiu para estarem o lugar que ocupam hoje. (RIOS, 2019, p.179)

Além dos estudos mencionados onde os autores centram suas pesquisas nos fabricos, a prática do trabalho de crianças e adolescentes no município pode ser observado empiricamente nas feiras livres onde eles realizam as atividades de carregamento de mercadorias para os bancos de vendas, outros encontra-se embaixo dos bancos vigiando as mercadorias para que os produtos não sejam roubados, na embalagem de produto entre outros.

Para além do setor de confecção, crianças e adolescentes são encontradas realizando atividades em matadouros limpando vísceras de animais com outros membros da família conforme foi destaque no programa de televisão Domingo espetacular, em estabelecimento comercial alimentício, nas atividades domésticas é comum encontrar crianças do sexo feminino que frequenta a escola em um horário e no contraturno desempenha atividade

³⁴ A presença de crianças e adolescentes no processo produtivo no município, verifica-se em estudos acadêmicos tais como; Jéssica Lôbo Sobreiro (“A INVISIBILIDADE DO TRABALHO INFANTIL”: UM ESTUDO DOS MÚLTIPLOS DISCURSOS SOBRE O TRABALHO INFORMAL DAS CRIANÇAS NA CONFECÇÃO DE JEANS DO AGRESTE PERNAMBUCANO 2014). FABIANO JOSÉ DE ANDRADE (experiência escolar e perspectiva do estudante/trabalhador de Toritama/PE: entre os desafios da formação e as exigências do trabalho na confecção.2020). Rios Junior, Ademir Vilaronga Apropriação da força de trabalho infantil na produção domiciliar em Toritama-PE.2019. O programa Domingo Espetacular da rede Record exibido_26/06/2017, também realizou uma reportagem noticiando a prática do trabalho de crianças e adolescentes na limpeza de vísceras de animais nos matadouros de Toritama.

remunerada cuidando de outras crianças menores dos vizinhos. As crianças e adolescentes pobres do município são encontrados em diversas atividades econômica inclusive noturnas. Essa inserção precoce no mundo do trabalho, contribui para que os menores ao chegar na fase adulta, permaneça inserido em atividades precárias não tendo condições de manter a família sendo necessário introduzir seus filhos precocemente no mundo do trabalho.

Ao direcionar um olhar sobre a história da criança e do adolescente pobre na sociedade brasileira, constata-se que este grupo sempre esteve associada a diversas formas de exploração. Conforme Priore (2010, p. 238), “crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais.

Nesse contexto, a escola não pode ficar alheia ao contexto social e, junto com outros atores sociais, deve desempenhar um papel fundamental na constituição de uma determinada sociedade, pois, a forma como é direcionado o olhar sobre o *habitus* local contribui para que a mesma possa ser (re) construída organizada nos moldes a promover as mudanças ou a permanência das realidades apresentadas. Diante da contextualização, faz-se necessário conhecer as ações e projetos desenvolvidos pela escola Estelita Timóteo no intuito de orientar os discentes quanto as causa e consequências decorrentes da inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

CAPÍTULO III

A HISTÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E SUA FINALIDADE

Compreendendo a importância desempenhada pela instituição educacional no processo cultural, ciente de sua presença em meio as relações de forças, elencamos analisar neste capítulo o processo educacional, o modelo de educação implementado na sociedade brasileira, as inflexões ocorridas no período da redemocratização e a consolidação dessas inflexões presente na LDBE (Lei de Diretrizes e Base da Educação) de 1996. Para tanto nos apropriaremos de ideias tradicionais e renovadas para melhor compreensão do modelo educacional atual.

A escola tem relação direta com a cultura e os docentes são responsáveis pelo sistema de reprodução, capazes de exercer uma ação transformadora ou a permanência de uma ordem tradicional estabelecida.

3.1 A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

A preocupação com a educação pedagógica e a inserção das crianças na sociedade são ideias e inquietações que vão surgir no final do século XIX e início do XX, como uma ferramenta a mais no controle as indisciplinas dos trabalhadores nas fabricas.

Ao analisar o surgimento das escolas, nas sociedades modernas industrializadas, de acordo com (MARX, 1996), percebe-se que a função das escolas era de controle sobre a classe trabalhadora. A legislação fabril combina-se trabalho e escola com regras que permitem aumentar a produtividade, preservar a força de trabalho e garantir a exploração no futuro:

A coisa é simples. Aqueles que só permanecem metade do dia na escola estão sempre lépidos e quase sempre dispostos e desejosos de receber instrução. O sistema de metade trabalho e metade escola faz de cada uma dessas atividades descanso e recreação em relação à outra e consequentemente muito mais adequadas para a criança do que a continuidade ininterrupta de uma das duas. Um garoto que desde manhã cedo fica sentado na escola não pode concorrer, especialmente quando faz calor, com outro que chega lépido e fagueiro do seu trabalho (MARX, 1996, p. 111-112).

Nesta perspectiva de Marx, a escola é fundamental ela possibilita, “Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”. (MARX, 1996, p.358).

Sabendo-se que o desenvolvimento do sistema escolar segue o nascimento do estado nacional, a mesma tornando-se um dos principais pedestais do governo, tendo sua proliferação favorecida com a revolução industrial. O mundo moderno tornou a humanidade prisioneira da instituição educacional, nos moldes por ela determinado. Segundo Corrêa (2006, p.39); “A promessa de frequentar a escola para ser alguém na vida é malograda pela submissão a aprender um cúmulo de temas afastados da própria vida”. Mediante o exposto, percebe-se que a educação disseminada colabora para criar e recriar práticas cotidianas que resulta em construção cultural em diferentes grupos sociais. Desta forma, de acordo com Rocha (2009, p.12;), “A relação entre a educação e a cultura é, portanto, mais do que apenas próximas. Ela é absolutamente íntima, interativa, inclusiva”. Assim, a ideologia presente culturalmente no nosso cotidiano permite naturalizar os saberes que nos são repassados.

“Somos seres naturais”, lembra Karl Marx em alguns de seus momentos, “mas somos naturalmente humanos”, completa ele. O que significa que sobre a natureza que nos é dada, construimo-nos a nós mesmos e aos nossos mundos. Por esse caminho nascemos um indivíduo biológico e nos tornamos- na medida em que somos socializados em uma cultura-pessoas sociais. (ROCHA, 2009, p.11).

Na sociedade moderna, a ciência tem a legitimidade do conhecimento e determina o que o homem deve ver e dizer, e a escola ocupa o lugar de disseminar essa verdade, sendo utilizada pelo poder estatal para induzir a população a aceitar e construir-se de acordo com sua ideologia.

A escola integra-se no sentido orgânico e construtivo da coletividade, não se limitando ao simples fornecimento de conceitos e noções, mas abrangendo a formação dos novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionais. (...) O ensino é, assim, um instrumento em ação para garantir a continuidade da pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam. Ao mesmo tempo prepara novas gerações, pelo treinamento físico, para uma vida sã, e cuida ainda de dar-lhes as possibilidades de prover essa vida com as aptidões de trabalho, desenvolvidas pelo ensino profissional, a que corresponde igualmente o propósito de expansão da economia. (CORRÊA, 2006, p.58).

A escola no mundo moderno serve como veículo de disseminação de projetos que atua de forma sutil, entre as pessoas livres a submeter-se ao poder econômico. Em cada momento histórico utiliza-se de variadas estratégias de dominação. O projeto da sociedade moderna, não domina pela guerra e nem pela escravidão como ocorreu no passado. O domínio se dá pelo convencimento ocasionando um conhecimento retido e segregado. Sendo assim, a escola pode ser uma instituição reprodutora ou transformadora.

O mundo escolar concebe o problema da educação como sendo o meio de induzir o aluno a aprender o que se presume que deva conhecer. Deste ponto de vista, parece sem sentido pensar nas pessoas como sendo impedidas de aprender. No entanto, o são. O suor escorre pelo rosto dos milhares que passam uma vida inteira lavrando a terra dos outros, constantemente devendo a seus locadores, sem poder de controlar os preços daquilo que compram ou vendem, indefesos na sua miséria e assim mantidos não só pelas informações e oportunidades que lhe são negadas, mas também pela deliberada distorção dos fatos de suas vidas. (REIMER, EVERETT, 1979, p 153).

Ao longo do século XX, as escolas desenvolvem-se rapidamente e tornam-se centrais na transmissão de ideologia e nas formações culturais. Para tanto, aproximou-se da comunicação como uma forte aliada na produção das subjetividades, na produção de valores e na manutenção da hierarquia e privilégios da sociedade.

A escola define o mérito de acordo com a estrutura da sociedade a qual as escolas servem. Esta estrutura se caracteriza pelo consumo competitivo de produtos tecnológicos definidos pelas instituições. As instituições definem os produtos num modo adequado a conservação de uma hierarquia dominante de privilégios e, tanto quanto possível, compatível com a oportunidade oferecida aos membros da classe privilegiada atual de reter seu status na sua nova meritocracia.” (REIMER, EVERETT, 1979, p. 41).

A escola é uma instituição geradora de realidades sociais, onde reconfigura métodos, significados e instrumentos na organização social. Na sociedade moderna, o mestre transformou-se em inquisidor forçado a propor ortodoxias, sendo insuficiente quanto a sua verdadeira função que durante épocas passadas era a de provocar questões cada vez mais profundas e a pesquisa. O Estado vê nos projetos educacionais, formas e estratégias de conduzir o poder limitando o professor a se tornar locutor de textos, reproduzindo um conhecimento estabelecido nos manuais didáticos e definidos mediante a escolha de um grupo dominante.

Uma preocupação central das escolas, na modernidade, é universalizar a alfabetização, para que a população se enquadre nos parâmetros da modernidade, mas segundo Corrêa (2006, p.36), “O alfabetizado, muitas vezes consegue repetir palavras, detém apenas a habilidade de transformar a palavra escrita nos sons a ela referidos, ou ainda consegue desenhar seu nome sobre documentos, como assinatura”. Não ocorrendo a verdadeira alfabetização. Para tanto, esse modelo se torna insuficiente na construção do conhecimento, que necessita de um aprendizado crítico com temas próprios a sua vida, para que o indivíduo se sinta envolvido no processo de aprendizagem.

3.2 O MODELO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

A história da educação no Brasil desde o início sob a responsabilidade dos jesuítas e posteriormente, em 1808, com a mudança da sede do Reino de Portugal e a vinda da família Real para o Brasil-Colônia, onde D. João VI implementou um modelo de política educacional centrada nas demandas da corte, observa-se que a construção do modelo educacional brasileiro esteve atrelada ao desejo da classe que domina.

Os primórdios da formação da política educacional na sociedade brasileira são marcados por ausência de projetos que priorizam o conhecimento popular, as necessidades internas e a participação da população. Esse modelo marcado pelas necessidades externas permitiu o aprofundamento das desigualdades sociais e o distanciamento cada vez maior entre os ricos e as camadas populares. Isso pode ser observado em diversos aspectos, em especial na localização das escolas, que durante sua implementação encontrava-se nos centros urbanos limitando a maior parte da população ao seu acesso.

Ir à escola significa abandonar a vida tradicional, mudar-se para lugares diferentes, deixando de lado tarefas concretas, para dedicar-se a atividade da mente e da linguagem, trocando os costumes, indumentária, e alimentação tradicional pelos das cidades distantes ou grandes. Os pais, frequentemente preferem conservar seus filhos na comunidade tradicional suportando a carga a que estão acostumados.” (REIMER; EVERETT, 1979, p.24).

A política de educação brasileira desenvolvida pela elite dominante foi pensada tardiamente, pois, só com a Constituição de 1824 é que vai surgir um compromisso do império em assegurar “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, sendo esse compromisso alterado com o Ato Adicional de 1834, delegando às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária. Essa decisão comprometeu em definitivo o futuro da educação básica, na medida em que possibilitou que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos. Ao analisar as práticas culturais da educação, observa-se que:

O papel primordial da educação nacional foi o de modernizar costumes, disseminar a adesão à formação nacional e burocrática modernas do estado e das empresas, escolarizando, hoje, crianças e filhos, para que, no futuro, sejam responsáveis adultos e pais. A escola e a educação nacional, enfim, querem obediência, tolerância e participação controlada e não suportam a insurreição do estudante contra elas. (CORRÊA, 2006, p.9).

De acordo com Corrêa, a política educacional brasileira, obteve seu ápice de controle no período militar, onde a educação foi pensada como uma concepção de segurança nacional.

Para tanto, podemos constatar a sua afirmação ao verificar os dados de matrículas na escola secundária nos anos anterior e posterior ao golpe de 1964.

Em 1950, havia 557.434 alunos no ensino médio-compreendendo secundário e profissional-; em 1960, 1.177.427 e, em 1970, 4.086.073. O aumento de 111% entre os anos de 50 e 60 é de 247% entre os anos 1960 e 70, ou, ainda, um aumento total de 633% nas duas décadas dá ideia do empenho dos militares em educar ao máximo possível de crianças brasileiras, de transformar radicalmente a realidade do país.” (CORRÊA, 2006, p.104).

Devemos lembrar que o período ditatorial brasileiro, também se caracteriza pelo período de grande crescimento econômico o que nos leva a relacionar que os projetos educacionais são diretamente relacionados com os demais segmentos sociais, tais como: político, econômicos entre outros.

Compreendendo a importância desempenhada pela instituição educacional no processo cultural, e que a mesma se faz presente em meio as relações de forças representando os anseios de uma classe, prosseguimos com as ideias de Bourdieu em relação ao modelo de educação onde o autor afirma que "os órgãos do ensino estão, em cada época, em relação com as outras instituições do corpo social, com os costumes e as crenças, com as grandes correntes das ideias”.

Ao observar que o projeto de educação figurava atrelado a um projeto de estado caracterizando em espaços de disputas, de domesticação, de submissão e de adaptação, influenciando a subjetividade humana e sendo construtoras de culturas, o modelo presente durante todo século XX, vai ser criticado por vários pesquisadores e entidades civil passando por transformações no período da redemocratização sendo implementado na constituição federal de 1988, um projeto educacional pautado na inclusão com ênfase nas particularidades local voltada a formação cidadã e a democracia. Essas mudanças, vai se fazer presente na LDBE. Em seguida, se fará necessário analisar alguns de seus artigos.

3.3 A PROPOSTA DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO BASEADOS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O modelo educacional nos moldes proposto pelo estado brasileiro, com a utilização de um material comum na construção dos conhecimentos abre espaço para vários questionamentos, pois, sabemos que as realidades são múltiplas e que nem todos os seres vão

se enquadrar no modelo estabelecido por vários motivos inerente as questões sociais. A forma de absorver a aprendizagem depende da influência das instituições a qual o ser humano pertence, tais como; família, igreja, amigos, escolas entre outros. Essas instituições têm uma relação de interdependência, que necessita que o conhecimento seja diversos para incluir a individualidade, e ser compreensível por um número maior da população. A verdadeira educação é um processo contínuo que dura a vida inteira, estamos constantemente aprendendo, e todos os conhecimentos são válidos para a nossa vida. Pois a nossa cultura é composta de conhecimentos eruditos e populares.

Os projetos educacionais presente nos currículos brasileiro, durante muito tempo não contemplou a pluralidade de conhecimento. Ao analisar a história da educação no Brasil, constata-se que a escola sempre teve por meta, transformar fluxos de vidas em informação com objetivo de preparar para o mercado de trabalho e pacificar a população. Segundo Corrêa (2006, p.51); “A escolarização como dispositivo surge com seus ditos e não ditos, para educar a todos, com objetivo estratégico de criar um lastro cultural comum que permitisse agrupá-los sob o signo de cidadãos em relação a um governo estatal”.

A crise de paradigmas que assola as sociedades pós-modernas e pós-industriais, caracterizada pelo processo de globalização da economia, da comunicação, da cultura e da educação, faz crescer a cada dia nas sociedades movimentos de reivindicações contrário as formas de uniformização. Em meio ao processo globalizante, vem crescendo o desejo pela afirmação das singularidades das localidades ou regiões, tornando a multiculturalidade marca expressiva na atualidade.

No Brasil, na década de 1980 período da redemocratização, o país vivenciava forte contraste social, fruto de um modelo extremamente excludente onde a maioria da população não tinha acesso aos bens básicos, tais como; saúde, educação, saneamento básico e moradia. Neste contexto, de abertura política surge novas organizações da sociedade civil e da sociedade política que vão se organizar e formar através da educação formal e não formal movimentos de conscientização do indivíduo, enquanto sua condição de detentor de direitos e deveres. Neste quadro social, se fazia necessário que a população se apropriasse do instrumental e do mecanismo básico para fazer valer os seus direitos, e a educação era o principal meio, uma vez que a educação é um dos principais instrumentos de formação da cidadania. Em meio ao cenário descrito, há a necessidade urgente de uma política educacional onde incluísse a maior quantidade possível de indivíduos. Por isto, se fazia urgente e necessário uma mudança na forma de pensar o modelo educacional vigente. Esse momento foi um terreno fértil para a reconfiguração do processo educativo baseados nas ideias

Freiriana. Entre as décadas de 1950 e 1980, o educador Paulo Freire, nascido em Recife na região Nordeste do Brasil ao analisar a situação de opressão e desigualdade na qual vivenciava a população concluiu que o modelo educacional vigente colaborava para manutenção da ordem estabelecida, com base na dominação. Em meio a observação da realidade social, o educador Paulo Freire na tentativa de contribuir com a mudança na estrutura social, vai elaborar um projeto educacional onde a educação fosse voltada para libertação humana. A educação nessa perspectiva, é pensada como; “um ato de busca permanente onde o próprio homem é o sujeito que opera e transforma o mundo através de uma clara compreensão do mesmo que só será possível com a consciência da realidade concreta”. De acordo com Freire (1996), para que a educação possa ser transformadora, o sujeito do educando e do educador independente da sua posição política precisa compreender que o ato de educar exige a compreensão de que: Não há docência sem discência, e que a prática docente e o ato de ensinar exige rigorosidade metódica, exige pesquisa, exige respeito aos saberes dos educandos, exige criticidade, exige estética e ética, exige a corporificação das palavras pelo exemplo, exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico, exige reflexão crítica sobre a prática, exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural, exige consciência do inacabamento, exige o reconhecimento de ser condicionado, exige respeito à autonomia do ser do educando, exige bom senso, exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores. A prática educadora exige a não aceitação de seu exercício ser transformado em práticas de “tios e tias”, exige apreensão da realidade. Com este conhecimento o aluno torna-se sujeito de transformação, sendo capaz de participar da construção ou reconstrução da sua realidade, exige alegria e esperança. A atividade educativa, necessita de alegria e esperança para que professores e alunos possam resistir a história do determinismo e criar possibilidade de serem construtores históricos.

Os pensadores da educação, não pode estar no mundo de forma neutra. O conhecimento e o diálogo, permite o conhecimento dos fatos e do contexto possibilita caminhos para a superação. “A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.” (FREIRE, 1996, p. 41), ensinar exige curiosidade, sem ela não há questionamentos, comparação, reflexão crítica e o desafio das possibilidades. “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser.” (FREIRE, 1996, p. 45.).

Ensinar é uma especificidade humana, e exige; segurança, competência profissional, generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade e autoridade, tomada consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, disponibilidade para o diálogo, querer bem aos educandos. Ensinar não é transferir conhecimento, mas, criar possibilidade para a transformação.

Em relação a importância da identidade cultural no processo de aprendizado, Freire afirma:

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. A experiência histórica, política, cultural e social os homens e das mulheres jamais pode se dar “virgem” do conflito entre 'as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção. (FREIRE, 1996, p.22).

Continuando com o pensamento Freiriano, sabe-se que as práticas educativas ocorrem em meio as relações de forças e que as ações pedagógicas são resultado de escolhas que em muito contribui para o processo de (re) construção do espaço social. Para tanto, constata-se na frase:

A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar “virgem” do conflito entre 'as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção. A formação docente que se julgue superior a essas “intrigas” não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos. A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (FREIRE, 1996, p.23).

O método educacional proposto pelo autor, é qualitativo enfatizando o potencial dos educandos e dos educadores em transformar sua própria realidade e o mundo que o cerca. Esse modelo educacional tem como pilar; o diálogo e a ação. Na visão de Freire, a escola deve propor práticas e ações pedagógicas capaz de provocar no aluno uma consciência crítica capaz de mudar a realidade social. O espaço escolar deve usar a comunicação, os conteúdos e a realidade local para a partir de então conscientizar os educandos na perspectiva crítica e transformá-lo em sujeito de ações capazes de modificar a realidade.

No Brasil, com o advento da redemocratização, há uma efervescência ideológica entre os intelectuais, com desejo de mudança nas instituições sociais. Em meio as reivindicações

o modelo vigente de educação bancária onde o aluno só escuta, passa a ser rejeitado, e cada instituição que compõe a sociedade tenta organizar seu funcionamento voltado para o exercício da cidadania, da participação e da efetivação dos direitos sociais. Muitas das propostas pelas quais nosso sistema educacional deve se orientar vão estar presente na promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988. Em meio ao discurso de renovação nas instituições, no tocante a educação foram elaborados os princípios e base que norteiam a educação básica presente na LDB. Dentre os artigos presentes na Constituição Federativa do Brasil, podemos ressaltar:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios
 I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 VII - Garantia de padrão de qualidade;
 VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

A LDBE preconiza em seu Art. 3º que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - Garantia de padrão de qualidade;
 X - Valorização da experiência extraescolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).

A legislação definiu também, a seguinte diretriz:

Art. 15- os sistemas de ensino assegurarão às unidades públicas da educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Os artigos apresentados, mostra que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira e a constituição possibilita as escolas elaborarem projetos de acordo com o modelo proposto pela escola cidadã ou escola progressista pensada na perspectiva Freiriana, pautado no; pluralismo, na gestão democrática e na autonomia. O modelo de escola cidadã é parte de uma luta histórica pela renovação na educação e encontra no processo de autonomia novas possibilidades de relações sociais opondo-se ao autoritarismo. A autonomia prevê constante interação com a sociedade e não isolamento.

A educação básica brasileira está dividida em 3 (três) etapas; infantil, fundamental e médio.

O ensino médio está dentro do ensino básico junto ao infantil e fundamental. Trata-se dos últimos anos na escola que prepara os alunos para a autonomia pessoal, para inserir-se na comunidade, para emancipação social e para uma nova etapa de vida; o ensino superior. As práticas pedagógicas e os assuntos abordados nestes períodos são baseados na (LDBE), e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Atualmente as escolas de todo o Brasil precisa oferecer três anos deste ensino com carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas/aula anualmente.

Nesse sentido, com relação as aulas os estudantes possuem as seguintes disciplinas regulares obrigatórias: português, língua estrangeira, matemática, história, geografia, filosofia, sociologia, artes, educação física, química, biologia e física. Contudo, ainda pode haver outras disciplinas obrigatórias em algumas instituições de ensino.

A Lei 9394/96, que instituiu as bases e formas de organização da educação no Brasil, apresenta o Ensino Médio como última etapa da educação básica e com o mínimo de três anos de duração. Nessa legislação, esse nível de ensino não tem a obrigatoriedade de habilitar para o trabalho e tem as seguintes finalidades: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparar para o trabalho e para a cidadania do educando; aprimorar o educando como pessoa; e, permitir a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

No artigo 35, preconiza entre as finalidades do ensino médio o seguinte:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posterior;

III – o aprimoramento do educando como pessoa incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, LDB, lei nº 9394/96).

Mediante o exposto, a instituição escolar desempenha papel fundamental na promoção dos direitos sociais, pois através das escolhas que perpassa pela ação pedagógica, ela pode contribuir para que uma determinada sociedade seja (re) construída ou organizada nos moldes a promover as mudanças ou a permanência das realidades apresentadas, contribuindo com o desenvolvimento da infraestrutura social. Nas sociedades pós-modernas onde busca-se a formação dos indivíduos voltada para a cidadania a comunicação tem uma importância central.

Nessa perspectiva, no que diz respeito aos direitos sociais e à infraestrutura social, a política de educação ganha a partir das diretrizes e normas gerais constantes na CRFB/88, elevado grau de importância na sociedade. Para tanto, essa importância pode ser observada nos seguintes artigos:

Art. 6º São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Mediante artigos, constatamos que a política pública de educação, presente na constituição federativa do Brasil preceituam o direito a educação com ênfase na pluralidade, na diversidade, e no desenvolvimento humano do educando. Assim, em relação a estes dispositivos constitucionais vêm sendo construídas diversas políticas nacionais de educação objetivando a implementação através das unidades federativas para a realização de projetos e investimentos voltados para a disponibilização destes serviços públicos destinadas à população visando contribuir para as mudanças dos problemas estruturais na nossa sociedade. A educação está no âmbito da coletividade e envolve responsabilidades do estado, da família e da sociedade civil, tendo por base a cidadania.

Para além de Paulo Freire, Gadotti enfatiza a importância que a educação básica exerce. O mesmo enfatiza que em princípio, toda escola pode ser cidadã enquanto realizar uma certa concepção de educação orientada para:

- a formação para a cidadania ativa: acreditamos que a escola pode incorporar milhões de brasileiros à cidadania e deve aprofundar a participação da sociedade civil organizada nas instâncias de poder institucional;
- a educação para o desenvolvimento: entendemos que a educação é condição *sine qua non* para o desenvolvimento autossustentado do País. A educação básica é o bem muito precioso e de maior valor para o desenvolvimento, mais do que as suas riquezas naturais.

A educação é condição *sine qua non* para o desenvolvimento autossustentado do País. Nossas desigualdades sociais não serão superadas apenas com uma melhor distribuição de renda e com a solidariedade das classes médias. Será preciso preparar os jovens para o trabalho. A educação básica de qualidade para todos é uma das condições fundamentais para acabar com a miséria, como ficou demonstrado por países como a Coreia do Sul, que, em algumas décadas, deu um salto para o Primeiro Mundo graças a investimentos massivos na Educação. (GADOTTI, 1988, p.10).

Consciente de que a escola não é o único local de disseminação do saber, ela sozinha não pode promover a transformação social, mas a transformação não ocorrerá sem ela. O conhecimento ocorre na igreja, na Família, em um partido político, nos espaços em geral. Mas independentemente do local, devemos conhecer a importância das ações e das práticas pedagógicas no processo de construção cultural. Segundo (BOURDIEU, 1992, p206), “o trabalho pedagógico (seja ele exercido pela Escola, por uma Igreja ou um Partido) tem por efeito produzir indivíduos modificados de forma durável, sistemática por uma ação prolongada de transformação que tende a dotá-los de uma mesma formação durável e transferível (*habitus*). Na mesma direção, de acordo com o pensamento de Bourdieu, o trabalho pedagógico tem por efeito produzir seres humanos modificados que tenha a possibilidade de interferir nos *habitus*.”

Não obstante a importância da escola para a sociedade, o MPT (Ministério Público do trabalho) vai desenvolver projetos e ações para disseminar e conscientizar a sociedade sobre Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes por meio da comunidade escolar.

Conforme anteriormente mencionada, o Art. 227 da Constituição Federal/88, assegura que é dever da família da sociedade e do Estado colocar a criança, o adolescente e o jovem a salvo de toda forma de; negligência, exploração, violência e opressão.

Nesta perspectiva, em 2008 o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho no Ceará, Antônio de Oliveira Lima, criou um projeto que ocorre em quase toda escola no Brasil denominado MPT na Escola³⁵. Em 2011, foi reconhecido pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho tomando projeção nacional.

Só em 2015, MPT na escola teve adesão de 392 municípios em todo o país, atingindo 3.607 escolas 34.153 professores e 649.418 alunos. As Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) e as Procuradorias do Trabalho nos Municípios (PTMs) realizam reuniões com as Secretarias Municipais de Educação das regiões e apresentam projeto propondo assinatura de acordo de cooperação.
(<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/projeto-mpt-na-escola/>)

Em decorrência da expansão do MPT na Escola, o projeto PETECA³⁶. (Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente) criado em 2016, capacita e sensibiliza profissionais da educação para que as ações e proposta de combate ao problema possa ter melhor ampliação.

Com o objetivo de aumentar a conscientização da sociedade sobre o tema, reforçar a importância da erradicação das situações de exploração e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, ampliando qualitativa e quantitativamente as políticas públicas de atendimento ao público em questão, o PETECA reúne um conjunto de ações de conscientização e sensibilização nas comunidades e escolas dos municípios para salvaguardar os interesses das crianças e adolescentes.

Na mesma direção, Natália Suzuki, coordenadora do programa de educação Escravo, Nem Pensar!³⁷, da ONG Repórter Brasil. Assegura que:

A escola pode dar inúmeras contribuições quando se fala em prevenção não só ao trabalho infantil, mas, a qualquer violação de direitos humanos. A começar pelo papel de difusão de informação, que não é encontrado em nenhuma outra política pública. Essa capacidade se deve ao contingente de pessoas que circulam nesses espaços, tanto em termos de servidores públicos, quanto de alunos e seus familiares. “Você consegue alcançar um número elevado de pessoas de uma vez só e orientada pela mesma diretriz”, (<https://escravonempensar.org.br/>).

Diante do exposto, focaremos no campo da pesquisa a Escola Estelita Timóteo para conhecer as ações e projetos ali desenvolvidos no tocante a prática do trabalho de crianças e adolescentes no município.

³⁵ Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/projeto-mpt-na-escola/>

³⁶ Disponível em: <https://peteca2008.blogspot.com/p/que-somos.html>

³⁷ O Escravo, nem pensar! é o primeiro programa nacional de prevenção ao trabalho escravo. Ele já atingiu mais de 465 municípios de 11 estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/> Acesso em: 06/ de julho de 2021.

CAPÍTULO IV

A ESCOLA: NA PERMANÊNCIA OU TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS LOCAIS

No presente capítulo, vamos nos deter a conhecer alguns aspectos da situação educacional do município de Toritama e em seguida iremos direcionar nosso olhar para a Escola Estelita Timóteo no intuito de conhecer as ações e projetos por ela desenvolvido junto as particularidades locais como; o trabalho de crianças e adolescentes. Sendo necessário a leitura do PPP (Projeto Político Pedagógico) e entrevistas semiestruturadas com os funcionários.

4.1 DESAFIOS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TORITAMA

Analisar a situação do processo educacional no Brasil é uma situação delicada que envolve problemas estruturais presente desde a colonização. A saber; falta de projeto político pedagógico em consonância com a realidade social interna, limitação de acesso, principalmente pelas camadas populares, devido a localização ser preferencialmente nas zonas urbanas, espaços físicos das escolas insuficientes para acomodação e realização do ensino-aprendizagem para docentes e discentes, falta de instrumentos, baixa remuneração de professores, falta de participação da comunidade na escola, que reflete na baixa participação de pais e responsáveis na trajetória escolar de seus filhos, altos índices de abandono e reprovação.

Mesmo em meio aos esforços e as ampliações verificadas na nossa sociedade com o apoio do poder público pós constituição federal de 1988, no tocante a propostas educacionais ainda não conseguimos superar os problemas na educação que persiste desde séculos anteriores.

A situação educacional do município apresenta as mesmas problemáticas existente nas instituições de ensino básico do país, conforme já mencionada. Segundo os órgãos que acompanha o desenvolvimento da educação básica como IDEB e IDEPE³⁸ (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco), os resultados educacionais do município

³⁸ O Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) permite medir anualmente a qualidade da educação de Pernambuco. Ele leva em conta tanto os resultados da avaliação do SAEPE, em Língua Portuguesa e Matemática, dos alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Disponível em: <https://siepe.educacao.pe.gov.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.e?idPaginaItemMenuConteudo=5911>. Acesso em 07/ de junho 2021.

apresenta melhoras, no entanto, encontra-se sempre menor do que os resultados do Estado e do País. Com base nos resultados da prova Brasil (2019)³⁹ a proporção de alunos no município que se encontrava com a aprendizagem adequada⁴⁰ a sua etapa escolar, foi o seguinte.

QUADRO - 10 Proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar. Toritama/PE

PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
5 ANO 34%	5 ANO 19%
9 ANO 22%	9 ANO 12%

Fonte: Prova Brasil 2019, INEP.

No estado, pernambucano a proporção de alunos com aprendizagem adequada no 5 ano encontra-se; português 44% e matemática 35%. Para o 9 ano 29% e 16% respectivamente. Os dados, permite compreender que o ensino fundamental I concentra maior defasagem na aprendizagem.

Em relação ao IDEB, apresenta-se a seguinte situação:

QUADRO: 11 IDEB do município de Toritama

8ª série / 9º ano																
Município	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
TORITAMA		1.8	2.4	2.4	2.6		3.6	3.5		2.2	2.6	3.1	3.5	3.8	4.1	4.3

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

*** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: IDEB/INEP 2019

Em meio as dificuldades apresentadas nos índices de desenvolvimento educacional a nível nacional e estadual o processo educacional do município, vem apresentando

³⁹ Prova Brasil? Era um exame para estudantes do 5º e dos 9º anos (antigas 4ª e 8ª séries) do Ensino Fundamental, que serve para avaliar o rendimento das escolas públicas do País. Ele testa o conhecimento dos alunos em língua portuguesa e matemática. O nome mudou, para SAEB.

⁴⁰ Medição da aprendizagem adequada. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/aprendizado-adequado/>. Acesso em 07/ de junho de 2021.

crescimento, conforme informes⁴¹ da secretária de educação “e crescendo 40 posições, e no IDEPE com média de 4,1 e crescimento de 17%”. No entanto, o resultado na elevação positiva da Educação Municipal no IDEB, saindo da penúltima posição no Estado não consegue atingir a meta.

Em relação ao IDEPE, é bom enfatizar que a maior nota alcançada foi 9,11 nos anos iniciais no município de Custódia e 8,24 nos anos finais pelo município de Bonito.

No município de Toritama-PE, existem 5(cinco) escolas que oferta o ensino médio regular a população, sendo 3(três) privadas e 2 (duas) públicas. Entre as Escolas públicas temos; Escola Protázio Soares de Souza fundada em 1966 e a Escola Estelita Timóteo fundada em 1982, ambas localizadas na zona urbana.

Segundo o Censo escolar (2020)⁴², a maioria da população discente matriculada nesta etapa do ensino no município, encontra-se na rede pública de ensino. Dos 1.432 alunos matriculados 1.266 estão nas instituições Públicas e 166 nas instituições privadas. Em termos percentuais corresponde respectivamente a 88,5% e 11,5%.

4.2 CAMPO DE PESQUISA: A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO

Imagem -10- Escola Estelita Timóteo, Toritama/PE



Fonte: Fabiano Andrade *Apud* Matheus Laércio

A Escola Estelita Timóteo no município de Toritama foi fundada em 1982, localiza-se na zona urbana na rua Isaías Soares, centro. O espaço físico da escola compreende 7 salas de

⁴¹ (Publicado em 26 de agosto de 2019. Disponível em: <http://toritama.pe.gov.br/mosaicos/professor-welson-costa-assume-secretaria-de-educacao-em-toritama/>).

⁴² Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/117-pernambuco/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Acessado em 05/ de julho de 2021.

aula, 1 biblioteca, 1 cozinha, 1 sala para os professores, 1 sala para diretora, 2 banheiros (feminino/ masculino) e uma sala de informática. A Escola não possui; laboratório de ciências, sala de atendimento especial, quadra de esporte, sala de leitura, aparelho de DVD, televisão, retroprojeter ou copiadora. Toda via, possui internet, 1(uma) impressora, 51(cinquenta e um) computadores para os alunos, e 1(um) computador para administração. A escola funciona nos turnos; manhã, tarde e noite, com um quantitativo de 821 alunos⁴³ e 24 (vinte e quatro) professores, caracteriza-se como escola de porte médio⁴⁴. Mediante o exposto, observa-se que ela abriga o maior contingente discente do município.

Quadro – 12 Quantitativo de estudantes por série da EET - 2020

Série	1 ano EM.	2 anos EM.	3 anos EM	Total
Quantidade	323	245	253	821

Fonte: Censo Escolar/INEP 2020.

Quadro – 13 Distribuição dos estudantes da EET segundo sexo/gênero - 2020

Masculino	Feminino	Total
439	382	821
53,4%	46,6%	100%

Fonte: Secretaria da escola.

De acordo com o sexo/gênero, conforme informação atualizada da secretaria da escola, contida no quadro acima, evidencia um quantitativo maior de discentes do sexo masculino. Mesmo o município apresentando na composição etária um percentual maior do sexo feminino, conforme já apresentado. O presente trabalho não tem a preocupação em compreender a questão de gênero na escola, no entanto, essa realidade pode ter relação com o fato de as mulheres ter papel preponderante na economia e nas tarefas domésticas, conforme expõe Bezerra:

Percebemos o quão imbricados se encontram o trabalho familiar a domicílio e uma divisão sexual do trabalho que, de um lado, atribui às mulheres o peso maior da responsabilização pelas questões domésticas e, de outro, impõe às mulheres

⁴³ Todas as informações quanto ao espaço físico, equipamentos e número de alunos estão Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/94362-escola-estelita-timoteo/sobre>. Acesso em 05/ julho de 2021.

⁴⁴ Parágrafo único. O porte da escola ou centro referido no *caput* deste artigo, é definido a partir de número de alunos, nos seguintes termos: a) pequeno porte: até 800 (oitocentos) alunos; b) médio porte: de 801 (oitocentos e um) alunos a 1.600 (hum mil e seiscentos) aluno c) grande porte: acima de 1.600 (hum mil e seiscentos) alunos. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12944&complemento=0&ano=2005&tip>. Acesso em: 05 / de julho de 2021.

condições de trabalho mais precarizadas. Que especificidades tal situação coloca nos espaços que, embora rurais, se articulam no território produtivo do Pólo de Confeccões. (BEZERRA,2011, p.116).

No tocante a evasão escolar entre o sexo masculino é maior (-32,6%) feminino (-6,0%). A escola atende alunos da cidade, da zona rural, da Vila Canãa e Santa Maria. Os dois últimos pertencente ao município de Caruaru. Os educandos são oriundos de classe sociais distintas. Quanto aos professores, todos são habilitados a função sendo a grande maioria oriunda de outras regiões. Em relação a estrutura física, a mesma apresenta vários problemas; o espaço é pequeno, não tem área verde e espaço de convivência para desenvolver atividades extraclasse

Devido ao prédio da escola ser da Prefeitura Municipal locado ao Estado, observa-se uma falta de compromisso de ambas as partes com a adaptação ou reforma do espaço. Ao observar as mudanças ao longo das décadas, houve um crescimento populacional no município, no entanto, não houve aberturas de novas Escolas públicas para ofertar o ensino nesta modalidade. Essa realidade, é do conhecimento do poder público, pois o PPP da escola relata a existência do problema enfatizando que o ambiente escolar oferece o mínimo de qualidade com as instalações e os mobiliários encontrando-se em situação precária. Conforme estudos sobre a relação ensino-aprendizagem, percebe-se a importância das instalações para o bom desenvolvimento dos alunos.

A infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos. (SATYRO; SOARES, 2007, p. 7).

Para além dos problemas de estrutura física, verifica-se uma rotatividade no quadro de funcionários em especial de professores. Outro ponto a destacar na escola, refere-se ao IDEB, verifica-se que os índices vêm melhorando, no entanto, ainda permanece um índice menor do que a média nacional e estadual conforme informações do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Segundo a direção escolar este resultado é reflexo dos alunos oriundo do município que chega ao ensino médio com inúmeras dificuldades no processo de aprendizagem.

Quadro - 14. IDEB da EET em comparação com Pernambuco e Brasil⁴⁵.

	E.E. T	Pernambuco	Brasil
IDEB	3.3	4.4	4.5

Fonte: INEP 2020

Para além das questões mencionados, o corpo discente da escola apresenta baixo rendimento escolar, evasão, falta de atenção, dificuldade no ensino-aprendizagem entre outros. Ao realizar diálogos com os alunos no intuito de compreender os problemas apresentados as respostas sempre centravam a prática do trabalho como responsável pelo baixo desempenho educacional.

Em meio ao exposto, devido exercer a função de professora na referida escola foi desenvolvida uma atividade em consonância com a realidade local utilizando como ferramenta metodológica, produções textuais, onde os alunos possam descrever seu cotidiano e suas relações com o mundo do trabalho, para que depois da exposição do conteúdo seja possível comparar as mudanças e continuidades das condições de trabalho na qual a classe trabalhadora está inserida, no sistema capitalista de produção, do início do século XX aos dias atuais. A atividade ocorre durante a realização das aulas, onde abordando a temática acerca do mundo do trabalho, por meio da disciplina de Sociologia, com apoio do livro didático, utilizado no ensino médio na Escola Estelita Timóteo. A atividade contou com a participação de 45 alunos com idade entre 14 e 18 anos. Entre os meses de novembro de 2020 e março de 2021, nos turnos; manhã e tarde.

Ao concluir as leituras bibliográficas realizadas e comparar com os textos por eles produzidos, o resultado obtido por meio desta ação pedagógica, constata-se que mesmo em meio a criação e efetivação de políticas públicas em especial pós Constituição Federal de 1988, que visam à garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes como já mencionado, não foi suficiente para garantir mudanças significativas, quanto a permanência da reprodução da prática do trabalho de crianças e adolescentes no processo produtivo em pleno século XXI. Os textos produzidos, apresentam semelhanças nos discursos, nos motivos e nas relações de exploração da classe trabalhadora desenvolvidas no início do século XX. A partir das leituras dos 45 textos produzidos, pode-se destacar os seguintes resultados:

⁴⁵ Considerando só os dados do ensino médio da rede pública. Disponível em: IDEB – INEP <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em 07/ de julho de 2021.

QUADRO – 15

Participantes por sexo/ gênero.	
homens	18
mulheres	27
total	45

Fonte: própria.

QUADRO - 16

alunos inseridos no mundo do trabalho	
Homens	17 trabalham
Mulher	25 trabalham

Fonte: própria.

QUADRO - 17

Idade que começaram a trabalhar		
Idade	Homem	Mulher
7 anos	1	
8 anos		1
9 anos		1
10 anos	4	3
11 anos	2	4
12 anos	2	5
13 anos	3	2
14 anos		2
16 anos		3
Não especificou	5	4

Fonte: própria.

Ao analisar as produções textuais, confirma-se o que vem sendo estudado por alguns pesquisadores e observado na realidade concreta como já mencionado, no tocante a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho no referido município. Para além da reprodução e permanência desta prática no município, o discurso sobre o trabalho como positivo para crianças e adolescentes oriundo da classe trabalhadora é uma realidade que compõe a cultura local. Em meio aos textos produzidos selecionei alguns para constatar essa realidade.

Tenho 16 anos comecei a trabalhar aos 13 anos, meu primeiro trabalho foi com uma amiga da minha mãe que me chamou para trabalhar em um aprontamento. Passei 4 meses e 5 dias trabalhando no aprontamento depois sair porque minha mãe estava precisando de mim. Trabalho até hoje com minha mãe gosto muito de trabalhar, estudar também para ser alguém na vida trabalho das 8hs da manhã até 12 hs depois

vou para escola saio da escola 4:30 e volto a trabalhar de 18: 00hs até 11hs da noite (ou seja) nós trabalhamos em facção vai até no sábado Por que nós só trabalhamos até 12hs. A maioria das facções quem trabalha em aprontamento o momento de lazer é só quando não tem feira mais tem aprontamento que encerra as 12 hs no domingo. Atualmente trabalho em facção com minha mãe. (Estudante 1).

Essa produção textual foi selecionada com o objetivo de mostrar o excesso nas horas trabalhada, o trabalho noturno nos finais de semanas.

“Comecei a trabalhar com 16(anos). Para me o trabalho não tem importância eu trabalho porque eu quero. Só trabalho porque não quero ficar s/ fazer nada, OBS: tenho 17 (anos) e trabalho de atendente de pizzaria, não tenho despesa com nada começo a trabalhar 5:00 horas da tarde até 12:40 da noite, minha folga é na quarta na parte da manhã eu durma a tarde vou a escola a noite eu trabalho.” (Estudante 2)

Neste texto, observa-se a prática do trabalho noturno.

“Tenho 15 anos, comecei a trabalhar entre os 12 a 13 anos cuidando de crianças, aos 15 comecei a trabalhar com o jeans, eu Travetava e caseava como estava muito cansativo e sem tempo para as aulas online esse ano eu comecei a trabalhar em casa com meu pai, agora trabalho com malha e tenho mais tempo para os estudos. Eu trabalho para comprar minhas próprias coisas, meus pais sempre me deram, mais prefiro trabalhar pra comprar e quando posso, ajudo eles, acho que com essa idade (14-15) já devemos começar a trabalhar, não se matando, mais com limites e sempre com tempo para os estudos, até por que nem todos os pais podem dar tudo a nós e temos que entender isso e ajuda eles também, fora que ter nosso próprio dinheiro é a melhor coisa, bom, minha visão como trabalho, acho que é para o bem do nosso futuro, pois não vamos ficar nas custas de alguém pra sempre, e acho que muitas mulheres que se criam sem trabalhar não ajuda seus maridos depois de casados e acho isso injusto. Trabalho o dia todo, mas tenho horários (variados) para parar.” (Estudante 3)

Neste texto, destaca-se o enaltecimento do trabalho e a necessidade de conciliar trabalho e outras atividades como estudo.

“Tenho 15 (quinze anos) trabalho de costureira faz 4 anos trabalhava com minha mãe mais agora trabalho com minha tia trabalho para comprar coisas para mim e também ajudo minha mãe em casa também acho importante trabalha com essa idade para saber ser independente cedo eu também gosto de trabalho para eu ter meu dinheiro eu trabalho de manhã e de tarde eu venho para escola e quando eu chego da escola eu vou trabalha até de 7 horas da noite e quando eu chego em casa eu ajudo minha mãe e no final de semana eu Saio com minhas amigas para lancha.” (Estudante 4)

Neste texto, destaca-se a iniciação no mundo trabalho em meio aos familiares.

“Tenho 14 anos eu não trabalho mais estou a procura de vagas de jovem aprendiz, na verdade eu trabalhava com a minha mãe, costurando mais não gosto de nenhum trabalho relacionado ao jeans então parei. Eu quero trabalhar com uma coisa que me deixe confortável e a costura não me trouxe esse benefício minhas costas doíam bastante e as vezes eu passava a noite costurando. Eu quero arranjar um emprego pra eu não tá pedindo as coisas pros meus pais isso é muito chato.” (Estudante 5)

Esse texto destaca os prejuízos físicos causado pelo trabalho.

“Tenho 14 anos, comecei a trabalhar com 9 anos, para ajudar meus pais, trabalho em casa com a minha mãe, limpando peças, mas o trabalho não atrapalho nos estudos, eu trabalho em torno de 5 a 6 horas por dia, é um pouco cansativo, mas é necessário. O trabalho é muito importante para a sociedade se não fosse o trabalho eu não sei o que seria da sociedade, é com o trabalho que conseguimos as coisas, por exemplo: comida, sapatos, etc. Todos seres humanos precisam do trabalho, sem ele é impossível sobreviver.”

“Comecei a trabalhar com minha vizinha no aprontamento aos 7 anos de idade para comprar um vídeo game.”

“Comecei a trabalhar com 11 anos como vendedora na Feira da Sulanca”.

(Estudante, 6)

Esses textos, demonstram que a situação socioeconômica da classe trabalhadora permanece precária mesmo em meio a avanços nas leis trabalhistas ao longo do período. As produções textuais, evidenciam que vários aspectos da classe trabalhadora do início do século XX permanecem até os dias atuais. No tocante, a utilização da mão de obra de crianças e adolescentes, essa é uma prática presente na conjuntura atual, podendo ser encontrada nos diversos ramos da economia como: Loja, Pizzaria, Supermercado e atividade doméstica, mas com predominância do setor de produção, comercialização e prestação de serviços relativo a confecções desenvolvidas na região. Seguindo as observações, podemos perceber que existe uma reprodução da utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes relacionado as formas precárias do início da produção na Sulanca perpetuando-se até os dias atuais. A reprodução desta força de trabalho, é realizada e incentivada por pais, parentes e vizinhos. A ideologia do trabalho como dignificante e enobrecedor para a classe pobre, se faz disseminar e estimular pelo hábito do trabalho, que se faz aceito e reproduzido, cultural e cotidianamente na realidade do município.

A inserção pela via do consumo é outro motivo que leva esses jovens a introduzir-se no mundo do trabalho, a necessidade de comprar roupa, calçados, telefone, vídeo game, entre outros. Essas necessidades como disse os discentes em “comprar suas coisas”, se dá devido aos baixos salários recebidos pelos pais ou responsáveis, que não conseguem atender por meio da renda familiar e do salário dos adultos as necessidades de consumo das crianças e dos adolescentes, que se faz estimular por meio da publicidade e da cultura do consumo. Outras características encontradas, alertam para os danos do trabalho precoce ao desenvolvimento escolar. O resultado das produções textuais dos alunos corrobora o que já é notório nas pesquisas: os prejuízos físicos e intelectuais da exploração do trabalho infantil, e, também vem reforçar os resultados dos estudos já mencionados, que mostram a permanência da prática do trabalho de crianças e adolescentes no município em estudo, em paralelo a

proibição preconizada na legislação e nas políticas públicas consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

Com o objetivo de conhecer melhor o funcionamento da escola, suas ações e projetos direcionadas a realidade apresentada pelos discentes, iremos proceder a análise do PPP da escola Estelita Timóteo consubstanciado nas entrevistas realizadas.

4.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Destacando a importância das ações pedagógicas desenvolvida por uma escola, a primeira ação fundamental é conhecer a construção do projeto político-pedagógico (PPP). Sua construção deve englobar a comunidade, os alunos e o corpo de funcionários da escola, levando em consideração a realidade de seus alunos. Nas palavras de VEIGA;

A construção do projeto político-pedagógico exige reflexão sobre as finalidades da escola, assim como explicitação de seu papel social, definição dos caminhos a serem percorridos e das ações a serem desencadeadas por todos os envolvidos no processo educativo. É, portanto, produto da reflexão sobre a realidade interna da instituição, referenciada a um contexto social mais amplo. (VEIGA, 2010, p. 1 e 2).

Até pouco tempo, a maioria das preocupações direcionada ao papel da escola limitava-se em saber se a mesma oferecia um método de educação tradicional ou moderno. Na atualidade essa tipologia não foi extinta, mas hoje o debate educacional brasileiro centra-se as discussões na participação, autonomia e cidadania no processo de ensino aprendizagem. Os estudos sobre a educação centram-se sobre seus fins. Essa preocupação vem centrando a importância nos estudos direcionado a analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP), das escolas, por compreender a importância do papel da escola e a função social por ela exercida, enfatizando, que a escola e o trabalho pedagógico estão em meio à relação de forças.

De acordo com a LDBE, observa-se que na tentativa de assegurar a qualidade do ensino, a elaboração do Projeto Político Pedagógico deve ter por base um processo democrático e coletivo para tanto, preconiza em seus artigo:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A proposta do PPP deve ser baseada em uma educação voltada para a cidadania. Para tanto, cidadania significa essencialmente conhecimento de direitos e deveres no exercício da democracia.

4.3.1 Conceituando o Projeto Político Pedagógico

Gadotti assim define o projeto político- pedagógico:

Frequentemente se confunde projeto com plano. Certamente o plano diretor da escola - como conjunto de objetivos, metas e procedimentos - faz parte do seu projeto, mas não é todo o seu projeto. Isso não significa que objetivos, metas e procedimentos não sejam necessários. Mas eles são insuficientes pois, em geral, o plano fica no campo do instituído ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, como defende hoje todo esse discurso oficial em torno da "qualidade", e em particular da "qualidade total". Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. (GADOTTI, 1998, p. 16).

Nas palavras de Gadotti (1998), ao se elaborar o projeto político pedagógico de uma escola, estamos planejando e dando intenção ao que se deve fazer/realizar. É nesse documento que serão inseridos os objetivos da escola, seus aspectos históricos, problemas, suas possíveis soluções, além de contribuições para a comunidade em que a instituição possui relações. Sendo assim, um projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. A escola é um cenário marcado pela diversidade e está inserido dentro do processo da contradição.

Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o do presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa ante determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1998, p. 19)

Esse documento deve ser elaborado e aplicado de forma coletiva, destacando não só problemas escolares, mas também os de cunho social que estão à volta da instituição. Nesse sentido, Vasconcellos (1995) acrescenta que:

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

4.4 ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO

Mediante importância direcionada ao Projeto Político Pedagógico, iremos nos deter a conhecer o PPP da Escola Estelita Timóteo para melhor compreender as ações e projetos por ela desenvolvidas em consonância com a realidade dos seus alunos e da comunidade. O PPP da escola, é um documento com vigência de três anos, por isto, a análise do documento em estudo é referente aos anos de 2019 a 2020. O documento encontra-se estruturado da seguinte forma:

1. Introdução, onde evidencia-se que a escola está organizada com base na concepção de escola cidadã pautado nos ideários Freiriano. Conforme pode ser observado:

O fazer da nossa Escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Assim, acreditamos que as aprendizagens significativas se dão quando o aluno constrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe uma leitura crítica e reflexiva do mundo. (PPP da escola, p.4).

Mediante o texto introdutório do PPP, observamos que a escola proporciona metodologias ativas, contexto político atuais, disputa de narrativas sobre o papel da escola com base na formação cidadã.

2. Perfil dos alunos, 3. Perfil dos pais, 4. Perfil dos professores 5. Perfil da gestão 6. Perfil dos demais servidores 7. Identificação da escola 8. Princípios políticos, éticos e estético a qual a escola está submetida 9. As garantias ofertadas pela escola 10. Os objetivos e finalidades da educação 11. Competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos 12. Dos Planos: De Ensino, De Aula, De Intervenção Pedagógica e Dos Demais Servidores da Escola.

Ao realizar a leitura do PPP alguns pontos são essenciais para conhecer a escola. Dentre os quais destacaremos:

2. O perfil dos alunos, onde a escola reconhece que o corpo discente tem como característica o aluno trabalhador conforme descrito:

Predominantemente são estudantes na faixa idade-série, correspondente; no que se refere ao sexo o percentual é de 50% / 50% garotos e garotas; economicamente apresentam grande diversidade já que se observa tantos jovens de regiões periféricas, alguns em situação de risco e outros provenientes de classe média da cidade e um percentual considerável de alunos trabalhadores concentrados no turno noturno. (PPP da escola, p.5).

3. Perfil dos Pais: Na sua grande maioria com formação em nível médio apresentando diferenças quanto a questão cultural e social, até porque a própria dinâmica da economia atrai pessoas de vários lugares, desencadeando um fluxo muito grande de entrada e saída de pessoas. (PPP, p.5).
4. Perfil dos professores; todos possuem formação em nível superior, alguns com especialização *latu sensu* e um mestre. Cerca de 80% são de outras cidades e/ou estados e uma minoria possui vínculo efetivo. (PPP, p.5).

A afirmação contida neste ponto, é de extrema importância, porque reforça o que foi abordado em capítulos anteriores quanto a cidade abrigar pessoas de vários lugares em diversos setores. A realidade apontada pela setor da Educação no tocante a origem dos profissionais, também é observada empiricamente em setores como Saúde, Segurança, o setor judiciário, entre outros. Tal veracidade pode ser explicada pela ausência de profissional especializado no município conforme explicitado anteriormente. Outra questão importante é quanto a vinculação do profissional.

5. Perfil da Gestão: A gestão apresenta-se, com as competências mínimas exigidas pela Secretaria de Educação do Estado para o exercício da função, dentro da observação do apreço e tolerância da pessoa humana, resguardada num diálogo e mobilização da Comunidade Escolar (PPP, p.5)

De acordo com as informações contida no seu PPP, pode-se observar que a escola atende alunos da cidade, da zona rural, da Vila Canã e Santa Maria. Os dois últimos pertencente ao município de Caruaru, e que os mesmos são oriundos de classe sociais distintas. Quanto aos professores, todos são habilitados a função sendo a grande maioria oriunda de outras regiões.

Outro ponto a destacar são os princípios norteadores da escola que se encontra sob três vertentes:

Princípios Políticos. São princípios de reconhecimento dos direitos, deveres e cidadania, de respeito ao bem comum e a preservação da gestão democrática e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência da diversidade de

tratamentos para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades. (PPP, p.7)

Princípios Estéticos Princípio do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente da cultura pernambucana e da construção das identidades plurais e solidárias. (PPP, p.8)

Princípios Éticos. Por ética entende-se a prática da honestidade, da integridade, da dignidade nas relações pessoais e institucionais, tendo como referência o interesse coletivo. Portanto, a Escola Estelita Timóteo busca consolidar um ambiente que estimule e vivencie a justiça, a solidariedade, a liberdade e a autonomia; respeito à dignidade da pessoa e de compromisso com o bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Esses valores devem ser observados por todos os que fazem parte da Comunidade Escolar como pais, alunos, professores, gestão e demais servidores da escola. (PPP, p.8/9).

No PPP o aluno é referenciado como centro do Sistema Escolar: Sujeito da Aprendizagem, centro de todas as atenções. Entre as habilidades e competências e serem desenvolvidos pelos alunos observa-se nas áreas.

- Competência e habilidade - Ciências humana:

- Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.
- Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.
- Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

- Competências e habilidades - Ciências da Natureza

- Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.
- Associar intervenções que resultam em degradação ou conservação ambiental a processos produtivos e sociais e a instrumentos ou ações científico-tecnológicos.
- Compreender interações entre organismos e ambiente, em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.

- Competências e habilidades – Matemática

- Utilizar o conhecimento geométrico para realizar a leitura e a representação da realidade e agir sobre ela.
- Construir noções de grandezas e medidas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.
- Construir noções de variação de grandezas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.
- Interpretar informações de natureza científica e social obtidas da leitura de gráficos e tabelas, realizando previsão de tendência, extrapolação, interpolação e interpretação.
- Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculos de probabilidade para interpretar informações de variáveis apresentadas em uma distribuição estatística.

- Competências e habilidades – Linguagens e Códigos

- Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade.
- Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.
- Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-o aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.

Quanto aos desafios descrita no PPP da escola foram elencadas: construção de planos de aula voltado ao pensamento crítico, com estímulo ao autoconhecimento a atividade que estimule os alunos a leitura, dificuldade de trabalho em equipe, desenvolver projetos que leve os alunos ao conhecimento de profissões ao desenvolvimento da comunicação e do estímulo ao empreendedorismo.

Quanto as dificuldades encontram-se:

Comprometimento do coletivo, Envolvimento da Comunidade Escolar, Garantia nas qualidade das aulas, Carência de observação das Orientações legais da SEE-PE, Unificação das Orientações, Realização de encontros com todos segmentos, Oficializar uma representatividade dos alunos, Não alinhamento dos objetivos de aprendizagem com as avaliações, Garantir o cumprimento das orientações de avaliação da SEE-PE, De utilizar-se de metodologias exitosas, Garantir de um

padrão de acessibilidade, Mobiliário adequado, Momentos de formação que garantam uma compreensão de cada aluno frente suas limitações, Fazer conhecida as ações dos conselho, Deixar exposto as entradas e saídas de cada programa isto é, Fazer ciência das receitas e gastos que a escola dispõe. (PPP da Escola, p.33a 37).

O PPP da escola, faz referência a ações e projetos que deve ser desenvolvida em conjunto; Professor, Gestão pedagógica e Educador, de apoio sempre direcionado a alcançar as metas do IDEB (Índice de Desenvolvimento da educação Básica) e SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco). As poucas vezes que foi mencionada as intervenções são sempre direcionadas as avaliações internas e externas com base nos princípios presente nele.

Os planos devem apresentar as competências e habilidades, objetivos claros, metas bem definidas e ações que respondam aos pontos e melhorias identificados no diagnóstico e na análise dos resultados das avaliações internas e externas. Todos os planos devem considerar o pressuposto do PPP e estar em consonância com a realidade e as condições fundamentais para garantir os direitos de aprendizagem a todos os alunos e o alcançar das metas das avaliações internas e externas. Os Planos e os Projetos escolares elaborados pelos professores, com a participação efetiva do educador de Apoio a Gestora Pedagógica, devem garantir coerência, considerar a realidade, as necessidades da escola, a partir da análise das avaliações diagnósticas, internas/externas e compor o PPP. (PPP da escola p.23/24).

Ao realizar a leitura do PPP da escola, observamos que as informações relacionadas ao perfil dos alunos, pais e Professores, corrobora para reforçar o que vem sendo exposto durante o estudo. A escola reconhece que a maioria dos discentes são trabalhadores e oriundos de camadas sociais baixa, com escolaridade dos pais limitando-se ao ensino médio. Ao relacionar o PPP com o conceito de Gadotti, suscita uma reflexão; o PPP da escola, assemelha-se com o que o autor caracteriza como plano diretor da escola, devido ao projeto abordar objetivos, metas, dificuldades e potencialidades, no entanto, não houve uma revisão durante o período de vigência do PPP (2019/2021) para instituir novas ações. O documento, está instituído de acordo com os princípios norteadores presente na LDBE, pois no item que destaca os princípios norteadores da escola, faz-se referência a reconhecimento dos direitos, deveres e cidadania, respeito ao bem comum e a democracia.

O documento em estudo, segue dentro de uma estrutura aceita pelas normas vigentes, enfatizando a escola como cidadã nos moldes de Paulo Freire e Gadotti, onde ao analisar as competências e habilidade que os alunos devem desenvolver nas ciências humanas destaca-se entre os diversos pontos; a cidadania, democracia, e atuação consciente do indivíduo. Nas ciências da natureza encontramos; compreender interações entre organismos e ambiente, em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos,

aspectos culturais e características individuais. Na matemática, todas as competências e habilidades acima mencionada pode ser relacionada com o cotidiano dos alunos.

Ao realizar a leitura do documento em estudo, observa-se preocupação com o bom desempenho dos alunos nas provas internas e externas como o IDEB E IDEPE, o acesso e permanência do aluno, livro didático e formação continuada para técnicos e professores. Mas em relação a efetivação de projetos internos e externos abordando a temática do trabalho de crianças e adolescentes, as causas e efeitos da inserção precoce no mundo do trabalho ou realização de ações em conjunto com outras instituições no intuito de esclarecer os direitos e deveres deste grupo etário não foi registrado. O conteúdo do trabalho de crianças e adolescentes não consta nem nos temas transversais. O conteúdo relacionado ao mundo do trabalho é objeto de estudo nas ciências humanas sendo direcionado vários capítulos nos livros didáticos a temática. Para além da área de humanas as competências e habilidades presente nas outras áreas do conhecimento propicia a abordagem do tema em projetos que contemple a realidade local e cotidianas dos discentes. Assim sendo, verifica-se que projetos e ações em consonância com a realidade dos alunos ou que envolvesse aspectos sócio econômico local não foi encontrado em nenhuma área do conhecimento. Para tanto conclui-se que o PPP da escola segue as regras gerais da LDBE, mas não há envolvimento com os problemas sociais que permeiam o cotidiano do corpo discente.

Para melhor aprofundamento das ações e projetos desenvolvidos na Escola Estelita Timóteo, centramos nas entrevistas com os Professores, Gestão pedagógica, técnico administrativo e gestão escolar. Todas as entrevistas, foram realizadas em 25 de maio de 2021.

4.5 DISCURSÕES E ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

1- A primeira pergunta visava compreender se é do conhecimento dos entrevistados que o corpo discente da escola Estelita Timóteo em sua grande maioria está inserido no mercado do trabalho.

Professor de Linguagens: É do meu conhecimento sim, nós sabemos que aqui na nossa cidade tem um corpo discente que atua nas funções do mercado de trabalho informal e formal com uma carga horária até alta. Isso é bastante claro na cidade, em Caruaru em Santa Cruz do Capibaribe. Aqui no agreste eles estão trabalhando de forma precoce.

Professor de Ciências Humanas: Sim, é verdade.

Professor de Matemática: Sim corresponde, isso coincide até pela dinâmica da cidade e da região, de forma geral é apresentado muito cedo a esses jovens alunos

uma maneira de se exercer um trabalho que não seja obrigatoriamente fichado onde ele vai ter o seu recurso financeiro. Isso acaba enchendo os olhos dos jovens.

Professor de Ciências da natureza: Sim.

Coordenação pedagógica: Não.

Coordenação técnica: Sim, nós temos conhecimento que boa parte dos alunos trabalham pois, eles precisam de trabalhar para ajudar a família.

Direção escolar: Sim.

As respostas a esta questão, não deixa dúvidas quanto a inserção do corpo discente da instituição no mundo do trabalho. Pois a prática é do pleno conhecimento do corpo da escola.

2- A Segunda questão teve por objetivo entender se os alunos apresentam dificuldade no tocante ao ensino aprendizagem.

Professor de Linguagens: Sim, as maiores dificuldades encontram-se na escrita porque na fala, existe as variações linguísticas que permite trabalhar sem a preocupação exagerada de erros de português.

professor de Ciências Humanas: O próprio tempo para o estudo.

Professor de Matemática: O próprio interesse pessoal pois, muitos alunos não têm interesse em continuar os estudos, mesmo que isso venha mudando, mas, ainda é baixo o interesse. A falta de questionamentos por parte dos alunos em saber o porquê eles estão estudando, não há uma perspectiva de futuro. Eles não questionam se estão estudando para entrar em uma universidade, em um curso técnico ou só para cumprir tabela.

Professor de Ciências da natureza: os alunos apresentam dificuldades, mas, a que eu mais percebo é a falta de concentração, a falta de compromisso com a educação.

Coordenação pedagógica: Nós temos um comprometimento grande, porque já vem de uma rede que também não está consolidada as competências mínimas de leituras, escrita e exatas então entorno de 35% a 40% dos alunos que chegam a essa escola vem com a aprendizagem comprometida.

Coordenação técnica: Sim.

Direção escolar: Sim, déficit de aprendizagem desde a educação anos iniciais e falta de interesse pelos estudos.

A resposta a esse questionamento, apresenta vários pontos de dificuldades na escrita, falta de tempo para realização de atividades, falta de estímulo, falta de concentração. A resposta da coordenação pedagógica e da direção corrobora para o exposto no quadro 12 sobre aprendizagem adequada. Outro ponto bastante mencionado foi a falta de interesse dos alunos, no entanto, não foi mencionada as possíveis causas.

3- O terceiro questionamento, objetiva conhecer a perspectiva da escola sobre o trabalho, em especial o trabalho de crianças e adolescentes. Se é visto de forma positiva ou negativa.

Professor de Linguagens: Muitas vezes nas reuniões, o corpo docente e administrativo discute o trabalho de forma negativa por atrapalhar os estudos destes adolescentes pois, eles não fazem as atividades, apresenta baixos rendimentos nas provas então a reclamação é esta, mas, por outro lado eu acredito que devemos analisar e encontrar uma forma de associar trabalho e escola porque estamos em uma região diferenciada do restante do Brasil e dentro do próprio estado onde o trabalho predomina desde muito cedo.

professor de Ciências Humanas: Na questão dos estudos é negativo, mas, na questão da sobrevivência familiar e de vida é positivo. O problema é o comprometimento com o tempo dos estudos que não tem.

Professor de Matemática: A parte positiva é que o aluno se insere no mercado de trabalho sem necessariamente uma profissionalização específica, ele insere-se na informalidade cedo, adquire responsabilidade, o trabalho os ajuda a entender que é preciso trabalhar para conseguir o que precisa e muitas vezes para ajudar em casa. A parte negativa é principalmente quando a família não incentiva os jovens de que o trabalho deve ser atividade secundária. Aqui muitos colocam o trabalho em primeiro plano principalmente os do turno noturno.

Professor de Ciências da natureza: Esse modelo é falho, pois, nesse período da vida o indivíduo deve se dedicar ao seu desenvolvimento intelectual, político e social.

Coordenação pedagógica: Vejo de forma negativa porque atrapalha o futuro dos alunos, interfere no período do estudo, tanto no turno diurno quanto noturno.

Coordenação técnica: Tem dois lados; a parte positiva é que o trabalho também ajuda no desenvolvimento do ser humano como todo. A parte negativa é porque ele não tem o tempo necessário para estudar, desenvolver melhor o conhecimento, fazer os trabalhos etc.

Direção escolar: Depois dos 16 Anos, vejo com um incentivo a prática do trabalho. Não sou contra.

resposta a esse questionamento, permite perceber o quanto os mitos que enaltecem a prática do trabalho se fazem presente na maioria dos entrevistados. Neste item é unanime o entendimento dos reflexos ocasionado pelo trabalho como baixo rendimento aos discentes.

A resposta a esse questionamento permite compreender que os entrevistados apresentam uma opinião dualista. Pois, constata os prejuízos ao desenvolvimento intelectual dos alunos, mas permanecem imbuídos na crença dos mitos culturais de que; crianças e adolescentes precisam trabalhar para ajudar a família, sendo a prática do trabalho enaltecida. Essa resposta permite concluir o quanto a temática do trabalho de crianças e adolescentes é pertinente e precisa ser melhor trabalhada entre os docentes e os demais entrevistados.

4- Na quarta questão buscou-se verificar se na escola existe projetos e ações em consonância com a realidade dos alunos. No tocante a inserção no mundo do trabalho.

Professor de Linguagens: não lembro.

professor de Ciências Humanas: Quando o livro didático aborda temas como o trabalho aí relaciono com o cotidiano deles.

Professor de Matemática: as vezes por conta própria.

Professor de Ciências da natureza: sentimos obstáculos quando falamos das questões do trabalho. Mas, quando o conteúdo permite existe a discussão em sala.

Coordenação pedagógica: Não

Coordenação técnica: Sim, o grupo de professores sempre estão alertando nas suas disciplinas sobre a importância de eles estudarem para ser cidadão consciente e não só trabalhar.

Direção escolar: Sim, há projetos sobre conhecer os diversos cursos ofertados na região para compreensão das áreas de atuação.

Esta questão permite perceber que o conteúdo relacionado ao mundo do trabalho é debatido pelos professores, mas de forma independente. Devido estar presente nos livros didáticos. A resposta evidencia que os professores não recebem orientação ou capacitação para incluir a temática nas suas respectivas disciplinas.

5- Na quinta questão buscou-se verificar se a escola desempenha algum projeto educacional junto a outros órgãos públicos como; Ministério Público do Trabalho (MPT), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), ou Conselho Tutelar no intuito de informar a professores e funcionários sobre as implicações decorrente da inserção precoce no mundo do trabalho? Se sim, quais?

Professor de Linguagens: Durante esse tempo que estou na escola desde 2008 vi algumas palestras esporádicas do Conselho Tutelar falando sobre o ECA, mas, bem esporádica mesmo, duas ou três vezes para não ser injusto. Não percebi um projeto a longo prazo com a temática do trabalho que é de fundamental importância e muito pertinente para a região.

professor de Ciências Humanas: Não.

Professor de Matemática: Não. Eu pessoalmente não participei e não conheço colegas que tenha participado nem de projeto nem de palestras.

Professor de Ciências da natureza: Nunca participei.

Coordenação pedagógica: Não.

Coordenação técnica: Sim, quando a gente precisa chama o conselho tutelar, eles sempre estão presentes no caso de falta do aluno ou quando os pais precisam. Em relação ao trabalho também, eles já participaram de reunião na escola e já passaram em sala de aula falando do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Direção escolar: Nesses últimos anos, não.

A resposta evidencia a naturalização por parte dos entrevistados sobre a inserção dos discentes no mundo do trabalho e que os professores não conhecem nenhuma ação desenvolvida pela escola em conjunto com outros órgãos competente com objetivo de capacitar os funcionários e os docentes para lidar com os problemas apresentados pelos alunos, em especial, o trabalho de crianças e adolescentes. Mesmo a inserção precoce no mundo do trabalho por parte dos alunos sendo uma realidade constatada por todos da escola.

6- A sexta questão (não contemplou os professores) e objetiva compreender se existe dificuldades entre a escola e os órgãos públicos para realização de atividades em conjunto no intuito de promover os direitos da criança e do adolescente.

Coordenação pedagógica: Falta de familiarização e interesse entre ambas as partes
Coordenação técnica: não, quando precisamos acionamos o conselho tutelar e eles comparecem, já participaram até de reuniões com a gente.
Direção escolar: Não.

Essas respostas, não evidenciam dificuldades de relacionamento entre a escola e outros órgãos envolvidos no enfrentamento do problema. No entanto não mostrou interesse em realização de projetos em conjunto.

7- A sétima questão objetiva-se conhecer a situação dos alunos com relação ao recebimento de bolsa família. Se sim qual a porcentagem.

Essa pergunta foi específica para a Coordenação pedagógica/ Técnica e Gestão: Sim, cerca de 55% a 56% dos alunos recebem bolsa família.

Essa resposta, reforça o que Cacciamali aborda no seu estudo no tocante ao programa bolsa família propicia um aumento no número de matrículas, no entanto, não conseguiu retirar esses adolescentes do mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“EDUCAÇÃO NÃO TRANSFORMA O MUNDO.
EDUCAÇÃO MUDA PESSOAS.
PESSOAS TRANSFORMAM O MUNDO”.
Paulo Freire.

O processo educacional brasileiro ao longo do século XX torna-se central para o desenvolvimento das sociedades democráticas. A instituição educacional segue as mudanças políticas, sociais, econômicas, as inovações tecnológicas e científicas. Segundo as leituras mencionada no presente estudo, no Brasil a partir da segunda guerra mundial e da industrialização, percebe-se um olhar direcionado a importância da instituição escolar para a organização social e para o crescimento do sistema econômico. O modelo educacional vigente no período mencionado, tinha por base o conteúdo enciclopedista. Em meados do século grupos de estudiosos da sociedade civil passa a questionar a forma pela qual a instituição está estruturada, alegando não contemplar a realidade social interna compreendendo que a mesma favorecia a ordem estabelecida. Não obstante, no período que antecede o golpe militar surgiu vários estudos e pesquisas direcionada ao papel da escola na perspectiva Freiriana. A concepção Freiriana educacional é formulada a partir dos aspectos que causa a exclusão e a desigualdade social. Com a implementação do regime militar, ocorreu a inviabilidade destas ideias, sendo novamente rediscutida no período da redemocratização. O contexto histórico da década de 1980 foi fundamental para inovação e implementação de uma política educacional, no tocante a formação cidadã pautada nos ideais Freiriano que tinha como método a articulação entre teoria e prática. Nesta perspectiva, a educação assenta-se na conscientização sendo fundamental para compreender as estruturas e as desigualdades. Nesta direção, a constituição federal de 1988 vai instituir um modelo educacional democrático e inclusivo que vai ser efetivado em 1996 na LDBE, conforme já mencionado anteriormente.

A partir da LDBE, observa-se um significativo número de normas e de dispositivos legais, que em muito vai propiciar um impulso a legislação educacional voltada a implementação de uma educação gratuita e de qualidade. A lei com base nos ideários freiriano, visa transformar a escola em espaço de participação social voltada a cidadania, ao respeito e a pluralidade. As habilidades e competências direcionada aos alunos, demonstra que o mesmo deve desenvolver um conhecimento amplo envolvendo aspectos social, natural

histórico e econômico, em todas as áreas do conhecimento com uma visão crítica da realidade que os cercam. Ao analisar as atividades proposta em sala de aula, evidencia-se a existência de uma sociedade precária onde a inserção precoce de menores no mundo do trabalho contribui para a inserção e reprodução de relações trabalhistas precárias na vida adulta. Ao realizar a leitura do PPP da escola Estelita Timóteo, e as entrevistas, constata-se que está escrito no documento da instituição que sua organização e funcionamento estão de acordo com o preconizado na LDBE nacional. Neste sentido observa-se que os princípios norteadores da escola têm como pauta formar alunos com reconhecimento de direitos, de cidadania, objetivando a pluralidade e a participação dos mesmos no processo de cidadania. A escola em estudo, tem o PPP organizado em meio aos princípios democráticos conforme estabelece as diretrizes atual, mas na prática apresenta características do modelo tradicional com inúmeros problemas de estrutura, de mobília de plano de aula em consonância com o pensamento crítico, Comprometimento do coletivo, Envolvimento da Comunidade Escolar e ausência de projetos que contemple a realidade local. Neste sentido a pratica pedagógica não se encontra em consonância com o escrito. Em relação a efetivação de ações e projetos relacionando o conhecimento conteudista com o cotidiano local, ou com a realidade apresentada pelo corpo discente no tocante a inserção precoce no mundo do trabalho não foi constatada e nem abordado envolvimento da escola com a realidade apresentada. A escola em estudo apresenta dificuldade nos índices de avaliação exemplo; IDEB e IDEPE, mas, não relaciona tal dificuldade com o cotidiano desses jovens.

Nesse sentido, evidencia-se que os projetos educacionais tiveram avanços, mas, ainda há muitas dificuldades para que a escola realmente possa desenvolver ações pedagógicas que a caracterize como sendo espaço de transformação social. Segundo as entrevistas, percebe-se que, mesmo o corpo docente sendo todos graduados com experiência os mesmos não detêm o conhecimento dos direitos e deveres inerente a crianças e adolescentes. O corpo discente da escola apresenta cotidianamente as consequências decorrente da inserção precoce no mundo do trabalho como: dificuldades na aprendizagem, falta de estímulo pelos estudos devido ao cansaço e a permanência e reprodução de uma cultura de enaltecer o trabalho. É notório entre os entrevistados um déficit de informação sobre a temática do trabalho de crianças e adolescentes. Mesmo sendo unanime por parte dos professores e funcionários a defasagem existente na aprendizagem dos alunos, os mesmos não desenvolvem projetos para sanar essa realidade atrelada ao contexto local. A escola oferta aulas de reforço no contraturno para os alunos das disciplinas de matemática e português, mas em nenhum momento relaciona tal dificuldade de aprendizagem com a entrada precoce no mundo do trabalho. No município há

uma reprodução da precariedade nas relações de trabalho que contribui para a manutenção do ciclo da pobreza e da reprodução do trabalho infantil. A naturalização da inserção precoce de crianças no mundo do trabalho pode ser constatada nas falas dos alunos e familiares, nos estudos que foram realizados e nas reportagens que foram feitas no município. A cidade de Toritama é conhecida nacionalmente pela precarização nas relações trabalhistas e alvo de muitos estudos nas diversas áreas do conhecimento, contudo, o corpo escolar ainda não se conscientizou da importância que a escola exerce na tentativa de promover mudanças na realidade local. Sendo assim, percebe-se que a escolas em estudo constrói seu PPP com base nos ideais Freirianos, mas na prática está longe de efetivar ações pedagógicas transformadoras de realidades. É preciso enfatizar que existe projetos desenvolvido pelo ministério público do trabalho em parceria com as escolas que oferta cursos para esclarecer aos professores os danos do trabalho de crianças e adolescentes, no entanto o município em estudo mesmo sendo referência nesta prática e sendo do conhecimento do FEPETE-Pernambuco não foi constatado pelo corpo da escola o conhecimento e nem participação neste projeto.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fabiano José de. **Experiência escolar e perspectivas do Estudante/ Trabalhador de Toritama/PE: Entre os desafios da formação e as exigências do trabalho na confecção**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Campina Grande - PB, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Ltda, 1977.
- BEZERRA, Elaine Maurício. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande, UFCG, 2011.
- _____. **“trabalho de mulher, trabalho de homem” no polo de confecções do agreste de Pernambuco** - Campinas 2018. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.
- BRAGA, Bruno Mota. **A dinâmica formal- informal do trabalho no território comercial de Toritama: o que está mudando?** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coord. Edições Técnicas, 2020. 141 p.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes de base escolar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2020.
- _____. **III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador** (2019-2022). [S.1], 2019. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/12dejunho/documentos-de-referencia/III_plano_nacional.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2021.
- BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de; SILVA, Karla Katiúcia. **A trajetória das protoformas brasileiras de atendimento à infância e adolescência: do código de menores ao estatuto da criança e do adolescente**. 4º simpósio brasileiro de assistência social, 2016, disponível em: cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/3facec44-a...
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª Edição Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1992 Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **O setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983.
- _____. **Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México pesquisa & debate**, SP, volume 12, n. 1(19), 2001

CACCIAMALI, Maria Cristina, TATEI, Fábio e BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escola.** R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010

COLIN, Denise Ratmann Arruda. **O papel da proteção social no fomento à erradicação do trabalho infantil.** In COORDINFÂNCIA: 20 ANOS DE LUTA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: Organizadoras: Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos ... [et al] -Brasília: Ministério Público do Trabalho 2020, 607 p.

CONDE, Soraya Franzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense** tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. orientadora, Célia Regina Vendramini. - Florianópolis, SC, 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Trabalho, “ajuda” e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílio rurais.** Araraquara, São Paulo: Estudos de Sociologia, v. 11, n. 20, 2006.

CORRÊA, Guilherme Carlos. **Educação Comunicação Anarquia: procedência da sociedade de controle no Brasil.** São Paulo, Editora Cortez, 2006.

COUTINHO, Luciana Marques. **o programa de erradicação do trabalho infantil e a efetivação das políticas públicas do estado brasileiro no enfrentamento da exploração do trabalho de crianças e adolescentes.** In COORDINFÂNCIA: 20 ANOS DE LUTA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: Organizadoras: Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos ... [et al] -Brasília: Ministério Público do Trabalho 2020, 607 p.

DEL, Priore Mary. **História das crianças no Brasil** / Mary Del Priore organizadora 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários a Prática Educativa.** 25ª Ed. Paz e Terra, São Paulo. 1996, 76 p.

GADOTTI, Moacir. **Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização.** In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997, p. 33-41.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1989.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso: 22/ maio 2021.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, 17(2)323- 350, 2007.

KREIN, José Dari. WEISHAUP, Proni, Marcelo. **Economia informal: aspectos conceituais e teórico;** escritório da OIT no Brasil – Brasília: OIT, 2010 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4) ISBN: 9789228237566 (web pdf)

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. **A persistente exploração do Trabalho Infantil na América Latina e a falácia da erradicação**. Qualitas Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 v.21, n.1, jan/abril 2020, p.145-165.

LIRA, Sonia. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência**. In: Revista de Geografia. UFPE – DCG/NAPA, Recife, 2006.

MARX, Karl. **O Capital (crítica da economia política)**. Livro 1 tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 381p.

MORAIS, Miranda. Hannah. **A calça jeans de Toritama: O papel da produção cultural de um artefato de moda na construção de uma cidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18348/1/Dissertacao-Hannah-Miranda-Pos Banca_Final.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2021.

NETO, João Clemente de Souza. **História da Criança e do Adolescente no Brasil**. Revista UNIFEO, revista semestral do Centro Universitário FIEO – ano 2, nº 3 (2000).

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, nº 53, out 2003.

OIT- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho infantil**. Guia para educadores/IPEC, Brasília, OIT, 2001. Acesso em 08 maio de 2021.

_____. **A OIT e a Economia Informal**. ESCRITÓRIO DA OIT EM LISBOA 2006.

PEREIRA, Ana Márcia Batista Almeida. **DINÂMICA FORMAL-INFORMAL EM LAVANDERIAS DE JEANS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**. Tese (Doutorado Administração) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

REIMER, Everett. **A escola está morta: alternativa em educação**; tradução de Tony Thompson. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.

RIOS, Ademir Vilaronga Júnior. **Apropriação da força de trabalho infantil na produção domiciliar em Toritama-PE**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019. 222 folhas: il. 30 cm.

ROCHA, Gilmar. **Antropologia e educação/Gilmar Rocha & Sandra Pereira Tosta**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)**. XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013

SATYRO, Natália.; SOARES, Sergio. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: IPEA, 2007.

SEBRAE. **Estudo econômico das indústrias de confecções de Toritama/PE**. RELATORIOTORITAMA-FINAL SEBRAE-PE: Recife, 2019. www.sebrae.com.br >.

SOBREIRA, Jéssica Lôbo. **“A invisibilidade do trabalho infantil”: um estudo dos múltiplos discursos sobre o trabalho informal das crianças na confecção de jeans do agreste pernambucano**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2014.

TRIVINOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia), Unicamp, Campinas, 1995.

VASCONCELOS, Valtemira Mendes. **Migração e pendularidade as consequências de atração de população para o município de Toritama-PE**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. 2012

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. **projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

VÉRAS, Roberto de Oliveira. **O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem**. In: ARAÚJO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto (orgs), Formas de trabalho no capitalismo atual. São Paulo: Annablume, 2011.

VÉRAS, Roberto de Oliveira; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan; (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. Editora Universitária da UFPB João Pessoa - PB 2011

SITES PESQUISADOS:

FEPETI - https://fnpeti.org.br/media/foruns/relatorios/pnadc/estudo_pnadc2019_PE.pdf

GESUAS - <https://www.gesuas.com.br/blog/programa-erradicacao-trabalho-infantil/>

Rede Peteca; Conheça o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber->

HYPERLINK "<https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber-sobre/conheca-o-peti-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil/>" sobre/conheca-o-peti-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil/ pesquisado em 15 de abril de 2020

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Tabela extraída de: IDB (Indicadores e Dados básicos), Brasil, 2009. Disponível em: |Séries EstatísticasHYPERLINK

"<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD329>"& HYPERLINK

"<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD329>" Séries Históricas. Acesso: 12 / maio 2021.

Ministério da Cidadania- SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/marca-dos-10-anos-do-suas-representa-o-inicio-da-consolidacao-da-politica-socioassistencial>. Acesso 08/ maio de 2021.

POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO ...

www.seer.ufu.br › index.php › article › download

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/toritama.html>

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, disponível em:

<http://www.oocities.org/Sulanca/sultxt.htm>. Acesso: 05/02/2017.

IBGE; <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29737-em-2019>

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido



**Universidade Federal
de Campina Grande**

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS- PPGSC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Escolhemos Vossa Senhoria para ser entrevistado conforme questionamentos semiestruturados em anexo, que é um instrumento de pesquisa referente ao trabalho de Pesquisa da Pós-Graduação em Ciências Sociais – trabalho Acadêmico dissertativo para obtenção do Título de Mestrado.

Ressaltamos que as informações obtidas serão imprescindíveis para subsidiar o estudo que estamos realizando sobre **“A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TORITAMA- PE”**

Certos de vossa presteza e atenção, afirmo que as informações obtidas serão devidamente utilizadas para subsidiar a pesquisa supramencionada e que será mantido o sigilo, agradecemos antecipadamente a Vossa colaboração.

Dr. MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY. - Orientador

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

– Aluno da Pós-graduação do Profsócio.

Caso entenda conveniente, manter contato:

lucianarodrigueschico@yahoo.com.br

Tel.: (83) 988390620

Eu _____, fui devidamente esclarecido sobre a presente pesquisa **“A ESCOLA ESTELITA TIMÓTEO NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE TORITAMA- PE”** e concordo que as informações sejam utilizadas conforme termo de consentimento.

Toritama- PE, ____ de _____ 2021

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas

- 01- É do seu conhecimento que boa parte do corpo discente desta instituição são alunos trabalhadores?
- 02- Nesta instituição os alunos apresentam dificuldades quanto ao ensino aprendizagem? Se sim, a que pode ser atribuído tal resultado.
- 03- Como o senhor(a) analisa a inserção precoce no mundo do trabalho?
- 04- A escola desempenha projetos e ações para esclarecer aos alunos quais são os meios legais para inserção no mercado de trabalho?
- 05- A escola desempenha projetos em conjunto com o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) Ministério Público do Trabalho, Conselho Tutelar ou CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes)? Se sim, com qual frequência.
- 06 Existe dificuldades entre a escola e os órgãos públicos para realização de atividades em conjunto no intuito de promover os direitos da criança e do adolescente.
- 07- Os discentes desta instituição estão inseridos no Programa Bolsa Família? Se sim qual a porcentagem.

Anexos - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO